

MARCIEL COSTA DE OLIVEIRA

Educação a Distância:

uma modalidade para a formação do professor leigo da zona rural do município de Iranduba no estado do Amazonas



**Educação a distância:
uma modalidade para a
formação do professor leigo
da zona rural do município
de Iranduba no estado do
Amazonas**

Marciel Costa de Oliveira

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Marciel Costa de Oliveira

Capa

AYA Editora

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

O48 Oliveira, Marciel Costa

Educação a distância: uma modalidade para a formação do professor leigo da zona rural do município de Iranduba no estado do Amazonas [recurso eletrônico]. / Marciel Costa Oliveira. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 177 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-151-0

DOI: 10.47573/aya.5379.1.89

1. Educação. 2. Ensino à distancia - Manaus, Região Metropolitana de (AM). 3. Tecnologia educacional. 4. Formação de professores. I. Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora EIRELI**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	8
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL	13
Aspectos históricos da EaD	16
Legislação da Educação à Distância	23
Contribuições da EaD no processo educacional	30
Caracterização da EaD	43
EAD E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	58
Desafios da formação de professores na contemporaneidade	61
A formação de professores no Brasil	74
Contribuições da EaD no processo educacional	87
EaD e a formação de professores leigos	101
A PESQUISA E SUA FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	120
RESULTADOS DA PESQUISA	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	166
SOBRE O AUTOR	172
ÍNDICE REMISSIVO	173

Prefácio

A formação de professores é uma questão que assombra a realidade da educação brasileira há muitos anos. Apesar de muitos progressos na política educacional ao longo dos anos, observa-se a necessidade de ofertar uma formação inicial e continuada aos professores, em especial aos que estão em situação de professores leigos.

O trabalho do professor Marciel Oliveira é fruto de sua pesquisa de doutorado, embora faça um recorte de uma pequena realidade do município de Iranduba – AM, demonstra claramente a importância de se discutir a formação de professores leigos, sobretudo aproveitando a modalidade da educação à distância, que na contemporaneidade vem apresentando um crescimento expressivo.

Esta obra consegue abordar a educação à distância traçando seu histórico e principais aspectos, fazendo um panorama da formação de professores leigos através da modalidade EAD. Mediante a pesquisa realizada junto aos professores leigos do município de Iranduba que se encontram em formação pelo modalidade EAD, observa-se claramente, as evidências que a formação pode contribuir para a qualidade do processo educativo.

No contexto atual, vivenciamos uma pandemia que obrigou a tomada de medidas de isolamento social, inclusive o fechamento das instituições educacionais, onde tal medida mostrou-se extremamente necessária, para enfrentamento do caos sanitário. Contudo, este contexto permitiu a valorização da educação à distância, tendo em vista que ela propiciou a continuidade dos processos educativos e formativos.

O professor Marciel Oliveira nos brinda ao ofertar essa obra, possibilitando à ampliação dos nossos conhecimentos acerca da EAD e a formação de professores leigos.

Prof.º Guidoelieir Zaldivar Gonzalez

Mestre em Educação

INTRODUÇÃO

Esta obra analisa as contribuições da Educação à distância na contemporaneidade frente o processo de formação de professores leigos no município de Iranduba - AM, centrando a análise mediante as percepções dos professores participantes da pesquisa de campo realizada no Instituto Educacional Guido – buscando avaliar as repercussões da formação na atuação profissional destes professores.

Na atualidade, a sociedade global também chamada de sociedade do conhecimento, observa-se uma valorização da educação, principalmente por conta da qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho. É neste contexto que se verifica uma grande expansão da Educação à Distância - EaD, contribuindo no desenvolvimento de novas competências, até então imprescindíveis.

A Educação a Distância configura-se como uma modalidade de ensino que tem conquistado espaço no sistema educacional. A EaD vem atualmente sendo utilizada para a oferta de cursos técnicos, cursos profissionalizantes, cursos de aperfeiçoamento profissional, cursos de graduação e pós-graduação, entre outros. A modalidade EaD no processo de ensino-aprendizagem utiliza as Tecnologias da Informação e Comunicação favorecendo a interação entre professor e estudantes, mesmo que estejam em espaços físicos diferentes. Este fato vem favorecendo a inclusão de muitos alunos, que por questões pessoais, geográficas, de tempo, entre outros, não conseguiam ser inseridos nas modalidades tradicionais do ensino presencial.

Desde o seu surgimento, verifica-se que a EaD vem sendo alvo de muitos questionamentos, por conta da sua conceituação e definição. Durante muitos anos, diversos estudiosos vêm buscando realizar a conceituação da modalidade

EaD. Na atualidade com a expansão da EaD, observa-se uma maior valorização desta modalidade, sendo que no Brasil, verifica-se que, muitos alunos sem acesso ao ensino convencional, conseguiu adentrar numa formação superior, o que demonstra que este modelo apresenta um caráter mais democrático. Esse modelo educacional, passou a apresentar maiores possibilidades educativas através de incorporação de tecnologias da informação e comunicação.

No contexto contemporâneo, verifica-se que as TICs estão cada vez mais presentes, fortalecendo as relações de ensino-aprendizagem, pois, essas tecnologias fazem a mediação do processo educativo diante um ambiente virtual de aprendizagem – AVA. Compreende-se que, a aprendizagem é primordial no meio educacional para atendimento das novas demandas educativas apoiadas pelas TICs. A EaD no ensino superior no Brasil foi bastante direcionada para os cursos de licenciatura, em especial pelos programas federais que serão abordados ao longo do trabalho, direcionados para a formação de professores, tanto no modelo inicial como continuada, atendendo as necessidades de formação destes profissionais mediante o uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

A EaD veio suprir a necessidade de ofertar aos professores brasileiros um processo de formação, sobretudo aqueles que atuam na atenção básica, porém só dispõem do magistério. De certa forma, tenta-se compensar a ausência de uma formação por conta de diversos fatores, como: tempo, distância geográfica, dificuldades no deslocamento físico e dificuldades de cumprimento da obrigatoriedade de estar presente em uma instituição educacional por várias horas seguidas, entre outros. Desta forma, a EaD tornou-se uma alternativa mais viável, econômica e democrática.

Esta pesquisa tem como interesse estudar a EaD seus conceitos, possibilidades e contribuições no sistema educacional, pois através da experiência

de docência no município de Iranduba, interior do Estado do Amazonas, verificou-se que nas escolas das áreas rurais, a existência de muitos professores leigos, onde o processo de formação inicial no ensino superior só foi possível através do ensino à distância. Desta forma, observou-se que, a educação à distância, por ofertar uma flexibilidade nos seus cursos, muitos profissionais da educação, que não tinham a formação adequada, passaram a buscar esse tipo de ensino, o que tem possibilitando que os professores leigos, a partir da qualificação adequada desenvolvam uma melhor prática educativa com a adoção de novas metodologias e paradigmas educacionais, propiciando um processo ensino-aprendizagem mais efetivo.

Ainda, sobre o interesse por este estudo corresponde a experiência na docência de educação superior no Instituto Educacional Guido - IEG em Iranduba - AM, lecionando, em cursos de licenciatura plena pela modalidade EaD, o que levou a refletir acerca da importância de propiciar o acesso à formação profissional, o que tem potencializado a melhoria dos processos educativos.

Sabe-se que a sociedade contemporânea vem passando por um ritmo crescente de transformações econômicas e socioculturais, o que desencadeou novos desafios para as Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras, considerando o contexto histórico - político mediante a relação trabalho e educação, como também a ocorrência de repensar as dimensões didático-pedagógicas, agora muito influenciada por ferramentas tecnológicas na modalidade de educação a distância. Nesse contexto de mudanças, observa-se que, as instituições de ensino superior têm buscado se estruturar, fazendo inclusive modificações nos seus arranjos institucionais para efetivação da EaD, o que traz implicações na sua forma de organização, parcerias institucionais para abertura de polos, mudanças no processo de ensino mediante as plataformas virtuais de aprendizagens.

A EaD veio adaptando-se à incorporação de tecnologias, desta forma, apresenta-se na atualidade através de novas formas e concepções do processo educativo. Na era atual marcada pela informação e comunicação, mudanças contínuas são observadas nos meios social, econômico e político, aprofundando as implicações na sociedade e no mundo do trabalho.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho consiste em: Analisar a modalidade de Educação a Distância como uma alternativa para formação professores leigos da zona rural do município de Iranduba no Estado do Amazonas. Os Objetivos específicos são: Apresentar algumas características dos professores leigos da zona rural do município de Iranduba; Identificar a Política de Educação a Distância no Brasil e no Amazonas; Identificar as ações propostas e implementadas pelo Instituto Educacional Guido - IEG para a formação do professor leigo da zona rural de Iranduba no Estado do Amazonas, diante das determinações da LDB de N° 9.394/96 e da Lei 9.424/96.

Este trabalho ao realizar uma análise acerca das contribuições da educação à distância e o processo de formação de professores leigos buscou identificar os principais aspectos dessa modalidade educativa. Foi feito um amplo levantamento bibliográfico que subsidiou teoricamente a presente pesquisa. Este trabalho está dividido em quatro partes: Inicialmente realizou-se uma fundamentação teórica acerca da educação à distância no Brasil, compreendendo seus aspectos históricos, caracterização, legislação educacional e importância. Na segunda parte, buscou-se relacionar a educação à distância e a formação de professores, apontando as demandas, desafios e as contribuições. Na sequência, apresenta-se um esboço metodológico, mostrando os métodos e técnicas utilizados nessa pesquisa. Na quarta parte, mostra-se os resultados da pesquisa, por fim, aponta-se algumas considerações acerca da temática, podendo realizar um confronto com os resultados obtidos e o embasamento teórico que subsidiou a pesquisa.

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, observa-se a construção de novas diretrizes para a formação de professores, o que propiciou a consolidação de cursos de licenciaturas, dimensionados em parâmetros nacionais, mediante a definição de novas bases para as políticas educacionais.

A tese dessa dissertação vem defender que a Educação a Distância contribui para que as pessoas possam ter acesso ao sistema educacional. Nos últimos anos com os avanços tecnológicos, o modelo de ensino à distância permitiu um maior acesso de estudantes. Fato este, fez com que a EaD passasse a ser reconhecida pelo caráter democrático. Mediante o uso das tecnologias no processo de ensino aprendizagem várias pessoas puderam realizar o sonho de cursar o ensino superior, favorecendo inclusive o desenvolvimento da sociedade, na medida que passou a ter mais qualificação e informação.

Neste sentido, é possível idealizar que, através da educação a distância, ocorre o avanço, bem como a democratização da educação. A educação a distância ao propiciar esse desenvolvimento pode funcionar como uma ferramenta de tecnologia social. Entende-se que, as tecnologias sociais se configuram como técnicas, procedimentos metodológicos testados, materiais que podem trazer impactos sociais comprovados, gerados mediante demandas sociais reais, visando trazer soluções aos problemas sociais. A tecnologia social pode enfatizar a localização de determinada realidade social, possibilitando inclusão social, trazendo melhorias e qualidade de vida para as pessoas do território.

A EaD vem atender à necessidade de indivíduos que muitas vezes estavam excluídos do modelo tradicional de educação. Olhando em uma perspectiva inclusiva e democrática, verifica-se que, o crescimento da EaD merece reflexão acerca dos rumos da educação no Brasil, no contexto de uma sociedade que está cada vez mais conectada através das tecnologias digitais.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação à distância enquanto modalidade educacional encontra-se no Brasil em uma fase de rápidas mudanças, com um crescimento quantitativo bastante forte, em direções distintas, depois de um período de forte controle e regulação, na atualidade apresenta uma grande expansão. A EaD, especialmente no ensino superior, apresenta um crescimento amplo, cuja tendência vem propiciando o fortalecimento desse modelo, com grande adesão das instituições privadas e alta concentração do setor privado no aporte do quantitativo de alunos.

Observa-se que, muitas instituições públicas também disponibilizam cursos ou disciplinas EaD, porém as instituições privadas vêm realizando mais investimentos para expansão da Educação à Distância. Neste novo cenário, a EaD tornou-se mais atrativa, sendo verificado o posicionamento de um cenário tão complexo e competitivo. Desta forma, grandes corporações educacionais têm investido capital, modelos padronizados, com fortes apelos em marketing, com expansão em localidades geográficas distantes dos grandes centros urbanos, propiciando o acesso de muitos alunos a cursos de formação e de nível superior.

As instituições que disponibilizam a Educação à Distância vêm buscando a qualidade dos seus cursos, sobretudo para alcançar resultados positivos no nível nas avaliações, para obterem conceitos semelhantes aos cursos presenciais. Sabe-se que para a abertura de um polo EaD, as instituições devem ter cuidado com os custos e os trâmites burocráticos exigidos pelo Ministério da Educação - MEC. A abertura de cursos e polos de ensino deve seguir os protocolos e recomendações do Ministério da Educação, pois não ocorre de forma indiscriminada, devendo respalda-se pelas exigências da legislação educacional.

Na atualidade, existem as seguintes modalidades de Educação no

sistema de ensino: a modalidade presencial e a modalidade à distância. Verifica-se que, a modalidade presencial é habitualmente usada nos cursos regulares, cuja principal característica consiste que professores e alunos estão sempre no mesmo espaço físico, denominado sala de aula, cujos encontros ocorrem ao mesmo tempo através do chamado ensino convencional. Enquanto, na modalidade a distância, ocorre uma separação física entre professores e alunos no que corresponde ao espaço e/ou tempo. Ressalta-se que, a modalidade de educação à distância é efetivada mediante o uso intenso de tecnologias da informação e comunicação, inclusive podendo apresentar ou não momentos presenciais. A perspectiva oficial no Brasil prevê a Educação a Distância como:

É a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior (MEC, 2015).

Educação a Distância pode ser concebida como um recurso de incalculável relevância capaz de atender grandes números de alunos, de maneira mais efetiva em relação à outras modalidades, oportunizando um serviço de qualidade à sua clientela atendida. Uma característica marcante na EaD é o uso de novas tecnologias de informação e comunicação que abrem novas possibilidades para efetivação dos processos de ensino-aprendizagem. Conforme Bokums e Maia (2018):

A modalidade da EaD tem se tornado uma boa opção para que o conhecimento alcance a todos os indivíduos. Tanto aqueles que moram em cidades grandes e levam uma vida agitada quanto os que moram em vilas distantes dos grandes centros. A transmissão do conteúdo ocorre de forma igualitária, rápida e sem distinção. Logo, a EaD não se limita ao espaço e ao tempo, mas oferece acesso às diferentes formações com qualidade. Com isso, as pessoas que estão envolvidas com a EaD acabam, como resultado, passando pelo processo de inclusão. (...) A noção de inclusão está relacionada com diversos campos da vida social, política, econômica e cultural. Hoje se fala em inclusão de diversos tipos: inclusão digital, inclusão social, no mercado de trabalho, no mercado de consumo, inclusão no mundo letrado, enfim, a preo-

cupação com a inclusão está claramente manifesta (BOKUMS; MAIA, 2018, p.100).

Com a Educação à Distância, novas abordagens vêm surgido em consequência do uso crescente de ferramentas de interação e multimídias nos processos de formação e cursos. O avanço das tecnologias e mídias digitais, concomitantemente com a expansão da Internet podem ser considerados fatores que contribuíram para o acesso a informações, maior interação e colaboração entre pessoas independente da distância geográfica ou de contextos diferenciados. Compreende-se que, a Educação a Distância adquiriu grande relevância social, principalmente por permitir o acesso ao sistema educacional àqueles que estavam excluídos deste processo, sobretudo do ensino superior, por conta da indisponibilidade de tempo que deveriam adequar-se aos horários tradicionais de aula e por morarem em localidades distantes das universidades, desta forma, a Educação a Distância contribui no processo de formação de profissionais sem ocorrer o deslocamento do município.

Leite (1998) aponta que as ações de EaD encontram-se norteadas por alguns princípios, a saber:

Flexibilidade, permitindo mudanças durante o processo, não só para os professores, mas também, para os alunos. Contextualização, satisfazendo com rapidez demandas e necessidades educativas ditadas por situações socioeconômicas específicas de regiões ou localidades. Diversificação, gerando atividades e materiais que permitam diversas formas de aprendizagem. Abertura, permitindo que o aluno administre seu tempo e espaço de forma autônoma (LEITE, 1998, p. 38).

Nesse contexto, verifica-se que, a Educação a Distância tornou-se um instrumento essencial para a promoção de oportunidades, tendo em vista que muitas pessoas, apropriam-se desta modalidade de ensino, para formação de um curso superior, propiciando novas oportunidades profissionais.

O desenvolvimento da Educação à distância contribuiu para implementação de diversos projetos educacionais, atendendo as mais complexas

situações, como: capacitação em serviço, cursos profissionalizantes, formação inicial ou continuada, divulgação científica, campanhas educativas e outros estudos formais nos níveis do sistema educacional.

Aspectos históricos da EaD

A EaD percorreu no Brasil um longo percurso histórico, estando em contínua evolução. Desde os seus primórdios no país pelo ensino em rádio, perpassou pelos cursos profissionalizantes criados pelo então Instituto Universal Brasileiro – IUB (1941), organização que oferecia a modalidade de ensino a distância em caráter supletivo, cujos cursos eram realizados através de correspondências. Este modelo de ensino a distância também foi utilizado em 1973, para desenvolvimento um projeto governamental voltado para a formação de professores leigos, sendo chamado de projetos LOGOS.

No contexto atual, utiliza-se bastante o meio impresso, enquanto material complementar de estudo, no desenvolvimento das atividades de ensino a distância. Ressalta-se que, a experiência pioneira de EaD no Brasil, ocorreu pelas ondas do rádio e não foi realizada através da via impressa. Em 1923, na cidade do Rio de Janeiro, a Fundação da Rádio Sociedade realizava a transmissão de programas de radiotelegrafia, telefonia, literatura, línguas e outros. É possível verificar que, entre os meios de comunicação, o rádio se apresenta como o veículo que tem maior tempo de uso com iniciativas em EaD no país.

No ano de 1939 foi criado o Instituto Rádio Monitor, o objetivo desta instituição era utilizar o rádio com a finalidade de ensinar. Nas últimas décadas foram criadas muitas ações de educação a distância, onde o uso rádio destacou-se em vários tipos de projetos, em sua quase maioria no modelo governamental. Neste sentido, é possível destacar, as escolas radiofônicas que realizavam as teleaulas para o Movimento de Educação de Base – MEB em 1956 e o então

Projeto Minerva, cuja transmissão de cursos ocorria em cadeia nacional através das emissoras de rádio nos anos de 1970.

Ao longo dos anos várias iniciativas foram desencadeadas, sobretudo após a criação da Secretaria de Educação à Distância – SEED, pelo Ministério da Educação em 1995, que adiantou alguns pressupostos dessa modalidade de ensino, que mais tarde foram reafirmados pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996. Essa lei vem legislar acerca das iniciativas em EaD no Brasil. Em seu artigo 80, prevê:

Art. 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e da educação continuada.

§ 1.º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2.º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3.º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4.º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Após a LDB, em fevereiro de 1998 mediante o Decreto 2494/98, é possível observar novas diretrizes relacionadas a Educação a distância. No artigo 2º do Decreto 2494/98 se observa que:

Os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...).

É importante ressaltar que, o Decreto 2494/98 vem estabelecer que,

as propostas dos cursos em EaD deverão ser encaminhadas aos órgãos do sistema municipal ou estadual responsáveis pelo processo de credenciamento das instituições, permitindo a autorização dos cursos, a não ser que a instituição esteja vinculada ao sistema federal de educação, cujo credenciamento é realizado pelo Ministério da Educação. Quando os cursos são a nível de graduação ou em educação profissional no nível tecnológico, é necessário que a instituição interessada faça o credenciamento junto ao MEC, a fim de obtenção da autorização para oferta de cada curso.

Na década de 90, surgem novas tecnologias de comunicação e informação, ampliando as possibilidades de acesso junto aos espaços e ambientes propiciados pela Internet, desta forma, novos projetos de EaD são iniciados, inclusive em âmbito governamental através da SEED/MEC desde o ano de 1996. Nesse período, a EaD era vista ainda como forma supletiva de oferta de educação, nessa fase ainda não apresentava a qualidade que hoje dispõe, neste sentido, essas iniciativas não entusiasmavam as instituições formais de ensino superior, tanto as públicas como as privadas. É importante mencionar que somente a Universidade de Brasília - UnB já apresentava a iniciativa de EaD, onde em 1980 foi pioneira com a criação do Centro de Educação a Distância - CEAD, destinado a oferta dessa modalidade de ensino através de cursos livres e também de curta duração.

A oferta de cursos na modalidade EaD exige muitos investimentos, onde é possível verificar algumas dificuldades no que corresponde a criação deste cursos, exigindo estrutura e tecnologias para a oferta regular das disciplinas a distância, requerendo altos investimentos em equipamentos, softwares e meios de telecomunicações.

(...) As várias universidades ou mesmo escolas que adotam a modalidade EaD, têm incorporado ao longo do seu desenvolvimento as novas tecnologias de informática e de telecomunicação, pois estas conseguem romper as barreiras geográficas e temporais e iniciam um novo

processo de ensino aprendizagem que insere estas novas tecnologias no cotidiano escolar (MARTINS; FROM, 2016, p. 5).

A EaD no desenvolvimento de sua trajetória vem incorporando projetos e tecnologias, com a oferta de recursos didáticos padronizados para que os discentes realizem o acompanhamento através de livros, apostilas, programas de vídeo, etc. A EaD cada vez mais vem incorporando as tecnologias de comunicação e informação em seus programas educacionais, realizando adaptações com as realidades regionais dos alunos, a fim de atender as necessidades concretas de ensino. Sabe-se que, a expansão da EaD também está relacionada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho. Conforme Preti (1996):

A crescente demanda por educação, devido não somente à expansão populacional como, sobretudo às lutas das classes trabalhadoras por acesso à educação, ao saber socialmente produzido, concomitantemente com a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos está exigindo mudanças em nível da função e da estrutura da escola e da universidade (PRETI, 1996, p.26).

A educação à distância no contexto atual vem abraçando as novas tecnologias que propiciaram inclusive uma melhor qualidade do processo de ensino. Tais tecnologias tem proporcionado um processo de comunicação multidirecional, com um ensino mais dinâmico e interativo. Para Pretto *et al.* (2010):

A comunicação multidirecional alcançada através da web permite inúmeras outras possibilidades para a Educação que antes nem eram cogitadas (avaliações a distância, pesquisas, formação de comunidades de aprendizagem via fóruns, listas de discussão, blogs, microblogs, SMS, entre outros) e viabiliza um contato direto entre emissor e receptor, transformando cada um num híbrido emissor - receptor (PRETTO; BONILLA; SARDEIRO, 2010, p. 76).

A educação a distância ao utilizar as novas tecnologia de informação e comunicação conseguiu expandir e melhorar o seu processo de ensino. Contudo, as ferramentas tecnológicas, devem estar adaptadas em conformidade com às necessidades pedagógicas, a fim de que se alcance os objetivos educacionais almejados.

Os programas de educação a distância para alcance da qualidade vem cada vez mais apreendendo diversas possibilidades de uso de diversos meios tecnológicos disponíveis, perpassando desde o material impresso até os ambientes interativos digitais. A EaD apresenta um caráter democrático, pois ao se utilizar das tecnologias de informação e comunicação, consegue ultrapassar barreiras na busca pelo conhecimento, especialmente por esta ferramenta ser capaz de acolher um quantitativo significativo de pessoas concomitantemente, mesmo estando distantes regiões do país, possibilitando o acesso à formação do sistema educacional.

Nos últimos anos, a EaD conseguiu agregar uma rede educativa muito ampla. No ano 2000, ocorreu a formação da UniRede, um consórcio que representa a Rede de Educação Superior a Distância, que agrega 70 instituições públicas do país com o compromisso de democratizar o acesso à educação de qualidade através da Educação a Distância, com a oferta de cursos de graduação, cursos de pós-graduação e cursos de extensão. Essa rede preconiza a EaD como um instrumento para compartilhar o conhecimento numa perspectiva democrática de ensino.

No ano de 2004, o MEC implantou vários programas EaD destinados a formação inicial e também continuada de docentes da rede pública, como o Programa Proletramento e o Programa Mídias na Educação. Estas ações foram precursoras para a criação do Sistema denominado Universidade Aberta do Brasil - UAB.

A Universidade Aberta do Brasil foi criada no ano de 2005, mediante uma parceria realizada entre o MEC, os estados e os municípios; através da integração de cursos, programas de educação, pesquisas na modalidade de ensino a distância.

No ano de 2006, entrou em vigor o Decreto nº 5.773, datado de 09

de maio de 2006, que prevê acerca do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e dos cursos superiores de graduação e sequenciais que compõem o sistema federal de ensino, com inclusão da modalidade a distância.

Observa-se que, o MEC ao promover a criação do Sistema UAB projetou um processo para democratizar o ensino superior público. Neste sentido, Costa e Zanatta (2008) destacam quatro finalidades desse sistema:

(a) ampliar o acesso à educação superior pública; (b) reduzir as desigualdades de oferta de Ensino Superior entre as diferentes regiões do país; (c) estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; (d) fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de Ensino Superior, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (COSTA; ZANATTA, 2008, p.47).

O sistema UAB também buscou a possibilidade de uma alta qualidade a ser ofertada nos cursos EaD, exigindo-se um gerenciamento responsável e comprometido, através de uma dinâmica capaz de privilegiar a interação e participação de todos os envolvidos, os alunos, os professores e os tutores. A EaD nos últimos anos tem crescido de forma significativa, os programas a ela agregados, especialmente, o Sistema UAB vêm ganhando cada vez mais adesão de renomadas instituições de ensino superior públicas, tanto as instituições estaduais como as instituições federais.

A Educação a Distância no seu percurso histórico conseguir ser legitimada no ordenamento jurídico educacional, sendo reconhecida como uma modalidade mais democrática da educação, pois ao fazer uso das tecnologias de informação e comunicação consegue transpor os obstáculos de acesso ao conhecimento. Não se pode negar o quanto a ampliação da EaD vem colaborando para a democratização do ensino, permitindo que pessoas de localidades distantes geograficamente consigam adquirir conhecimentos, onde este instrumento vem atendendo um grande contingente de forma simultânea.

Globalmente, é cada vez mais crescente a oferta de cursos formais e informais através da modalidade de Educação a Distância. As experiências brasileiras nessa modalidade de educação, governamentais e privadas, foram muitas e representaram, nas últimas décadas, a mobilização de grandes contingentes de recursos. Porém, embora avanços importantes tenham acontecido nos últimos anos, ainda há um caminho a percorrer para que a Educação a Distância possa ocupar um espaço de destaque no meio educacional, em todos os níveis, vencendo, inclusive, o preconceito de que os cursos oferecidos na Educação a Distância não possuem controle de aprendizado e não têm regulamentação adequada (ALVES, 2011, p.90).

O governo federal incorporou em sua legislação leis e normas direcionadas a Educação a Distância no Brasil, desta forma, os cursos superiores ofertadas através da modalidade de Educação a Distância conseguem apresentar diplomas com a mesma equivalência dos cursos que são ofertados pelas instituições de ensino superior que realizam a modalidade presencial. Com isto, observa-se que a modalidade de Educação a Distância vem rompendo barreiras, ocupando um espaço próprio no sistema de ensino.

Na sua trajetória histórica, inicialmente a educação à distância padecia de resistência e preconceitos. Contudo, nos últimos anos, verifica-se um aumento gradativo de vagas nas Instituições de Ensino Superior públicas, disponibilizadas através do Sistema UAB, mediante a oferta de muitos cursos na modalidade EaD. Com esse processo, muitas instituições privadas também passaram a ofertar a modalidade EaD para os seus cursos.

É importante ressaltar que, em conformidade com os dispositivos legais, os cursos EaD, assim como qualquer outro curso de graduação na modalidade presencial, exige-se portarias, reconhecimentos, avaliações periódicas e todas as demais exigências requeridas às instituições, sejam públicas ou privadas. Desta forma, o requisito da qualidade é exigido em relação à qualquer modalidade.

Hoje, ao se fazer uma avaliação das deficiências qualitativas em relação aos cursos no ensino superior, observa-se que tais deficiências não se restringem

exclusivamente aos cursos EaD, porém são deficiências verificadas em todo o sistema de ensino, inclusive no ensino presencial. A EaD conta na atualidade, com uma grande variedade de instrumentos que permitem a interação do aluno no processo de aprendizagem, favorecendo a aquisição de conhecimentos.

As Tecnologias de Informação e Comunicação disponibilizadas pela EaD dão ao aluno várias possibilidades de interação. Os cursos em sua maioria ofertam o acesso ao material digital (como também contam com material impresso), acesso a vídeos, temas relacionados aos conteúdos das disciplinas, links de notícias, salas de Chat, promovendo uma ampla comunicação, atendimento de tutores e professores, entre outras ferramentas. Neste sentido, verifica-se que tais aspectos fortalecem o processo de interação nesses ambientes virtuais de aprendizagem – AVA destinados aos alunos.

Legislação da Educação à Distância

A Educação a Distância no ensino superior, apresenta singularidades e especificidades intrínsecas ao seu processo, onde a legislação educacional abre um leque de limites e possibilidades quanto o seu uso. Diante disso, são apontados critérios e normas para o seu processo de organização, pois a EaD é direcionada para formação de pessoas, exige-se contudo a qualidade neste processo de formação. Verifica-se que, a categoria qualidade apresenta-se como critério para afirmação ou negação da EaD enquanto possibilidade educativa.

No Brasil, a Educação à Distância tem suas bases legais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394, datada de 20 de dezembro de 1996, com regulamentação prevista pelo Decreto n.º 5.622, de 20/12/2005 (que revoga o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) e normatização da Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revoga a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de

1998). Com a Lei 9.394/96, observa-se que, a EaD adquiriu o status enquanto modalidade que está integrada plenamente ao sistema de ensino.

A LDB - Lei 9.394/96, determina que o incentivo do desenvolvimento dos programas de Ensino a Distância, tanto de forma inicial como na forma de educação continuada. Tendo em vista, que a educação é compreendida não como produto, porém um processo, onde a aprendizagem requer continuidade.

A lei também prevê que o governo federal faça o credenciamento das instituições, definindo os requisitos para que se realizem os exames e registro de diplomas equivalentes aos cursos de Educação a distância. A legislação aponta que, cabe aos respectivos sistemas de educação (podendo ocorrer integração e cooperação entre os distintos sistemas) a expedição dos normativos para a produção, o controle e a avaliação dos programas de EaD, bem como a autorização para ocorrência de sua implementação.

A lei preconiza ainda, um tratamento distinto no que se refere à concessão de canais com fins educativo, podendo incluir a diminuição de custos dos processos de transmissão através dos canais comerciais direcionados a utilização de programas de EaD. Verifica-se que, a LDB criou um esforço para demonstrar a importância social presente nos sistemas de Educação a distância.

O decreto nº 5.622/2005 faz a regulamentação do art. 80 da Lei nº 9.394/1996, ao caracterizar a Educação a Distância enquanto:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, Decreto nº. 5.622/2005).

Observa-se que, a lei já aponta alguns requisitos de obrigatoriedade para a educação à distância, seguindo as mesmas exigências dos cursos presenciais, como: avaliações dos discentes; estágios obrigatórios, conforme previsão na

legislação pertinente; elaboração e defesa de trabalho acadêmico de conclusão de curso, de acordo com a previsão da legislação pertinente; e atividades relativas a laboratórios de ensino, também em conformidade com o caso.

Sabe-se que, o marco legal para a EaD no Ensino Superior no Brasil está relacionado desde o Decreto n.º 2494/98, que aponta sua composição através de dois entes estruturantes: primeiramente, a instituição sede responsável pela oferta dos cursos e o segundo corresponde ao polo de apoio presencial, que compreende o espaço físico, em localidades diferentes. O polo de apoio presencial tem a responsabilidade de disponibilizar aos alunos os recursos administrativos, didáticos e materiais imprescindíveis ao funcionamento dos cursos. O polo de apoio apresenta esse formato legalmente instituído, onde a presencialidade deste centro, requer a viabilização de fluxos informacionais e materiais entre a instituição sede e o polo de apoio presencial, desta forma, torna-se possível o desenvolvimento dos sistemas logísticos necessários às peculiaridades da EaD.

Conforme o Art. 2º do decreto 5.622/2005, a Educação a Distância poderá ter sua oferta disponibilizada nos presentes níveis e modalidades educacionais: na educação básica, na Educação de Jovens e Adultos - EJA, na Educação Especial, na Educação Profissional, apreendendo os seguintes programas e cursos: os técnicos, equivalente ao nível médio e os cursos tecnológicos, em nível superior. A educação superior, pode abranger os seguintes programas e cursos: os sequenciais, cursos de graduação, cursos de especialização, cursos de mestrado e doutorado.

Hoje, observa-se a oferta da criação de programas e cursos de pós graduação *stricto sensu*, com mestrados e doutorados a distância, com previsão no Decreto 5.622/05. Entretanto, ainda hoje, verifica-se que a CAPES ainda não realizou a edição das normas complementares referentes à sua implementação. A portaria no. 4.059, datada de 10 de dezembro de 2004 vem corresponder

como outra disposição legal federal com grande relevância, também conhecida pela alcunha de Portaria dos 20%, pois ela permitiu que as instituições de ensino superior possam ofertar disciplinas na modalidade semi - presencial, sendo caracterizadas enquanto atividades didáticas, modulares ou células de ensino-aprendizagem com centralização no processo de autoaprendizagem, através da mediação e uso de recursos didáticos, cuja organização possa utilizar diversos suportes de informação mediante tecnologias de comunicação remota. Ressalta-se o limite desta oferta ao percentual de 20% da carga horária total do referido curso. Conforme Rondelli (2002):

A emergência dos consórcios e dos modelos de ensino não - presenciais a partir de estruturas institucionais tradicionalmente organizadas para o ensino presencial está exigindo novas formas de gestão organizacional ainda somente ensaiados, pois há poucos modelos em que se pode inspirar. Mesmo os exemplos internacionais precisam ser adaptados às nossas características da cultura institucional do país, com seus vícios e empecilhos burocráticos, e à necessidade de alguma forma de controle externo da qualidade, principalmente quando se está lidando com uma metodologia que traz com ela as inseguranças inerentes da novidade (RONDELLI, 2002, p.29).

A Portaria Normativa nº 2, datada de 10 de janeiro de 2007 regulamentou a criação de polos enquanto abrangência para execução da ação das instituições de ensino superior nesta modalidade de educação a distância, visando realizar os momentos presenciais de obrigatoriedade. Desta forma, o polo de apoio presencial configura-se como unidade operacional voltado ao desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas de forma descentralizada relacionadas aos programas e cursos ofertados a distância.

Segundo a legislação a avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante: cumprimento das atividades programadas e realização de exames presenciais. (...) Pela lei, compete ao Ministério da Educação promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos e programas a distância para educação superior. No entanto, compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no

nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. (...) A lei prevê, ainda, que as instituições credenciadas para oferta de cursos e programas a distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares (DIAS; LEITE, 2007, p.07).

Observa-se que, o uso das tecnologias de informação e comunicação permitido por essa Portaria, conseguiu aproximar os dois modelos de educação: o presencial e a educação à distância, anteriormente tratado como realidades que não eram associáveis. Esse novo modelo agora vem sendo bastante utilizado nas instituições de ensino superior, ofertado disciplinas inclusive optativas nos cursos presenciais, porém no modelo EaD.

Ferreira (2000) aponta alguns aspectos da educação EaD:

Sob o olhar sociológico, a EaD é educação concebida da mesma forma que o ensino regular, sendo direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo. Logo deve ser considerada na Educação no mesmo contexto histórico, político e social em que se realiza como prática social de natureza cultural.

Do ponto de vista pedagógico a EaD deve ser encarada como um instrumento de qualificação que traz uma fundamental contribuição ao processo pedagógico e ao serviço educacional. Para confirmar esta afirmação, deve-se analisar seu potencial de utilização na capacitação e atualização dos profissionais da educação e na formação e especialização em novas ocupações e profissões. Nesses dois campos educacionais a EaD teve um crescimento significativo nos níveis médio e superior de ensino. Além disso, a EaD, por suas próprias características, se constitui em canal privilegiado de interação com as manifestações do desenvolvimento científico e tecnológico no campo das comunicações (FERREIRA, 2000, p.9).

A tendência contemporânea é que as fronteiras presentes entre a educação presencial e o ensino à distância venham perder suas demarcações rígidas. É possível verificar que, os cursos à distância também podem realizar atividades presenciais enquanto estratégias para melhoria do rendimento. Os cursos presenciais também podem utilizar de tecnologias de informação

e comunicação de forma complementar. Nesse sentido, a Portaria dos 20% - nº. 4.059, de 2004, propiciou que as instituições de ensino superior pudessem ofertar disciplinas na modalidade semi - presencial. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação é cada vez mais frequentes nos cursos, sejam eles presenciais ou a distância, contribuindo para a formação de diversos profissionais. Belloni (2012) ressalta que:

A perspectiva de formação de professores exige esta reflexão sobre como integrar as TICs à educação como caminho para pensar como formar os professores enquanto futuros usuários ativos e críticos bem como os professores conceptores de materiais para a aprendizagem aberta e a distância (BELLONI, 2012, p.77).

Outro ponto importante na legislação referente à educação à distância, corresponde a mediação docente feita pelo tutor que é um professor. Essa mediação corresponde à uma função docente, onde essa tutoria pode ser específica de uma disciplina ou até mesmo uma tutoria geral presencial, onde o professor surge como orientador de estudo.

O Decreto presidencial nº 9.057/201, que vem seguido da Portaria Normativa do MEC nº 11 datada de 20 de junho de 2017, juntos estes dois documentos trazem alterações significativas no chamado marco regulatório de credenciamento das instituições de ensino superior para a oferta de cursos de educação à distância no país. Nessa conjuntura, já é possível observar um grande crescimento da demanda real da modalidade EaD, favorecendo o crescimento dessa oferta tanto na rede pública como na rede privada, ampliando de forma significativa o ensino na modalidade à distância.

Considera-se que, a EaD potencializou um acesso com caráter democrático ao acesso ao ensino superior, assumindo uma função social agora norteadada pelo novo Marco Regulatório que prevê exigências acerca da infraestrutura para os polos de apoio presencial, com avaliação do seu impacto e análise dos possíveis caminhos pedagógicos, administrativos e tecnológicos para oferta qualificada de educação à distância das Instituições de Ensino Superior. Neste sentido, o marco regulatório prevê: a possibilidade de criação laboratórios específicos; exigência de um acervo ampliado no formato digital,

como também bibliografias básicas para uso complementar; organização dos materiais e conteúdos digitais; reconhecimento e adequação de outros espaços de aprendizagem além do polo institucional. Albuquerque e Sales (2018) afirmam que:

Desde o Decreto n.º 2494/98, até o atual Decreto 9057/2017, exigências para a avaliação da oferta nesta modalidade priorizavam pontos similares ao ensino presencial, transplantados para os polos de apoio presencial e toda a estrutura física presencial ali exigida. Podemos demarcar o início do processo que resulta no novo Marco Regulatório da EaD a partir da Resolução CNE/CES no 1, de 11 de março de 2016, estabelecendo Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Documento amplo, oriundo de um órgão acadêmico-científico como o Conselho Nacional de Educação, que detalha sua abordagem em itens como: material didático, avaliação e acompanhamento da aprendizagem, especificidades da sede e dos polos, perfil dos profissionais da educação, processos de avaliação e regulação da educação a distância. O Decreto Presidencial 9.057 de 25 de maio de 2017 e a Portaria Normativa MEC Nº 11, de 20 de junho de 2017 decorrem e estão coerentes com a ressignificação originada na Resolução CNE/CES no 01/2016, alterando exigências de presencialidade física e determinados recursos materiais para o desenvolvimento dos cursos EaD, que em nossa compreensão, eram associados ao ensino presencial, e à perspectiva de que o desenvolvimento de atividades síncronas e presenciais seriam garantia de qualidade (ALBUQUERQUE; SALES, 2018, p.5).

Hoje, o serviço de gestão do acervo didático na modalidade EaD vem realizando altos investimentos para a composição de material autoral, especialmente nas Instituições de Ensino Superior públicas que estão ligadas ao Sistema UAB, que realiza o custeio na produção de materiais didáticos,

audiovisuais e softwares. Na atualidade, as IES vêm produzindo muitos produtos digitais (inclusive fruto de pesquisa dos seus colaboradores), trabalhando para compor seus repositórios. O marco regulatório definiu o reconhecimento dos diversos conteúdos digitais enquanto elementos estruturantes de um arcabouço pedagógico e didático dos cursos on-line, no sentido de realizar a compilação, agregação e disponibilidade destes materiais no acervo bibliográfico para acesso aos estudantes. Neste sentido, ressalta-se que, o marco regulatório teve a preocupação com o acervo bibliotecário, de forma a disponibilizar uma ampla oferta de artefatos que são compartilhados pela organização.

Contribuições da EaD no processo educacional

A educação a distância configura-se como uma modalidade de ensino atrelada a tecnologia. Ressalta-se que, o seu surgimento e expansão, ocorreu a partir dos avanços tecnológicos, permitindo a flexibilidade espacial e temporal, o processo de autonomia de estudo, com a possibilidade de ensino mediado pela tecnologia. Alves e Nova (2003) apontam que:

A Educação à Distância (EaD) vem se tornando, ao longo dos últimos cinco anos, uma discussão fundamental para quem está refletindo sobre os rumos da educação numa sociedade cada vez mais interconectada por redes de tecnologia digital. São inúmeros os cursos à distância que são criados e difundidos diariamente, no mundo inteiro, utilizando a Internet ou sistemas de rede similares como suporte da comunicação pedagógica. Desde cursos informais de culinária, tai chi chu an ou eletrônica básica, até cursos de graduação e pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento (ALVES; NOVA, 2003, p.01).

Compreender a Educação enquanto categoria, requer entender seu processo histórico e conceitual, cujo significado está atrelado à formação humanista e integral do homem, na busca pelo saber, pela reflexão, pela crítica e criação, podendo, sobretudo assumir outras conotações, como treinamento, conhecimento pronto, rápido e acabado com visando atender ao processo dinâmico da acumulação capitalista, o que gera, a contradição presente entre

educação e treinamento. É como se a educação viesse perdendo a sua dimensão como um bem de uso e consolidando-se cada vez mais como um bem de troca.

Sabe-se que, a esfera econômica interfere na educação, com a mudança do paradigma para a globalização, são observados na regulação econômica e social o uso de tecnologias. A educação passa a apropriar-se destes recursos tecnológicos, enquanto forma de progresso contemporâneo, favorecendo uma melhor aprendizagem. Nesse contexto, a educação a distância utiliza-se desses recursos para o processo de aprendizagem. Desta forma, a Educação a Distância, ao se apropriar das tecnologias apreende um novo modelo de ensino, permitindo o alcance de novos alunos.

A Educação à Distância no contexto da globalização conseguiu realizar uma grande expansão, essa modalidade de ensino oferece uma educação aberta, favorecendo a superação das distâncias presente entre professores e alunos diante das situações não convencionais, pois as novas tecnologias permitem a integração, interação e promoção da interatividade entre os alunos e também entre estes e os docentes. Nesse modelo, a reflexão e o diálogo são elementos importantes para que a Educação à Distância seja fortalecida como modalidade de ensino-aprendizagem efetiva.

A Educação à Distância conforme Litwin (2001) apresenta um papel de mediatização realizado através das Tecnologias da Informação e Comunicação que favorece a interação entre os professores e os alunos, sendo que essa relação permite possibilidades para a construção de conhecimentos.

As palavras técnica e tecnologia têm sua raiz no verbo grego *tíctein*, que significa criar, produzir. Para os gregos, a *téchne* era o conhecimento prático que visava a um fim concreto e, combinada com *logos* (palavra, fala), diferenciava um simples fazer de um fazer com raciocínio. Para Aristóteles, a *téchne* era superior à experiência: era um fazer que implicava uma linha de raciocínio, que compreendia não apenas as matérias-primas, as ferramentas, como também a ideia originada na mente do produtor até o produto pronto – a *téchne* sustentava um juízo sobre o como e o porquê da produção (CORREIA, 2005, p.6).

A Educação à Distância apresenta uma proposta pedagógica que supera a metodologia tradicional didática, linear, centrada no professor enquanto detentor do saber, transmitindo aos alunos o conhecimento. A Educação à Distância apresenta uma dinamicidade, onde o aluno assume uma postura ativa no processo ensino aprendizagem, reforçando a importância da mediação interacionista, do diálogo no processo de construção do conhecimento. Conforme Litwin (2001):

O traço distintivo da modalidade consiste na mediatização das relações entre os docentes e os alunos. Isso significa, de modo essencial, substituir a proposta de assistência regular à aula por uma nova proposta, na qual os docentes ensinam e os alunos aprendem mediante situações não convencionais, ou seja, em espaços e tempos que não compartilham (LITWIN, 2001, p.13).

A Educação à Distância apresenta alguns aspectos peculiares que a diferencia da abordagem do ensino tradicional, especialmente pela flexibilidade. Observa-se que, esta característica é bem típica da educação a distância, permitindo o uso dos fatores tempo e espaço de maneira aberta, de forma a liberar o aluno das regras rígidas dos modelos ensino tradicionais. Entretanto, esta flexibilização é resultante da característica própria do contexto socioeconômico atual, que vem implicar em novas formas de organização e disciplina sem perder a configuração de sua proposta pedagógica. De acordo com Litwin (2001, p.14): “Isso quer dizer que as propostas de implementação não respondem a um modelo rígido, mas exigem uma organização que permita ajustar de forma permanente as estratégias desenvolvidas...”.

Ao analisar este aspecto, percebe -se a necessidade da EaD apresentar este traço marcante desta modalidade, que deve apresentar ágeis mecanismos administrativos e organizacionais, tais como: eficácia; disponibilidade eficiente dos materiais didáticos; informações precisas, orientação e atenção aos alunos, durante todo o transcurso de estudo, minimizando as barreiras da burocracia do ensino convencional. A flexibilidade dá mais liberdade ao aluno, que não fica

limitado à horários e rotinas rígidas, mas exige responsabilidade por parte dos alunos na execução das atividades e estudos.

O perfil requerido do aluno na modalidade EaD consiste na capacidade de autodisciplina, ou seja, exige-se uma disposição aos estudos e para interação peculiar, desta forma, o aluno pode reservar seu melhor horário, a fim de aprofundar nas leituras, reflexões e discussões, podendo compartilhar com os demais alunos. A autodisciplina é diferente do autodidatismo, cuja proposta era típica das primeiras gerações de EaD, cujo o material impresso era distribuído de forma de postagem pelos correios, ou através de rádio e televisão, pois o modelo apresentava esse princípio autodidata. De acordo com Litwin (2001):

A criação de materiais de ensino para cada um dos programas ou projetos alimentou a ideia de que esse ato implica a elaboração de materiais auto - suficientes para gerar uma proposta de aprendizagem. Se os materiais substituem as aulas convencionais e estas nunca são suficientes para assegurar o êxito da aprendizagem, é difícil que um material o assegure (LITWIN, 2001 p.14).

Com o advento da internet e das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, novas concepções passaram a influenciar a educação. Verifica-se que, o processo de construção do conhecimento é uma atividade coletiva, não se pautando no viés individual, pois requer a partilha de saberes. As TIC propiciaram essa interatividade requerida por essa proposta pedagógica da EaD.

A utilização das tecnologias pedagógicas neste processo de trabalho, permite a criação de possibilidades para construção interativa de conhecimentos, pois, a coletivamente juntamente com o saber dos sujeitos acaba realizando uma interação de saberes, concretizando a formação de conhecimentos em rede. A proposta pedagógica da EaD vem materializar essa construção coletiva de conhecimentos propiciada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, especialmente através da internet. Nesse contexto, o professor

também tem a função de mediador, possibilitando e incentivando que os sujeitos permaneçam em constante interatividade, mediante os diálogos e debates nos fóruns e chats, bem como no desenvolvimento das atividades para integração efetiva entre os sujeitos da aprendizagem.

Na maioria das vezes, os programas de EaD se apoiam na pedagogia tradicional, num paradigma condutivista, reforçando a fragmentação do conhecimento e da prática pedagógica. A partir dos princípios da instrução programada, tivemos o desenvolvimento das metodologias de auto aprendizado e o surgimento da tecnologia educacional. Com isso, tivemos a definição dos objetivos operacionais, das unidades de aprendizagem, da estruturação sequencial dos conteúdos e atividades e da aprendizagem individualizada, segundo o próprio ritmo do aluno. Podemos observar, ainda hoje, que muitos programas de ensino informatizados seguem a lógica da instrução programada, assim como também é possível identificar uma forte influência desta nos cursos de EaD. (CORREIA, 2005, p.31).

Na atualidade, a sociedade da informação apresenta suas características interligadas ao desenvolvimento da transmissão e processamento da velocidade da informação. Os sentidos desses processos ganham força na medida em que concretizam sua relação com a realidade vivenciada, apreendendo o contexto cultural, a existência pessoal e social, ou seja, que apresentem significado, para que ocorra a conversão dessas informações em conhecimentos. Desta forma, é possível reconhecer a relevância do processo de ensino e aprendizagem enquanto parte desta conversão.

As rápidas transformações tecnológicas conseguiram impor um ritmo distinto à práxis pautada nos processos de ensinar e aprender. Com as Tecnologias da Informação e Comunicação, o deslocamento não é mais o aluno, porém a informação. Nesse contexto, a velocidade da informação adquire status importante, para aquisição de conhecimentos: a velocidade para aprender permite apreensão de conhecimentos, habilidades e competências. Assim a velocidade no acesso às informações, permite a interação neste processo educativo.

A EaD supera a visão tradicional do espaço de sala de aula, que é

modificado pelas novas possibilidades de realizar a comunicação e a interação. Nesta modalidade, também é possível superar a lógica do professor enquanto detentor do conhecimento e do aluno como mero expectador, que passa a ser substituída pela construção coletiva e contínua em rede. Na EaD, o espaço de aprendizagem não se limita ao polo presencial de referência, porém os ambientes virtuais também são considerados espaços eletrônicos de aprendizagem, significando, que virtualmente, o lócus da aprendizagem, é viabilizado pela comunicação multidirecional que ocorre entre todos os sujeitos envolvidos neste processo ensino-aprendizagem. Okada e Santos (2004) apontam que:

Os novos paradigmas epistemológicos apontam para a criação de espaços que privilegiem a co-construção do conhecimento, o alcance da consciência ético - crítica decorrente da dialogicidade, interatividade, intersubjetividade. Isto significa uma nova concepção de ambiente de aprendizagem – comunidade de aprendizagem que se constituam como ambientes virtuais de aprendizagem (OKADA; SANTOS, 2004, p. 54).

A sala de aula enquanto ambiente virtual, disponibiliza várias mídias com diversas linguagens pedagógicas (mensagens, fóruns, chats, tarefas para avaliação, bibliotecas virtuais, etc.) que também estão inclusas neste processo de aprendizagem.

Na educação a distância, o processo interativo entre professores e estudantes além de permitir a troca de saberes, favorece um encontro sócio-afetivo. Verifica-se que, quanto maior for a interação entre professor e os alunos, mais atrativo e amigável será o ambiente, diminuindo a sensação de isolamento e desamparo que aflige muitos estudantes. As Tecnologias de Informação e Comunicação fornecem muitas possibilidades de interação e de interatividade. Contudo, Belloni (2012) chama a atenção para:

É fundamental esclarecer com precisão a diferença entre o conceito sociológico de interação – ação recíproca entre dois ou mais atores onde ocorre a intersubjetividade, isto é, encontro de dois sujeitos – que pode ser direta ou indireta (mediatizada por algum veículo técnico de comunicação, por exemplo, carta ou telefone); e a interatividade, termo

que vem sendo usado indistintamente com dois significados diferentes em geral confundidos: de um lado a potencialidade técnica oferecida por determinado meio (por exemplo CD-ROMs de consulta, hipertextos em geral, ou jogos informatizados), e, de outro, a atividade humana, do usuário, de agir sobre a máquina, e de receber em troca uma “retroação” da máquina sobre ele (BELLONI, 2012, p. 58).

A interatividade é uma característica que se constitui como um dos pilares da EaD, um elemento que dá sustentação a qualidade deste processo ensino-aprendizagem. Propiciar a interativa dos sujeitos envolvidos é um desafio contínuo nesta modalidade de ensino a ser enfrentado pelo mediador. Como seguimento deste desafio observa-se o surgimento da afetividade. Conforme Konrath *et al.* (2009):

A perspectiva da mediação pedagógica pressupõe que o professor assumira um novo papel no processo de ensino-aprendizagem no qual ele medeia as interações do aluno com o objeto de estudo/conhecimento. Além disso, o uso das tecnologias é pensado como forma de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e eficaz no sentido de que a aprendizagem realmente aconteça e seja significativa (KONRATH *et al.*, 2009, p. 3).

Através da mediação pedagógica ocorre a organização, planejamento e agregação de questões que surgem no decorrer da prática pedagógica. Essa mediação permite a sistematização de maneira a propiciar o domínio de novas competências e conhecimentos pelos alunos. Cabe o professor enquanto mediador, incentivar os alunos construam o seu próprio conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança no sujeito da aprendizagem.

A interatividade, favorece o resgate da relação afetiva presente entre os sujeitos da aprendizagem, pois a distância física não leva ao isolamento do aluno ao professor. A afetividade contribui a constituir o processo de identidade do sujeito. O professor enquanto mediador pode se preocupar com a integração dos alunos, no sentido da coletividade. O professor pode orientar para abertura de diálogo e troca de informações. De acordo com Ramal (2000, p.3): “está nas mãos dos professores a criação do espaço para o diálogo amigo, a discussão

coletiva, a partilha dos sentidos”.

A construção do saber na perspectiva EaD exige do educador um olhar multi referencial, capaz de envolver a reflexão e crítica dos aspectos que interferem na sua prática técnica, social e humana. A presença do professor através da mediação em EaD pode ser apreendida estruturada em três movimentos: na intervenção, no processo de encaminhamento e na ação de devolução. Configuram-se como elementos constitutivos que fazem parte da ação tanto de aprender como de ensinar.

Na concepção pedagógica democrática no viés construtivista, o ato de intervir evidencia provocar a reflexão, instigar, requerendo do professor um prévio planejamento de suas intervenções diante do grupo (na turma virtual). Ao problematizar o tema, o educador estará preparando os alunos para a construção de conhecimentos. No processo de encaminhar são realizadas propostas de atividades, ou seja, tarefas que estão relacionadas à problematização planejada durante a primeira ação (que é a intervenção). Mediante os encaminhamentos, o professor é capaz de nortear o caminho do pensamento, promovendo a interação deste sujeito da aprendizagem visando alcançar o objeto da aprendizagem. A devolução é apreendida através do retorno da atividade, enquanto resposta às dúvidas apresentadas pelos alunos. A devolução propicia o esclarecimento teórico, a fim de que se compreenda o que foi trabalhado desde o processo de intervenção. O mediador pode identificar os pontos críticos apresentado nas discussões, sugerindo posicionamentos dos envolvidos, de forma a valorizar o trabalho dos participantes do curso. Ao mediar e também estimular a reflexão e o debate, o professor contribui para a motivação dos alunos, favorecendo o sentimento de pertencimento e o processo de socialização.

Um aspecto importante a ser considerado na EaD corresponde à avaliação. Geralmente, na educação tradicional, o processo de avaliação

normalmente acontece na fase final, configurando-se como um instrumento de controle pressão por parte do professor. Porém, na EaD é possível ocorrer um tipo de avaliação processual, que faz análise do desenvolvimento do aluno mediante uma visão também multi referencial, ou seja, verifica-se sua participação nos fóruns de discussão, nos trabalhos coletivos e na auto - avaliação, tendo em vista que o perfil do aluno ao buscar esse modelo de educação continuada deve valorizar a responsabilidade e a autonomia. Ramal (2000) nos aponta que:

Na época do ensino por correspondência, era difícil a credibilidade pública de cursos nos quais as provas eram realizadas em casa, sem a vigilância do professor. Agora o problema da credibilidade, queiramos ou não, ainda se faz presente. A legitimidade da EaD deverá ser conquistada através de estratégias inteligentes, que envolverão testes on-line, acompanhamento personalizado e novos conceitos de avaliação, na qual passem a ser medidas, mais do que a memória e a assimilação de conteúdos, as competências desenvolvidas ao longo do processo (RAMAL, 2000, p.5).

A avaliação do desenvolvimento das competências dos alunos exige professores capacitados, que possa ser capazes analisar a linguagem escrita, carregada de símbolos e signos, ponderando se de fato houve o processo de construção de conhecimento. Ao desenvolver a docência on-line, verifica-se que a presente percepção pode ser desenvolvida pelas interações, até mesmo pela capacidade argumentativa apresentada pelos alunos e como estes contribuem para o saber coletivo. Esse exercício exige dedicação do professor, mais apurada do que a realizada na educação tradicional.

Na EaD, a metodologia exigida ao professor é estrutural, onde o seu papel transmuta-se. Do professor é requerido os seguintes atributos: favorecer a participação e intervenção dos alunos, onde participar não se limita apenas responder ou na escolha de uma opção dada, pois a participação corresponde na atuação na comunicação e construção do conhecimento; promover a bidirecionalidade dos processos de emissão e recepção, pois a aprendizagem e comunicação são produzidas decorrentes dessa ação conjunta dos sujeitos

envolvidos; propiciar a disponibilidade múltiplas das redes articulatórias, compreendendo que as mensagens não são fechadas, porém são capazes de oferecer informações na rede de conexões, favorecendo que os receptores tenham ampla liberdade nas associações e significações; favorecer a cooperação, pois comunicação e conhecimento podem ser construídos entre professor e alunos na criação de um trabalho solitário; possibilitar a expressão para confronto das subjetividades, o professor deve saber lidar com as diferenças no processo de construção do conhecimento e da democracia.

Observa-se a importância do professor apresentar essas habilidades, pois permitem aproveitar o potencial das tecnologias de ensino em sala de aula. O professor enquanto mediador deve ser um formulador de problemas, provocando situações, arquitetando percursos, mobilizando inteligências coletivas e múltiplas na experiência de construção de conhecimento, de forma a ampliar as possibilidades de aprendizagem. A EaD apresenta como eixo pedagógico a interatividade do processo ensino-aprendizagem, de maneira não linear e não hierárquica.

Na EaD, o professor constrói uma visão de currículo a partir de uma concepção hipertextual. Observa-se que, o hipertexto configura-se por ligações e efeitos no processo dinâmica presente nas relações das trocas de saberes, evidenciado por percursos não - lineares, cujos conhecimentos também não são hierárquicos, estando em constante negociação com os sujeitos. Desta forma, é possível reconhecer que, o professor é referência para orientação dos alunos, quer seja de forma individual ou coletiva, incentivando a interatividade e participação.

Na perspectiva tradicional, o ensino era visto no modelo de transmissão de conhecimento, a EaD deu lugar à interatividade no contexto educativo. Porém, é primordial que o professor compreenda que na educação à distância, o

contexto é repleto de novos signos de novos significados, que apreende desde a seleção de artigos até o fomento da hipertextualidade. Sabe-se que, o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA propicia uma interação constante em algumas instituições ocorre em tempo real. Moran (2003) aponta que:

O professor on-line precisa aprender a trabalhar com tecnologias sofisticadas e tecnologias simples; com Internet de banda larga e com conexão lenta; com videoconferência multi ponto e teleconferência; com softwares de gerenciamento de cursos comerciais e com softwares livres. Ele não pode acomodar-se, porque a todo o momento surgem soluções novas e que podem facilitar o trabalho pedagógico com os alunos. Soluções que não podem ser aplicadas da mesma forma para cursos diferentes (MORAN, 2003, p. 43).

Na EaD, verifica-se que a distância é somente física, porém a proposta pedagógica apresenta uma dimensão que independente da distância física, a presencialidade é permitida. O estar presente pode ocorrer nos contatos visuais (videoaula), auditivos (podcast) e sobretudo textuais (chats, mensagens, fóruns), onde o tutor avalia a presencialidade presente neste modelo de Educação a Distância. O papel do tutor é primordial, pois ele no cotidiano consegue manter contato com os alunos, possibilitando que este se sinta parte do curso e também da instituição. Para Ribeiro e Neves (2007):

Um dos aspectos impulsionadores da aprendizagem é a afetividade, que, mais do que despertar, mantém o interesse de uma pessoa em algo, pois a força afetiva é muito mais importante do que se pode perceber numa observação rápida e deve ser mais bem compreendida e utilizada pelos professores em geral. A um tutor, são necessárias a sensibilidade, a afetividade e a receptividade, pois uma educação que se realiza a distância não significa que deva estar distanciada do relacionamento humano (grifo nosso). A empatia com seus interlocutores é necessária, porque, ao captar as incertezas dos alunos, suas ansiedades e inseguranças, a tutoria se aproxima deles e aumenta a possibilidade de uma interação mais eficaz. Se a interação facilita a manifestação das carências e das vontades, facilita, portanto, também o conhecimento dos aspectos cognitivos e emocionais da aprendizagem, contribuindo para aperfeiçoar as habilidades na resolução de problemas em qualquer área do conhecimento (RIBEIRO, NEVES, 2007, p. 54).

A forma construtivista educativa para aquisição de conhecimento na EaD, prevê a relevância do material didático, porém não é suficiente para a aprendizagem de cada aluno. Neste sentido, o processo de aprendizagem deve ser complementado através da mediação da tutoria. Aos alunos deve ser dada atenção aos procedimentos cognitivos e administrativos: ele recebe as orientações que dão incentivos a superação de suas dificuldades, visando permanecer neste processo e apresentar avanços na construção ativa do seu conhecimento, conforme o ritmo de sua aprendizagem e do seu estilo cognitivo.

A EaD deve buscar evitar as causas da evasão escolar, principalmente quando estão relacionadas ao processo de organização do curso, considerando que elas também podem ser decorrentes do desinteresse e da falta de motivação dos alunos. O tutor tem uma função importante e uma grande responsabilidade em relação à permanência dos alunos, implicando na realização de uma prática reestruturada do curso, pautada na sua avaliação ou no trabalho contínuo de orientação e facilitação da aprendizagem dos alunos, através do apoio pedagógico; do acompanhamento sistemático do desempenho, da criação de espaços e canais para diálogo e troca de experiências entre os envolvidos. Esse contexto vem exigir além de uma atuação dinâmica e permanente, atentando-se para os limites e dificuldades impostos aos alunos durante o seu processo de aprendizagem.

Dentre as estratégias mais efetivas que visam desenvolver a autonomia pedagógica por parte de quem aprende, cabe destacar a inserção de momentos presenciais individuais ou grupais para a elaboração de trabalhos. Trabalhos em grupo para que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades comunicativas, de liderança, de negociação e de resolução de problemas em equipe. É no trabalho grupal (presencial ou virtual) que se integram e articulam conteúdos.

Uma aprendizagem que se pretende participativa não pode prescindir de dispor de um espaço para o desenvolvimento da argumentação entre os sujeitos, já que é no desenvolvimento da capacidade de argumentar do aluno que está uma das principais manifestações formais da dimensão política da aprendizagem. Colocando-se, ele faz valer a sua

opinião. Escutando o outro, ele aprende a respeitar e a valorizar outras opiniões, pontos de vista que, se não o fazem aprender com o outro, fazem-no, no mínimo, reafirmar seu próprio posicionamento. Assim, a comunicação tutor - aluno e aluno - aluno é uma condição básica para que a aprendizagem ocorra. Cabe ao tutor o desempenho da função de mediação e provocação de aprendizagens capazes de suscitar no sujeito a realização de interações que o façam se desenvolver como cidadão e profissional.

Seja por exigências legais, seja pela demanda dos próprios alunos ou pelas próprias características dos cursos, o fato é que a maior parte dos programas de EaD planejam a ação da tutoria em momentos de interação, que se concretizam por ocasião de encontros e seminários, quando o aluno se comunica ao vivo com o (s) tutor(es) e outros alunos. Esses momentos devem ser vistos como oportunidades para troca de experiências, trabalhos em grupo, aprofundamento de conteúdos, esclarecimento de dúvidas, apresentação de trabalhos e, até mesmo, de avaliação. Como os momentos presenciais se assemelham a atividades de sala de aula, eles merecem um tratamento igual a uma aula presencial, isto é, devem seguir um plano de aula elaborado para atender a seus propósitos (RIBEIRO, NEVES, 2007, 63-64).

A Educação a Distância permite o acesso as ferramentas multi midiáticas que favorecem o desenvolvimento da interatividade, onde o aluno pode compreender através da visão crítica (em função do feedback), também permite a possibilidade de acesso imediato a um grande volume de materiais, uma estrutura não - linear de materiais didáticos, demonstra os indicadores de progresso virtual, permitindo a repetição, sempre que se fizer necessário.

Ao externalizar o conhecimento, o aluno pode expressá-lo de maneira dialógica, nos ambientes de fóruns temáticos, nos trabalhos individuais e até mesmo coletivos, de forma que o aluno possa desenvolver sua capacidade crítica reflexiva, que é condição primordial para o êxito da aprendizagem em EaD. Não basta apenas o esforço dos professores/tutores no incentivo a participação no debate, porém o aluno dispor de uma atitude proativa no processo educativo, trocando ideias e conhecimento.

Caracterização da EaD

A EaD conforme Aretio (2001) perpassou por três gerações, a saber: o ensino por correspondência, o ensino multimídia e o ensino telemático. Contudo Moore e Kearsley (2007) discordam e subdividem esse percurso em cinco gerações: a) o estudo por correspondência; b) a transmissão por rádio e televisão; c) a abordagem sistêmica, que apreende o surgimento da Universidade Aberta; d) as teleconferências; e) as aulas virtuais através do computador e da internet.

No Brasil, a fase do ensino por correspondência, destaca-se a relevância do Instituto Monitor, iniciando suas atividades no ano de 1939 e do Instituto Universal Brasileiro - IUB, que no ano 1941 passou a ofertar seus primeiros cursos. Estes dois institutos apresentaram contribuições na formação de muitos profissionais brasileiros qualificando mão de obra para o mercado de trabalho. Desta forma, iniciaram-se as primeiras ações na modalidade de EaD, voltada para as pessoas que não queriam uma formação, porém sem acesso presencial às escolas.

Nessa fase inicial da EaD, o seu foco principal consistia na transmissão de informações com uso da linguagem escrita, para formação dos seus alunos. Observa-se uma limitação do processo de comunicação entre professores e alunos, onde as mensagens enviadas através de correspondência. Este modelo da EaD implementado por correspondência prevaleceu até a década de 1960, perdendo espaço para algumas iniciativas que faziam uso do rádio. Contudo, ressalta-se que, esse material impresso e o uso postal pelo correio, teve continuidade em fases seguintes do percurso histórico da EaD, porém com a implementação de outras tecnologias n processo de comunicação entre os sujeitos envolvidos.

É importante percebermos que nesta primeira etapa da história da EaD, os cursos oferecidos eram mais de caráter técnico, objetivando a transmissão de informações e sua memorização por repetição. O

diálogo entre professor e aluno era pouco, pois os contatos pelo correio eram lentos na época, tornando inviável uma proposta com mais diálogo entre professor e aluno. No entanto, este mesmo modelo de educação, da transmissão de uma grande quantidade de informações do professor para vários alunos, esperando respostas iguais, também era o modelo que mais se encontrava nas escolas presenciais (SCHERER, 2016, p.18).

Aretio (2001) aponta que, na década de 1960, iniciou uma nova etapa da EaD, chamada por este autor de ensino multimídia. Nesta etapa, observa-se o uso de diversos recursos que contribuem para o processo de aprendizagem. Esta etapa, além do texto escrito, também são produzidos vídeos e áudios, com o uso da televisão e rádio. O telefone é um recurso também utilizado na comunicação entre os professores e os alunos.

A EaD durante muito tempo conseguiu representar a distância em um viés geográfico, porém no ponto de vista político considerava como marginalizados os seus estudantes, quando comparados aos alunos que usufruíam do ensino presencial. Observa-se que a visão era preconceituosa, como o uso das tecnologias era destinado aqueles que não tinham condições de se beneficiar da educação presencial.

No Brasil, esta fase da história foi caracterizada por cursos à distância, usando, além do material impresso, as transmissões através da televisão e do rádio, as gravações de vídeo e de áudio dentre outros. Aretio (2009), afirma que em 1923, ocorreu a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, operada pelo Departamento de Correios e Telégrafos, essa emissora realizava a transmissão de programas de radiotelegrafia e telefonia, literatura, literatura infantil, línguas e outros que chamavam a atenção e interesse comunitário. Conforme Scherer (2016):

Os programas educativos, a partir deste período, foram sendo implantados a partir da criação, em 1937, do serviço de radiodifusão educativa do Ministério da Educação. Destacaram-se a Escola Rádio - Postal, A Voz da Profecia, criada pela Igreja Adventista em 1943, com o objetivo

de oferecer cursos bíblicos. Neste período, em 1946, o SENAC iniciou as suas atividades e, logo depois desenvolveu no Rio de Janeiro e São Paulo a Universidade do Ar, que, em 1950, já atingia 318 localidades (SCHERER, 2016, p. 20).

No ano de 1956, o Movimento Educação de Base - MEB, promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, criou as escolas radiofônicas. Ressalta-se que estas escolas foram criadas visando apoiar e alfabetizar as primeiras ações da educação de jovens a adultos, cujos alunos tinham dificuldades de acesso à escola presencial. Este movimento teve como foco centralizado especialmente as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Outros movimentos da EaD também podem ser citados nesta etapa da história, tais como o Projeto Minerva, criado em 1970 baseado em um projeto rádio educativo. Aponta-se que, tal projeto, estava vinculado ao Governo Federal, apresentava oferta de cursos em níveis de ensino fundamental e de ensino médio (científico, magistério, contabilidade), visando responder em um curto prazo as demandas do desenvolvimento social e econômico do país.

A televisão usada enquanto meio educacional foi utilizada de forma positiva em sua etapa inicial, com diversos registros de incentivos no país, a esse respeito, principalmente durante as décadas de 1960 e 1970. É dado destaque, a TV Educativa no Maranhão, com criação datada de 1969, Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê), sendo um órgão integrante do MEC, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel).

Com o avanço da tecnologia nos anos 60, surgiram as televisões educativas. Em 1978, foi criado o Telecurso 2º Grau que, através da parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho, em que o objetivo era preparar alunos para exames supletivos de 2º grau, que na década de 90 passa por uma reformulação e passa a se chamar Telecurso 2000 com a inclusão do curso técnico de mecânica. (...) No ano de 1979, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de ensino Superior (CAPES) fez experimentos na formação de professores implementando a Pós-Graduação Experimental a Distância (MELCHERT, 2016, p. 38).

De acordo com Aretio (2001), na década de 1980, as telecomunicações passaram a se integrar aos processos de Educação à Distância, surgindo a possibilidade do uso de comunicação entre professores e estudantes distantes fisicamente, através da utilização de recursos de vídeo e de áudio. Ocorre o uso dos recursos de informática, potencializando a emissão por meio da rádio e da televisão, ampliando a possibilidade de transmissão através de satélites, permitindo a comunicação via bidirecional entre os professores e os alunos, com as vídeo conferências e áudio - conferências. Neste período, o processo de comunicação entre os professores e os alunos passa a ocorrer de maneira sincronizada (pessoas interagem em tempo real) e assíncrona (as pessoas interagem em tempos diferentes) por diversos meios.

Os avanços tecnológicos potencializados pelo acesso à internet permitiram o surgimento de novos modelos de universidades, algumas com características puramente virtuais, apresentando colaborações e combinações entre todos os tipos de instituições. A internet possibilitou a ampliação da oferta de cursos no modelo EaD, ultrapassando as barreiras da distância, superando o modelo de EaD através de correspondência. Os recursos de internet propiciaram a interação entre professores e alunos, diminuindo as barreiras da distância física entre os sujeitos envolvidos. Scherer (2016) aponta que:

A internet também viabilizou a comunicação com uso de imagem e som, em tempo real, personalizada, de professor para aluno, aluno para professor e entre alunos, independente da distância existente. Hoje, podemos nos conectar à internet, dialogar via texto escrito e/ou áudio, acessar informações em várias linguagens, conversar a dois, ou em grupos maiores, vendo e ouvindo os interlocutores pelo computador. É importante lembrar que muitas pessoas ainda não possuem acesso à internet, mas este é um caminho que juntos temos de trilhar, lutando juntos por este direito, independente do bairro, município, estado ou país em que vivemos. Fazemos parte de uma grande rede, e, para aprendermos a nos relacionar com ela e por ela, aprendendo e ensinando, temos de estar conectados (SCHERER, 2016, p. 24).

O uso de novas tecnologias permitiram novas pesquisas e experiências em EaD, que passaram a se multiplicar e ainda estão em contínua expansão. São diversas abordagens em educação que vêm qualificando essas experiências por todo o país e no exterior, realizadas por diversos centros de formação profissional e instituições educacionais.

A tecnologia apresenta uma dimensão fundamental para mudança social, favorecendo a evolução da sociedade, mediante a interação complexa de diferentes fatores: econômicos, políticos, culturais e tecnológicos. A EaD nesse contexto marcado por muitas inovações tecnológicas, compreende que a educação é capaz de mobilizar os professores e alunos para criação de novas rotinas, que exigem mudança de atitudes, novas formas de visualizar e de organização no mundo. A vivência em EaD exige dos professores a mudança de processos no ensino e aprendizagem. Desta forma, Moran (2004) ressalta que:

(...) obrigar alunos a ficar confinados horas seguidas de aula numa mesma sala, quando temos outras possibilidades, torna-se cada dia mais contraproducente. Para alunos que têm acesso à Internet, à multimídia, as universidades e instituições educacionais têm que repensar esse modelo engessado de currículo, de aulas em série, de considerar a sala de aula como único espaço em que pode ocorrer a aprendizagem. [...] A flexibilização de gestão de tempo, espaços e atividades é necessária, principalmente no ensino superior ainda tão engessado, burocratizado e confinado à monotonia da fala do professor num único espaço que é o da sala de aula (MORAN, 2004).

A EaD é uma modalidade educativa que flexibiliza a gestão de tempo e espaços na realização das atividades das instituições. É importante pensar em propostas voltadas para uma verdadeira educação, que permita a democratização deste processo mediante o acesso e inclusão ao ensino. Bacha Filho (2013) ressalta que:

Se esforços para a melhoria do sistema educativo devem centrar-se na ampliação das oportunidades de aprendizagem, a EaD é um possível instrumento para concretizar políticas de equidade que aumentem as oportunidades educativas de grupos tradicionalmente marginalizados e permitam a construção de uma sociedade em que todos os cidadãos

compartilhem um patamar comum de conhecimento e códigos culturais atenuando a injusta exclusão social (BACHA FILHO, 2013, p. 32).

A EaD apresenta suas especificidades bem típicas dessa modalidade. A EaD trouxe oportunidades para melhoria das práticas educativas, permitindo o acesso de muitos ao processo de construção de conhecimentos, adaptando as tecnologias a um processo social de evolução da sociedade. Scherer (2016) traça algumas características que configuram a EaD, a saber:

- **DEMOCRATIZAÇÃO** – pela EaD há possibilidade de educação para todos com redução ou eliminação das dificuldades de acesso a cursos. Representa a igualdade de oportunidades de formação, de modo especial para as pessoas que não puderam frequentar a escola presencial em sua idade de escolarização. Esta característica podemos perceber ao longo da história da EaD, e presente até os dias de hoje.
- **INDIVIDUALIZAÇÃO** - atenção singular a cada sujeito em seu contexto de tempo e espaço de estudo.
- **AUTONOMIA** – é importante desenvolver a capacidade de auto-organização, de autoprodução, a capacidade do estudante de emancipar-se, de se tornar sujeito da aprendizagem. A autonomia é a capacidade que precisamos desenvolver para organizar as nossas ideias, para fazer sínteses de pensamentos e usar os conhecimentos em diferentes situações, tirando nossas próprias conclusões. Segundo Moraes (2008), a EaD, se bem planejada, pode se constituir em um instrumento útil de formação do aprendiz e desenvolvimento de sua autonomia.
- **DIALOGICIDADE** – é a possibilidade de diálogo consigo mesmo, com os colegas e professores, com os objetos de estudo, nos processos

de reflexão e produção. O diálogo é possível quando há compreensão do outro, dos significados que atribuímos ao que é discutido, é a busca coletiva pelo entendimento de um objeto em estudo.

- **SOCIALIZAÇÃO** - estimula a colaboração, o desenvolvimento da capacidade de participação de grupos, de gerar espaços sociais e políticos em seu entorno.
- **ABERTURA** – diversidade e amplitude na oferta de cursos. No contexto histórico discutido anteriormente, percebemos esta característica ao observarmos o quanto os cursos podem ser ofertados de forma diferente, atingido a poucos ou muitos, com pequenas ou grandes distâncias, dispersos geograficamente ou aglomerados.
- **EDUCAÇÃO PERMANENTE** – a EaD é um caminho para a aprendizagem ao longo da vida. É a oportunidade de ampliarmos continuamente nossos conhecimentos, seja para a vida profissional ou apenas para aprimoramentos na vida social e cultural. Afinal, podemos participar de formação continuada a partir de nosso tempo disponível, independente de estarmos próximos ou distantes geograficamente da instituição que a promove.
- **FLEXIBILIDADE** – essa modalidade foi criada para atender estudantes em diferentes necessidades, principalmente em relação a tempo e local de estudo.
- **CONSTRUCIONISMO CONTEXTUALIZADO** – a proposta de EaD precisa atender ao interesse dos alunos, sugerindo produções a partir dos contextos que constituem a realidade destes. Um produto contextualizado, segundo Valente (1999), está vinculado à realidade da pessoa ou do local onde é produzido e utilizado (SCHERER, 2016, p. 27-28).

Essas características mostram aspectos bem peculiares da modalidade EaD. Observa-se que, a Educação a distância no país vem crescendo a cada dia, onde esse crescimento está aliado ao aumento do interesse das pessoas em adquirir conhecimento, requerer a correta regulamentação desta modalidade. A EaD possibilitou certa democratização do ensino, onde professores e alunos embora estejam separados por espaço, mas estão próximos pelo uso de tecnologias. Na EaD, o aluno precisa gerenciar o seu tempo de estudo, escolhendo os melhores locais e horários para desenvolvimento dos estudos. Nesta gestão de horários devem estar inclusos o tempo para comunicação com os colegas e os professores.

A EaD enquanto modalidade educativa requer o uso de recursos tecnológicos que viabilizam a interação entre professores e alunos, que pode ser feita por telefone, computadores que tenha acesso a internet, com tecnologia de videoconferência, entre outros. A EaD requer uma estrutura organizacional disponível ao aluno, como: sistema de comunicação e informação, tutoria, secretaria, equipe para produção dos materiais didáticos, campus central e os polos de apoio presencial, etc. O uso da linguagem feita para a comunicação pode ser escrita, sonora, de vídeo, com uso de diversos recursos que permitam tanto a comunicação como a aprendizagem.

Os materiais didáticos usados pelos alunos devem apresentar uma linguagem clara e simples, com situações que permitam a reflexão no decorrer do processo, atividades que permitam fazer avaliação e sugestão para estudos complementares. Um aspecto muito positivo da EaD corresponde a possibilidade de desenvolvimento da comunicação simultânea para um número expressivo de alunos. A EaD exige o planejamento prévio dos cursos e a produção dos materiais com antecedência, ou seja, um tipo de pré-produção que envolve a organização dos materiais em programas de televisão, vídeos, materiais impressos, materiais

digitalizados que estejam disponíveis nos ambientes de aprendizagem virtual.

A mediação técnica, por meio da concepção e do uso pedagógico de materiais multimídia, gera novos desafios para os atores envolvidos nestes processos de criação [professores, realizadores, informatas etc.] (...). O fato de que esses materiais possam vir a ser utilizados por estudantes em grupo, com professor em situação presencial (no laboratório da universidade, por exemplo), ou a distância por um estudante solitário, em qualquer lugar e em qualquer tempo, só aumenta a complexidade desses desafios. (BELLONI, 2002, p. 122).

O espaço virtual disponibilizado na internet, não se configura como espaço físico, porém é um espaço que permite o encontro e a entrada de muitos alunos, sendo democrático por possibilitar o acesso de todos, embora alguns ainda apresentem problemas com a via de acesso tecnológico, que ainda é limitada a poucos. Observa-se que, esse ambiente virtual é concreto, pois nele ocorre a aprendizagem e a comunicação através da via de acesso física com uso das tecnologias de informação e comunicação.

Reafirma-se a importância que, o processo de ensino e de aprendizagem na modalidade EaD consiga apreender uma organização capaz de atender a todos os envolvidos neste processo: os discentes, os tutores, os educadores especialistas, os materiais didáticos, a instituição centro e o núcleo de apoio à educação a distância. Nesta modalidade educativa aparecem os tutores, como já citados, elementos importantes no processo educativo.

Os tutores também podem ser vistos como especialistas, não de uma disciplina específica, porém da área de conhecimento em que atua, pois tem a função de apoio e acompanhamento dos alunos nos seus estudos.

A EaD pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitam o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora, por meio de métodos de orientação e tutoria à distância, contando com atividades presenciais específicas, como reuniões do grupo para estudo e avaliação. Percebe-se, nessa concepção, a importância do uso das TICs e da mediação do professor no processo de ensino-aprendizagem; isto é, existe a noção de educação como um processo colaborativo, bilateral (professor - estudante e estudante - estudante) e significativo, pois o estudante é visto como construtor do seu próprio conhecimento, através de uma participação ativa (COSTA, 2017, p. 62).

A produção dos materiais didáticos na modalidade de EaD é de grande importância, especialmente nos modelos de EaD, quando ocorre pouca interação entre os sujeitos envolvidos. Scherer (2016) considera que o material didático é um componente que serve para comunicação entre alunos e professores.

O material didático pode ser criado a partir dos recursos tecnológicos disponíveis para a oferta dos cursos. Mas, que recursos tecnológicos podem ser usados em processos de EaD? Ao longo da história da EaD, várias tecnologias foram utilizadas para favorecer a comunicação entre professores e alunos. A EaD foi e ainda pode ser realizada usando recursos como: material impresso, rádio, televisão, videoconferência, computadores, dentre outros (SCHERER, 2016, p. 38).

A EaD para alcançar o êxito do processo ensino e da aprendizagem nessa modalidade específica de ensino não depende somente do uso das tecnologias utilizadas, porém do modelo oferecido, da concepção adotada de educação e do envolvimento de todos os sujeitos no processo. De acordo com Moran (2003) no país podem ser observados dois modelos de EaD que encontram-se articulados com a utilização de recursos tecnológicos. O primeiro modelo consiste nas teleaulas, onde se utiliza de satélite e a interação é realizada pela internet (chat, e-mail, fóruns, etc.). As teleaulas funcionam como aulas ao vivo, cuja transmissão ocorre por satélite em determinada localidade com várias salas em lugares diferentes. Este modelo é parecido com um programa televisionado, onde as pessoas de diversos lugares podem acessar ao Chat, enviar e-mails, etc, para quem está apresentando o programa (teleaulas). O que diferencia este modelo em relação aos programas televisivos, é porque na EaD, estas teleaulas são transmitidas, sendo que os professores conseguem distinguir o perfil dos discentes atendidos. Observa-se que, neste modelo, ocorre o acompanhamento por professores e tutores durante as teleaulas, mediante o complemento pela internet.

Esse sistema conseguiu avançar muito com as aulas realizadas por videoconferência. Desta forma, a comunicação entre os atores: alunos e

professores ocorre de maneira síncrona. A exemplo, durante a execução das teleaulas, um aluno presente em uma das salas de videoconferência poderá fazer questionamentos ao professor no momento em que ocorre a finalização da sua fala. Este professor ao poder ver e ouvir o aluno que realizou o questionamento, poderá dialogar com o mesmo e também interagir com os demais alunos, que estão em salas diferentes. Durante as videoconferências, os alunos também recebem o suporte da tutoria presencial, contando também com os ambientes virtuais.

Moran (2003) também especifica outro modelo de aula em EaD chamado por este autor de “modelo aula gravada e tutoria”. Verifica-se que, neste modelo, a aula é gravada pelos professores, onde o aluno pode receber em formato de material audiovisual (vídeo ou CD), recebendo orientações dos tutores locais. Neste modelo, ocorre a falta de interatividade com os professores mais experientes. A comunicação torna-se mais intensa mediante o uso dos ambientes virtuais.

A educação on-line é favorecida pelo uso de alguns recursos como: blog, podcast, Facebook, MSN, Skype, Twitter, dentre outros. Nessa sociedade do conhecimento, a medida em que, as tecnologias vão surgindo, da mesma novos modelos de Educação à Distância podem ser implementados. Porém, é importante ressaltar que somente o uso de tecnologia não é capaz de traçar o modelo de EaD a ser ofertado.

A educação on-line também configura-se como um outro modelo apresentado por Moran (2003). Neste modelo, o aluno faz o seu acesso a internet por meio de uma plataforma virtual, ou seja, um Ambiente Virtual de Aprendizagem. Verifica-se que, este ambiente a disponibilidade de materiais é expressa em diferentes linguagens (imagens, vídeos, textos, áudios, etc), podendo interagir com os colegas, professores e tutores. O objetivo primordial

deste modelo de EaD consiste no compartilhamento de informações, colaborando com os sujeitos envolvidos por meio de uma produção coletiva.

Na EaD, a tutoria compreende a organização de ações educacionais, que orientam o processo de aprendizagem dos alunos. A tutoria envolve: orientações para o aprofundamento de temáticas e práticas; acompanhamento e avaliação das aprendizagens dos alunos; articulação entre os diferentes espaços de aprendizagem; organização e desenvolvimento de encontros presenciais. Os professores das disciplinas são responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das aulas presenciais e pela articulação das aulas com os processos à distância. Os tutores orientam e avaliam os alunos, no processo à distância para ações de leitura, discussão, produção, práticas e estágio nas escolas. Ou seja, na modalidade de EaD, você tem acesso a professores e tutores que lhe acompanham durante todo o desenvolvimento do curso (SCHERER, 2016, p. 40).

Na construção do perfil de professores da EaD, um papel muito importante se constitui na relação de parceria entre alunos e professores no processo de aprendizagem. É importante que a prática do professor perpassa por três dimensões que conseguem traduzir os papéis deste professor. Conforme Scherer (2016) essas dimensões são:

Pedagógica – o professor precisa saber orientar, aconselhar, e fazer a tutoria, tanto no campo da área específica da disciplina quanto na área pedagógica, relacionada ao processo de aprendizagem do aluno. • Tecnológica – o professor precisa conhecer a relação entre as tecnologias de informação e comunicação e a educação (produzindo, avaliando, selecionando e definindo estratégias de uso de materiais didáticos e tecnologias para o processo de aprendizagem). • Didática – a autora comenta que o professor precisa ter formação específica na área em que irá atuar, planejando, avaliando ao propor metodologias da área específica que contribuam para a aprendizagem dos alunos. Neste sentido, tornar-se importante a busca por formação continuada em sua área de atuação (SCHERER, 2016, p. 41).

No seu processo histórico, percebe-se que, a educação a distância passou por um amplo processo de transformação, especialmente no que corresponde ao preconceito repassado a essa modalidade. Contudo, aos poucos, a EaD vem perdendo este estigma de ensino de qualidade inferior, ineficiente e emergencial na formação de alunos. Além dos obstáculos enfrentados, compreende-se que

a EaD oportuniza uma aprendizagem cooperativa, sendo possível potencializá-la mediante recursos de socialização e interação de conhecimentos que são construídos coletivamente. A modalidade EaD pode propiciar uma variedade de benefícios como: diminuição de custos, em função da redução de gastos, nessa perspectiva surge uma nova cultura no processo de trabalho através da internet, em comunidades virtuais; ocorre também a possibilidade de criação de modelos de treinamentos diferenciados; o fator flexibilidade tanto de horário como de tempo; o programa de aprendizagem on-line pode ser planejado visando a manutenção e conquista de clientes, cujo formato pode ser direcionado a variados tipos de formação; a EaD também permite a geração de indicadores mediante o monitoramento organizado e detalhado.

Muitos benefícios podem ser propiciados pela EaD, dentre eles, destaca-se: a flexibilidade em relação ao tempo, a economia em questão de deslocamento ao local de estudo, a organização do ritmo de estudo, os multimeios direcionados para a aprendizagem, experiências profissionais, o processo interativo com diferentes pessoas, além da oportunidade de aprendizagem pelo uso de novas metodologias e tecnologias.

A EaD ainda demanda muitos desafios, sobretudo as novas metodologias de ensino, pois compreende-se que a aprendizagem é um processo contínuo e a cada dia surgem novas descobertas, desta forma, as metodologias desenvolvidas necessitam de adaptação, a fim de possibilitar que o aluno possa aprender e compartilhar conhecimentos interagindo com outros, tornando-se um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, podendo transformar sua realidade.

Compreende-se que, as novas tecnologias propiciam a aberturas de “portas” de comunicação e interação com o mundo, formando cidadãos, atualizando os profissionais professores/tutores, de forma sincronizada com a

interação do processo educativo. Com a EaD, as tecnologias vem propiciando a criação de estratégias pedagógicas eficientes. Conforme Costa (2017):

Os Referenciais de Qualidade partem do pressuposto que não há um modelo único de EaD, podendo os programas apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. Porém enfatizam que todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade devem ter um ponto em comum: a compreensão, como fundamento primeiro, do que seja Educação. Além disso, enfatizam que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de um curso deve envolver aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura, fundamentalmente. Esses aspectos se desdobrariam, não de forma isolada, nos seguintes elementos: Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, Sistema de comunicação, Material didático, Avaliação, Equipe multidisciplinar, Infraestrutura de apoio, Sustentabilidade financeira e Gestão Acadêmico-administrativa (COSTA, 2017, p. 71).

A EaD pode ser caracterizada por: “ágeis mecanismos de inscrição; distribuição eficiente dos materiais de estudo; informação precisa, eliminando muitas barreiras burocráticas do ensino convencional; atenção e orientação aos alunos, tanto no período inicial do estudo como no seu transcurso” (LITWIN, 2001, p.14); permitindo também a flexibilização, a autoaprendizagem e a autonomia. A flexibilização é uma característica singular referindo-se às múltiplas possibilidades ofertadas pela EaD, cujo modelo não é rígido, porém exige uma organização que cria o ajuste de estratégias associadas a multiplicidade dos recursos pedagógicos, que facilitam a construção do conhecimento (LITWIN, 2001).

Entende-se que, a flexibilização de acesso é uma alternativa viável para a democratização de oportunidades: “No país como o Brasil, esta flexibilização exigiria esforços no sentido de expandir a oferta de cursos de preparação, de criação de espaços de estudos (centros de recursos) e de disponibilização a preços mais baixos dos materiais pedagógicos” (LITWIN, 2001, p.16).

A flexibilização do ensino promove o desenvolvimento de competências e habilidades para a autoaprendizagem, implicando na oferta de uma variedade de

cursos e módulo, com o uso de recursos de mídias e materiais produzidos para a autoaprendizagem que podem ser usados por alunos de qualquer modalidade de ensino, presencial e/ou à distância.

A autonomia propiciada pela EaD apreende algumas dimensões que perpassam pelo processo da racionalidade tecnológica do ensino, onde “o docente vê sua função reduzida ao cumprimento de prescrições extremamente determinadas, perdendo de vista o conjunto e o controle de seu trabalho” (LITWIN, 2001, p. 38), o que exige o desenvolvimento de habilidades em conformidade com o processo de racionalização.

A EaD consegue atender às necessidades de muitos estudantes que talvez pela rigidez do modelo tradicional presencial de educação não teriam a possibilidade de acesso. Na atualidade, o modelo EaD apresentou um grande crescimento, com grande procura, o que nos remete a importância de discutir e refletir esse modelo, seus desafios e os novos rumos da educação na sociedade do conhecimento que se encontra cada vez mais conectada nas redes de tecnologia digital. Observa-se que, a área da educação passa por mudanças contínuas acompanhando a evolução da sociedade, em especial o desenvolvimento de tecnologias, que propiciou a mudança de paradigmas, metodologias de aprendizagem e modelos de ensino. A EaD possibilitou alguns ganhos ao sistema educacional, sobretudo em relação a democratização do acesso, ofertando educação a alunos que apresentam dificuldades de acesso ao modelo de educação presencial.

EAD E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No mundo contemporâneo vivenciamos o processo de globalização, evidenciado por uma nova dinâmica de funcionamento. Neste contexto, exige-se dos educadores um melhor aprimoramento e a contínua atualização. Os profissionais devem questionar criticamente, ter capacidade e autonomia para tomada de decisões, sendo que estas habilidades são primordiais para que os profissionais consigam enfrentar os diversos desafios deste cotidiano.

No contexto globalizado, a evolução da humanidade vem ocorrendo de forma rápida, frente ao desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação, que exigem tais mudanças, sobretudo na área da educação. Sabe-se da importância da busca pelo conhecimento, seja ele através dos cursos presenciais ou pelos cursos à distância, contudo, a necessidade pelo aprimoramento torna-se fundamental.

O cenário contemporâneo, além das mudanças contínuas, verifica-se a valorização do conhecimento. A importância da formação profissional é uma das possíveis saídas para melhoria da qualidade de mão de obra no mercado de trabalho. Em relação a formação docente é relevante a aquisição de novos conhecimentos, reavaliação e reformulação da prática pedagógica, elevando o rendimento e, conseqüentemente sua autonomia.

Durante muitos anos, acreditava-se que, a obtenção de um certificado, já deixava o profissional apto para o resto da vida na sua área de atuação. Hoje, observa-se que, a realidade é bem diferente, sobretudo nessa chamada Era da Informação, cujo cotidiano é marcado por novas informações surgidas a cada minuto, exigindo dos educadores uma formação empreendedora que seja sustentada por conhecimentos sólidos. Nesse ínterim, que se torna necessário,

que o professor venha buscar um aperfeiçoamento constante. Isto visa atender as exigências requeridas pela sociedade contemporânea, com a qualidade de um trabalho, dependendo muito dos conhecimentos obtidos no processo de formação.

Nesse contexto, se faz necessário que o professor venha repensar sua prática, reflita, desenvolva o diálogo, planeje os objetivos educacionais, articulando os conhecimentos dos alunos, selecione ferramentas que favoreçam a aprendizagem, norteando os caminhos dos alunos e acompanhando o desenvolvimento deles, a fim de proporcionar-lhes a aprendizagem. De acordo com Schlemmer (2008):

(...) as funções do professor estão alteradas. Sua ação educativa centra-se na construção de um processo educativo alicerçado na interatividade e na criatividade. A sua autoridade não se estabelece de forma unilateral. A nova postura concentra-se no condutor de caminhos, aquele que não dá a palavra final, mas permite e estimula a contra palavra. Como portador de saberes que continuamente são desconstruídos, não reconhece sua autoridade na imposição do que sabe, pelo contrário, sua presença é marcante porque possui a maestria de provocar discussões, dúvidas e acenar a possibilidade da existência de vários caminhos a serem percorridos (SCHLEMMER, 2008, p. 7).

Compreende-se que, a educação apreende um amplo processo de formação, cuja ocorrência pode acontecer em diversos espaços sociais, não somente no espaço que foi institucionalizado para este fim. É possível reconhecer, que a formação do professor ocorre em diversas esferas, sendo constituída através de vários saberes. Entretanto não existe um momento de término da formação, porém ela é construída e reconstruída em toda a trajetória do professor. Na atualidade, novos conhecimentos surgem no cotidiano, desta forma, o processo de formação de professores se configura em uma contínua construção.

Um detalhe importante neste contexto contemporâneo consiste na busca pela superação das concepções mais tradicionais de ensino. Neste sentido, os

currículos são adaptados para a valorização do indivíduo enquanto sujeito do processo de construção de conhecimentos, respeitando as diferenças individuais, visando um desenvolvimento contínuo e global.

As transformações da atualidade acabam por provocar mudanças no papel do professor. Observa-se que, o docente não se configura mais como o detentor do saber e um mero transmissor de informações, porém um mediador e um agente facilitador, podendo estabelecer um tipo de ponte entre os alunos e os conhecimentos que serão construídos. A aquisição de conhecimentos permite que os alunos possam desenvolver suas habilidades e competências, no processo de busca por novos saberes de maneira interativa, alcançando os objetivos educacionais através do exercício da autonomia, tornando-se um sujeito colaborador e ativo no processo de aprendizagem.

Verifica-se que existe uma grande distância entre o perfil do professor requerido na realidade atual com o perfil do professor existente na atualidade. Desta forma, a busca por novos conhecimentos e novas práticas torna-se imprescindível para encontrar soluções para um processo de ensino-aprendizagem efetivo. É certo que, muitos docentes enfrentam situações desmotivadoras em seu cotidiano, no que corresponde essa busca por novos conhecimentos. Alguns fatores como: a falta de tempo, sobrecarga de trabalho, dificuldades financeiras e complicações para o deslocamento, entre outros, podem incidir na desmotivação.

Conforme a panorâmica apresentada, observa-se que a EaD vem se configurar como uma alternativa capaz de facilitar o processo de formação e até mesmo a atualização dos professores, visando realizar a instrumentalização necessária frente as demandas tecnológicas e sociais, equacionando dois elementos importantes que desencorajam e desmotivam os docentes no processo de busca por novos conhecimentos, que correspondem ao tempo e o

dinheiro. Prado e Valente (2002) enaltecem que:

Na formação do professor com base no estar junto virtual o ciclo de aprendizagem é ampliado, provocando reflexões mais profundas uma vez que a interação entre o formador e os professores em formação é mediada pela escrita. Isto obriga o professor a explicar e documentar a sua prática pedagógica e cria meios para articulação entre diferentes tipos de reflexão e entre o conhecimento contextualizado e descon-textualizado, difíceis de serem implantados em situações de formação presencial (PRADO; VALENTE, 2002, p. 28).

É possível afirmar que, a EaD tornou-se um lócus para aquisição de conhecimentos, permitindo uma formação crítica, interativa e autônoma. Na atualidade, a EaD vem assumindo novas configurações, visando atender as exigências da sociedade do conhecimento presente na esfera globalizada, necessitando de mais discussões e reflexões que sejam agregadas, para potencializar novas ações nessa área.

Desafios da formação de professores na contemporaneidade

Na contemporaneidade, observa-se muitos desafios no processo de formação docente, pois formar profissionais vem requerer o atendimento de uma multiplicidade de demandas até então emergentes no contexto educacional, sobretudo no que corresponde ao espaço escolar enquanto lócus da atuação profissional. Verifica-se que, no Brasil, surgem novas atualizações nos cursos voltados para a formação inicial de professores, onde tais exigências são requeridas através de marcos legais e regulamentos resultantes de estudos e debates realizados nas últimas décadas

Na atualidade, os cursos de licenciatura no Brasil vêm se adquirindo às Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, que foram estabelecidas através da Resolução nº 2, datada de 1º de julho de 2015 pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, que apresentou como prazo limite para a sua implementação o mês de julho de 2018 (BRASIL, 2015).

Nessa conjuntura, são impostas às instituições de ensino responsáveis pela formação, núcleos docentes para estruturação dos cursos de licenciatura, desta forma, são repensadas o processo de formação inicial de educadores, agora norteado a partir de novos critérios e marcos. Concomitantemente, surgem desafios e problemáticas relativos ao processo de formação docente no Brasil, considerando que ainda que, as transformações da atualidade, vêm exigir novas configurações dos cursos de licenciatura, o que requer a implantação de práticas novas na formação inicial, contemplando as demandas das previsões normativas e regulamentares, pelas quais estejam relacionadas de forma efetiva com as mudanças sociopolíticas em curso, cujos reflexos possam se fazer sentidos na escola, bem como na reorganização da educação básica.

Santos (2008) aponta que na atualidade a formação de professores deve propiciar um conhecimento transdisciplinar para a organização do espaço escolar:

É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna [...] mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. Todas as distinções em que assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriversitário (SANTOS, 2008, p. 42).

Sabe-se que, a formação inicial de professores vem tornando-se mais complexa, para atendimento das demandas contemporâneas. Neste sentido, afirma-se a importância de realizar algumas reflexões analíticas deste processo, bem como as principais demandas e desafios atuais para a formação inicial de professores no Brasil, pois o contexto escolar vem requerendo a reconstrução das práticas e projetos pedagógicos, visando um processo de ensino aprendizagem efetivo.

O contexto atual apresenta grandes demandas e desafios para a formação docente, cujo processo ao todo, perpassa por uma ação complexa,

especialmente no que se refere acerca do papel do professor e da sua função social. Ressalta-se que, a própria profissão, o ser professor já é sobretudo complexa. Tal complexidade configura-se como uma tendência que vem acentuando-se e apresenta certa imprevisibilidade desde o início do século XXI. Imbernón (2009, p. 8) vem citar alguns elementos que favorecem a compreensão acerca dessas incertezas, que são correspondentes ao fato de que “os contextos sociais e educativos que condicionam todo o ato social, e, portanto, a formação, mudaram muito”.

Sabe-se que as contínuas mudanças ocorridas na sociedade vêm demandando readequações na formação inicial de professores, ressaltando-se que novas mudanças sempre continuarão acontecendo. Entretanto, Imbernón (2009, p. 8), aponta que, as alterações ocorridas nas últimas décadas foram extremamente bruscas e “deixaram muitos na ignorância, no desconcerto e, por que não dizer, numa nova pobreza (material e intelectual) devido à comparação possibilitada pela globalização de fatos e fenômenos”.

Neste contexto de mudanças podem ser observados outros aspectos, como: a volatilidade, a fluidez e a superficialidade de conhecimentos e informações que têm perpassado pelo cotidiano das pessoas, de forma que, nessa conjuntura, o professor venha a aprender a lidar com as outras demandas e se reinventar, desta forma, os desafios postos são contínuos e complexos. Um aspecto que não pode se esquecer, é que nesse processo o docente vem enfrentar um cenário marcado pelo desprestígio social da profissão, o que reflete na desvalorização profissional em diversas dimensões. Portanto, nesse contexto, Pimenta e Lima (2012) chamam a atenção para se considerar a relevância social do professor, sendo imprescindível valorizá-lo, tendo em vista que:

É um profissional do humano que ajuda o desenvolvimento pessoal e intersubjetivo do aluno, sendo um facilitador de seu acesso ao conhecimento; é um ser de cultura que domina sua área de especialidade científica e pedagógica - educacional e seus aportes para compreender o

mundo; um analista crítico da sociedade, que nela intervém com sua atividade profissional; um membro de uma comunidade científica, que produz conhecimento sobre sua área e sobre a sociedade (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 88).

Na contemporaneidade, muitas demandas se traduzem como desafios atuais, relacionados à formação exigida para atuação nas diversas modalidades e etapas da educação básica; bem como no atendimento às características peculiares das crianças, dos adolescentes, dos jovens e adultos; para empreendimento de ações emancipadoras e inclusivas dos alunos e afirmação, valorização e reconhecimento da diversidade.

Ao considerar esses aspectos nos remetem à reflexão de como ensinar é um processo difícil e complexo, porém no contexto contemporâneo tornou-se ainda mais difícil, tendo repercussão diretamente nos cursos de formação inicial de professores, requerendo que eles sejam reelaborados e repensados constantemente, visando o atendimento das demandas emergentes. Para Leite *et al.* (2018):

Ao se reconhecer alguns aspectos que dizem respeito ao papel do professor, bem como a sua função social, também se evidencia a necessidade do profissional docente possuir uma variedade de conhecimentos, saberes e habilidades de diferentes naturezas para assumir a tarefa educativa diante da abrangência e complexidade da educação, não se limitando a, mas perpassando o domínio dos conhecimentos pedagógicos e dos conteúdos específicos da área de atuação e formação. Tais conhecimentos, saberes e habilidades têm se traduzido em demandas próprias do exercício da profissão docente, refletidas em discussões relacionadas à sólida formação científica e cultural do ensinar e aprender, apontando-se para a necessidade de aprendizagem de práticas educativas baseadas na interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, na contextualização curricular e no uso das tecnologias e metodologias diferenciadas de ensino (LEITE *et al.*, 2018, p. 724).

Diante disso, observa-se a importância ao se pensar em novas práticas também realizar reflexões acerca dos desafios e demandas contemporâneas na formação docente, considerando os marcos legais que norteiam o processo de formação inicial de professores nos cursos de licenciatura. É importante refletir

os aspectos oriundos da implementação das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas através da Resolução nº 02/CNE/2015 (BRASIL, 2015). Observa-se que, as DCN apresentam uma amplitude na formação de professores, cujos aspectos buscam um enriquecimento da formação, onde o processo de atualização que as licenciaturas vêm passando, também se adequam as demandas da conjuntura contemporânea.

Ressalta-se que, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a formação de professores visa preparar estes profissionais para atuarem nos diversos níveis de ensino que compõem a educação básica, perpassando por questões refletidas em pesquisas e debates no país. Embora se tenha um aparato legal responsável pela normatização da formação, ocorrem mudanças expressivas neste processo, em geral não se configuram como efetivas, por conta de fatores como descontinuidade das políticas públicas voltadas para a formação de professores; alta rotatividade; diferenças entre o perfil dos formadores para aquele desejado pelos egressos dos cursos de licenciatura; falta de políticas para acompanhamento e avaliação de currículos dos cursos de licenciaturas; por questões atuais apresentadas pelas novas demandas da contemporaneidade.

Na atualidade, as instituições escolares vêm cobrando professores formados com muitas habilidades e competências. Neste sentido, ocorre a necessidade de formação de bons professores, demonstrando o desafio de ofertar um excelente processo formativo adaptado a este mundo em contínuas mudanças. Por isso, ao se refletir acerca das demandas e desafios presentes na formação inicial de professores, é importante compreender sobre o papel desse contexto formativo conforme a legislação vigente que vem nortear, traçando os rumos e perspectivas da formação de professores.

Observa-se que, a Resolução nº 02/CNE/2015, no seu Art. 10, prevê que “a formação inicial se destina àqueles que pretendem exercer o magistério

da educação básica em suas etapas e modalidades de educação” (BRASIL, 2015). De acordo com o Art. 9º, considerando-se, em relação ao nível superior com formação inicial para os profissionais do magistério da educação básica, os “cursos de graduação de licenciatura; cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; e cursos de segunda licenciatura” (BRASIL, 2015).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais são definidos aspectos que apontam para uma base comum curricular de formação, a ser seguida pelas diversas instituições de ensino superior - IES que oferecem cursos de licenciatura, visando oportunizar aos alunos conhecimentos, saberes, competências e habilidades que serão requeridas em sala de aula, portanto, esses elementos educacionais devem ser construídos durante a formação inicial do futuro educador. Observa-se que, a definição das diretrizes da base curricular comum direcionada aos cursos de licenciatura, não restringe a formação de professores, porém exige os elementos necessários para uma formação efetiva. Nesse sentido, a formação docente, além de ser complexa, não se restringe a um contexto, instituição ou período temporal, porém ocorrem diversas instituições e contextos ao longo da experiência escolar e também não escolar dos futuros educadores. Considera-se que, esta compreensão tem como base que a aprendizagem profissional docente se configura como um processo contínuo, complexo, caracterizado por descontinuidades e oscilações, exigindo a reflexão e o repensar das práticas de formação.

Como a educação acompanha as transformações da sociedade, observa-se que, a formação de professores consiste em um processo contínuo, sendo um fenômeno que vai ocorrer durante toda, de forma integrada às práticas sociais e às rotinas cotidianas escolares, apresentando relevância e intensidade. Neste sentido, existem diversos contextos que integram o percurso formativo da trajetória profissional do educador, sendo que Imbernón (2010) aponta quatros momentos

importantes neste processo: o primeiro refere-se à experiência discente, ou seja, as experiências enquanto alunos, os futuros educadores tiveram na escola. O segundo refere-se à formação inicial, que propicia uma preparação sistemática, formal e específica. Já, o terceiro consiste no período inicial à profissão docente. O quarto momento, é de grande importância, corresponde à formação permanente, se constitui como uma forma de continuidade de desenvolvimento do processo através de diversas instituições e contextos.

As transformações da última década foram muito profundas e, apesar de terem sido dominados pela mercadorização da educação superior, não se reduziram a isso. Envolveram transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento. Em face disso, não se pode enfrentar o novo contrapondo-lhe o que existiu antes. Em segundo lugar, porque o que existiu antes não foi uma idade de ouro ou, se o foi, foi-o para a universidade sem o ter sido para o resto da sociedade, e, no seio da própria universidade, foi-o para alguns e não para outros (SANTOS, 2008, p. 62).

A formação inicial do professor pode ser caracterizada enquanto um momento formal, onde os processos de aprender e ensinar podem ser construídos de maneira mais sistemática, sendo fundamentada e contextualizada, possibilitando que esses profissionais sejam dotados “de uma bagagem sólida nos âmbitos científicos, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal que deve capacitar o futuro professor ou professora a assumir a tarefa educativa em toda sua complexidade” (IMBERNÓN, 2011, p. 68).

Com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, ao se nortear a formação inicial de professores no país, novas demandas e desafios da contemporaneidade são exigidos neste processo de formação. As DCN além de tratar da formação inicial através de curso superior, apreendendo os cursos de licenciatura, os cursos de formação pedagógica para profissionais graduados e os cursos de segunda licenciatura, através da Resolução nº 02/CNE/2015, no seu primeiro parágrafo do Art. 2º, explicita a compreensão correspondente à docência:

Como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/ aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015).

A partir dessa definição expressa na DCN é possível observar que a base da formação docente deve preparar o profissional com saberes, conhecimentos e habilidades. A complexidade desta formação profissional é ampliada, sobretudo, quando se considera o fato de que ensinar, ou seja, a ação educativa encontra-se implícita durante o exercício da profissão do educador, não se limita a um grupo homogêneo de alunos organizados em um nível exclusivo de ensino, pois, o professor apresenta formação para atuar na educação básica, sendo esta composta por diferentes níveis, com especificidades distintas. Contudo, é importante considerar que, mesmo em salas de uma mesma categorização, existem alunos com experiências de vida diferentes, portanto, apresentam conhecimentos distintos, tal fato deve ser levado em consideração diante do processo de ensino-aprendizagem.

Várias especificidades e particularidades necessitam ser valorizadas, um aspecto relevante corresponde à existência de alunos com deficiências, que precisam de um atendimento especializado em conformidade com suas necessidades cognitivas e físicas. Desta forma, é importante que, durante o processo de formação do professor, sejam assegurados conhecimentos e práticas. De acordo com o Art. 5º das DCN estabelecidas mediante a Resolução nº 2/CNE/2015, estes conhecimentos devem conduzir “à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições” (BRASIL, 2015). Ressalta-se que, tais aspectos devem estar instituídos desde a formação inicial

do professor. A DCN, no Art. 3º, em seu parágrafo quinto, estabelece enquanto princípio da formação de professores da da educação básica como um:

Compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, essas DCN se apresentam como fruto e, também definidoras das demandas e desafios para o processo de formação inicial de professores, tendo em vista a retomada de dilemas e problemas já remotos dos cursos de licenciatura. As DCN também possibilitaram vários debates e discussões sobre o cenário educacional brasileiro, sobretudo, acerca da formação docente. Muitos fatores que incidem na formação, quando não considerados acabam causando alguns desacertos entre os saberes construídos, desenvolvidos ou adquiridos pelos professores durante o processo de formação inicial e também aqueles requeridos no exercício da profissão docente, tais como: a separação das disciplinas pedagógicas e as de conteúdo específico; a dicotomia presente entre a teoria e a prática; a desarticulação entre o processo de formação acadêmica e realidade escolar (LEITE *et al.*, 2018).

Além desses, vale destacar que há alguns fatores que fazem parte da história da formação inicial de professores e que a desafiam a superá-los ou amenizá-los em nome da melhoria da formação docente e da educação básica: a desarticulação entre a proposta pedagógica e a organização institucional dos cursos de licenciatura; o isolamento das instituições formadoras diante das novas dinâmicas culturais e demandas sociais apresentadas à educação escolar; o distanciamento entre a formação docente e os sistemas de ensino da educação básica; a desconsideração do repertório de conhecimentos dos docentes em formação; a falta de clareza sobre quais são os conteúdos que o futuro professor deve aprender e a restrição da atuação do futuro professor à regência em sala de aula, sem considerar as demais dimensões da sua atuação profissional (LEITE *et al.*, 2018, p. 728).

Diante dos desafios esperados pela formação, verifica-se a necessidade de superar um currículo fragmentado, substituindo-se por um currículo integrado,

que possa proporcionar práticas pedagógicas que envolvam diversas áreas, considerando as suas particularidades. Desta forma, , é preciso que esta formação de professores não venha ser pensada “a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização — ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e práticas coerentes com nossa vida civil” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 257).

Verifica-se como urgente, a necessidade durante a formação inicial de professores, a promoção de maneira equilibrada, do domínio de conteúdos em conforme com as respectivas áreas de referência, que tradicionalmente são conhecidas enquanto “disciplinas”, como o domínio de competências e conhecimentos peculiares da profissão docente, pautados em valores e princípios que venham extrapolar o restrito ambiente escolar. No Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução nº 2/CNE/2015, prevê as especificidades previstas pelas demandas formativas primordiais à atividade docente, aponta-se: “dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2015), bem como também afirma a necessidade de propiciar através da formação inicial, esse futuro professor possa ser capaz de “relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem” (BRASIL, 2015).

Na contemporaneidade, não se pode esquecer outra demanda também recorrente, propiciada pelo advento das tecnologias de informação e comunicação – TIC, agora muito usadas no contexto educacional, com aplicações práticas na educação básica, o que requer ainda na formação inicial de professores o

processo de qualificação dos professores / docentes para aquisição do domínio das tecnologias no desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, fazendo a inclusão na sociedade tecnológica.

Na atualidade, muitos desafios são verificados na formação de professores, estando ligados as mudanças emergidas da contemporaneidade. De acordo com Gatti e Barreto (2009, p. 12), as “urgências colocadas pelas transformações sociais que atingem os diversos âmbitos da atividade humana e penetram os muros da escola”, incidindo na necessidade de buscar “concepções e práticas educativas que possam contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e moderna”. No contexto contemporâneo, esses desafios lançados à formação inicial dos professores, é possível destacar as especificidades próprias das diversas modalidades e etapas de ensino presentes na educação básica.

Um aspecto importante que deve ser considerado é que a formação inicial de professores deve preparar esses educadores para atuação nas diversas modalidades de ensino da educação básica, que também apreende: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância. Cada modalidade apresenta contornos próprios, de acordo com as suas peculiaridades, sendo que dá conta desses dilemas durante a formação inicial, de forma que possam fomentar e atender as exigências formativas dos futuros docentes, a fim que possam desempenhar suas função educativa nas diferentes modalidades. Contudo não se pode esquecer que cada modalidade dispõe de uma legislação específica, que em parte encontra-se consolidada através das DCN da educação básica.

Tais desafios e demandas adquirem respaldo em função das peculiaridades e especificidades de cada uma dessas modalidades de ensino, que tornam impreterível a constituição de modelos pedagógicos próprios e diferenciados no atendimento às características singulares dos

alunos inseridos nessas modalidades e, conseqüentemente, requerem uma formação inicial de professores que seja específica para a atuação em cada uma delas (LEITE *et al.*, 2018, p. 730).

Na contemporaneidade, um dos princípios que regem a educação corresponde à universalidade da educação escolar, sendo mais uma demanda para a formação de professores. Este é um desafio que vem sendo buscado nas últimas décadas. Com o processo de massificação da escola, observam-se novos contextos educativos, que buscam atender diversos perfis de alunos, exigindo uma reformulação nas práticas escolares e nos próprios processos educativos. A instituição escolar vem se adaptando aos novos contextos culturais, passando a enfrentar o desafio do reconhecimento dos valores das diferenças e diversidade dos diversos contextos ligados à educação escolar.

Para responder as demandas oriundas da universalização da educação escolar surgiram novos marcos legais, que passaram a regulamentar e indicar as diretrizes para o processo de formação inicial de professores. No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 ocorre o início de um período que apresenta desdobramentos expressivos mediante resoluções, diretrizes e leis referentes à formação inicial de professores, visando garantir o direito tanto a educação específica como a educação diferenciada, com a promoção da diversidade cultural em contextos diferentes que a escola passou a se inserir. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 organizou a educação básica mediante modalidades de ensino, visando garantir que as peculiaridades de cada contexto possam ser levadas em consideração pela instituição escolar, considerando o perfil socioeconômico dos alunos, a valorização das manifestações e diferenças culturais regionais.

Para configuração dessa formação inicial dos professores, visando o atendimento de toda a complexidade, estes condutos legais instituídos no período pós-Constituição de 1988, foram responsáveis por estabelecer no Brasil,

a existência parâmetro norteador do Conselho Nacional de Educação - CNE para os cursos de licenciaturas.

A legislação educacional contemporânea passou a reconhecer legalmente o Brasil, enquanto país multiétnico e multicultural, sendo que os sistemas de ensino devem promover e valorizar as diversidades e diferenças culturais presentes no território nacional, onde a formação inicial de professores perpassa por políticas públicas específicas, primordiais para a garantia dos direitos individuais de cada cidadão, respeitando as identidades culturais específicas, enquanto fator para promover os direitos sociais coletivos das distintas sociedades que formam a nação brasileira.

Quando se pensa na formação inicial de professores verificam-se inúmeros fatores sejam internos ou externos que vão interferir diretamente no processo formativo, sendo primordial que as instituições formadoras realizem ações mais efetivas, de forma a superar os desafios e entraves existentes, que são recorrentes e históricos. Para superação das problemáticas, não se pode somente modificar as propostas de organização curricular dos cursos de graduação, porém é necessário efetivar mudanças nos projetos educativos, através de práticas efetivas pelos diversos professores formadores, considerando os distintos componentes curriculares. Desta forma, verifica-se a importância de refletir as universidades e o papel dos cursos de licenciaturas.

Apesar de recentes, as DCN de 2015, ainda em implementação e tendo incorporado algumas das discussões tratadas em diretrizes específicas anteriores, possivelmente passarão novamente por atualizações, em razão da reconfiguração curricular que está sendo imposta à educação básica. Assim, a consolidação de políticas públicas de formação inicial de professores no país, para um período mais longo do que a história recente tem registrado, configura-se como um último desafio a ser apontado e que demandará esforços institucionais e políticos para além do teor prescritivo dos marcos legais de formação de professores no Brasil (LEITE *et al.*, 2018, p. 730).

A formação inicial de professores em nível superior já teve ter a preocupação com um processo de qualidade. Contudo, chama-se a importância para os processos de formação continuada, que também são extremamente relevantes para a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências docente, pois no contexto contemporâneo muitas exigências são requeridas destes profissionais.

Gatti e Barreto (2009) enfatizam que:

De qualquer ângulo que se focalize a questão, quer na perspectiva dos que se nutrem dos ideais de educação para a construção de uma sociedade justa na distribuição de seus bens e na preservação de valores de solidariedade e de coesão social, quer na perspectiva dos que se preocupam com a eficiência interna dos processos educativos e com a eficácia na preparação do aluno para participar das transformações em curso no mundo contemporâneo, a formação de professores sobressai como fator relevante (GATTI; BARRETO, 2009, p.11-12).

Existem desafios específicos a serem enfrentados pelas instituições brasileiras, por conta de mudanças constantes nas diretrizes, parâmetros, sistemas avaliativos e nas políticas nacionais direcionadas para a formação docente, o que tem dificultado, de certa forma, a concretização de modelos para a formação inicial de professores.

A formação de professores no Brasil

Através do advento e da expansão na área da Educação a Distância, observa-se a necessidade dos educadores no desenvolvimento de novas competências. Nesse contexto, a utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação consiste em um processo cada vez mais presente no cotidiano dos professores e dos estudantes. No espaço de sala de aula, o uso das TICs pode servir como forma de apoio no processo pedagógico, o professor pode utilizar de diversas mídias e repensar suas metodologias e o próprio ato de ensinar e aprender mediante estas ferramentas. Mesmo que na atualidade, seja

mais frequente o uso destes recursos e o próprio acesso à informação esteja mais facilitado, contudo, existe a necessidade de um aperfeiçoamento contínuo dos professores, a fim de que estejam aptos para o uso de tecnologias diferentes em sala de aula.

É nesse contexto, que as TICs encontram-se presentes, com um ensino capaz de fortalecer as relações no processo educativo, que pode ser mediado por meio das TICs e de um ambiente virtual de aprendizagem, sendo esse processo primordial no meio educacional visando o atendimento das novas demandas de ensino com base nas TICs. Segundo Imbernón (2010):

Essa nova epistemologia da prática educativa gera uma nova forma de ver a formação docente, e torna mais complexa a formação do professor. Essa crescente complexidade social formativa faz com que a profissão docente e sua formação também se tornem, ao mesmo tempo, mais complexas, superando o interesse estritamente técnico aplicado ao conhecimento profissional, no qual o profissionalismo está ausente, já que o professor se converte em instrumento mecânico e isolado de aplicação e reprodução, dotado apenas de competências de aplicação técnica. [...] Uma formação deve propor um processo que dote o professor de conhecimentos, habilidades e atitudes para criar profissionais reflexivos ou investigadores (IMBERNÓN, 2010, p. 52).

A necessidade de ofertar uma formação aos educadores brasileiros, independente do nível de ensino em que atuam, adequando essa formação com acesso, respeitando os limites tempo e onde distância geográfica, podendo fazer uso de um computador com acesso à Internet (espaço), sem necessidade de deslocamento físico e da obrigatoriedade de permanecer presente em determinado lugar, vem se configurando como uma alternativa mais viável, possível e democrática, tendo em vista que muitos professores dispõem de uma carga horária de trabalho com 40h semanais, ou até mais, em locais diferentes, nos três turnos escolares. Neste sentido, a EaD é capaz de propiciar aos professores a oportunidade de obtenção de uma formação, independente de seus compromissos e da agenda institucional. É diante dessa realidade, que a flexibilidade ofertada pela EaD, permite que esses profissionais da educação

possam em diferentes horários, realizar um planejamento para participar de programas de capacitação e formação aos professores que compõem as redes de ensino no país. Neste íterim, Moran (2007) preconiza que a EaD é uma: “(...) educação on-line pode ser definida como o conjunto de ações de ensino-aprendizagem desenvolvido por meios telemáticos, como a Internet, a videoconferência e a teleconferência.” (MORAN, 2007, p. 131).

De forma paralela à flexibilidade de oportunidades na realização dos cursos de formação através do ensino EaD para os professores das redes de ensino, verifica-se o embate com a questão metodológica, no preparo de docentes para atuação em cenários diferentes que contemplem as diversas ferramentas virtuais capazes de promover a aprendizagem. Estas experimentações novas potencializam vivências em papéis diferentes, seja como autor dos materiais de trabalho, como gestor dos processos de aprendizagem ou até como tutor de alunos mediante as interações frequentes a serem realizadas, devendo fazer a construção de uma apropriada metodologia, em conformidade com a modalidade de ensino a distância que será adotada.

Na atualidade é consenso em relação à importância da educação para o processo de desenvolvimento social e econômico dos países. Para formação de uma mão de obra qualificada, muitos organismos têm dado ênfase para a valorização da educação, enquanto organização que coopera para o desenvolvimento, sendo um fator imprescindível para o crescimento econômico.

Como resultado dos investimentos em educação em um país, pode-se observar um melhor bem-estar de sua sociedade, quanto maior for o nível capacitação e qualificação da população, podendo trazer retornos econômicos em forma de bens e serviços com maior facilidade para absorção das novas tecnologias. Um aspecto relevante corresponde à qualidade dos sistemas educacionais, tendo em vista que eles causam impactos nos indicadores

sociais, tais como: distribuição de renda, na mortalidade infantil e desnutrição. Desta forma, é possível verificar que a educação é um meio tanto para redução das desigualdades e desenvolvimento dos aspectos sociais, inclusive com o crescimento da economia e também do aumento da produtividade.

Na realidade mundial marcada por intensas transformações, evidenciando um mundo acelerado, onde verifica-se a existência diferentes da sociedade com características diversificadas. Esse contexto onde é dado muito valor ao conhecimento, muitos professores embora apresentam alguma formação em nível de graduação, contudo, ainda apresentam necessidade de formação continuada.

O professor ao levarmos em consideração o seu cotidiano, devemos ponderar que tanto ele como o seu aluno apresentam características, valores e ações bem distintas, considerando inclusive daquelas pelo qual foi preparado para o trabalho durante a sua formação. Considera-se que, no exercício da função de professor e/ou tutor na modalidade de ensino à distância, é importante o processo formativo inicial desses profissionais. Entretanto, essa formação tem sido exigida, enquanto necessidade imprescindível das novas propostas educativas, pelas quais são voltadas para a divisão de responsabilidades e a colaboração com o coletivo.

Um aspecto importante no processo educativo consiste na reflexão sobre o desenvolvimento de metodologias e os diversos aspectos que apreendem o planejamento didático, de forma a propiciar um aproveitamento apropriado da prática educativa. Desta forma, se faz necessário repensar o tipo de formação ofertada no ensino à distância, bem como os meios em que se está realizando a formação dos profissionais que atuam na modalidade de ensino.

O processo de ensino acompanhou a evolução da sociedade, que encontra-se em constante transformação, diante dessas mudanças que se

observa a necessidade de uma formação diferenciada. Nesse sentido, é possível reconhecer a importância de refletir a educação no contexto atual, bem como o trabalho desenvolvido mediante as novas modalidades de ensino que nos levam à busca por mudanças, indo de encontro as demandas da sociedade atual. Diante dos aspectos social e cultural, evidencia-se a necessidade de novos sistemas capazes de responder às exigências deste cenário globalizado, promovendo a troca de saberes com essa sociedade, considerando que, as instituições devem se atentar para as exigências demandadas pelo mercado de trabalho.

A formação propiciada pelas instituições de ensino buscam adequar-se as exigências desta nova ordem social, tendo em vista que os anseios sociais são expressos e vêm ganhando cada vez mais espaço. Desta forma, são geradas expectativas em diversos segmentos da sociedade, que passam a demandar reformas no sistema de ensino, impondo novas propostas para os cursos de licenciatura (formação de professores), considerando que, o profissional educador precisa ser formado para atendimento das exigência dessa sociedade do conhecimento.

Nessa sociedade são definidos com precisão os conhecimentos, habilidades, competências, saberes, informações e os trabalhadores deste contexto devem ser formados para inserção no mundo do trabalho. Desta forma, cabe a reflexão, de como esses ajustes têm afetado o processo de formação dos professores. Para Henrique *et al.* (2015):

Para tanto, o grande desafio da educação é a incorporação de novas modalidades de aprendizagem e ensino, pois a sociedade atual exige a aquisição de novas habilidades e competências e oferece novas modalidades de acesso ao ensino, principalmente aquelas vinculadas às novas tecnologias. Até pouco tempo atrás, as relações entre professores e alunos estavam dependentes da presença física de ambos em um determinado espaço e, para ser um bom professor, bastava ter didática e conhecimento da sua disciplina, ministrar suas aulas e pronto, o restante era de responsabilidade do aluno (HENRIQUE *et al.*, 2015, p. 2950).

Contudo, a adoção das novas modalidades de ensino, sobretudo as que estão ligadas às novas tecnologias, As modalidades podem se diferenciar pelo modo como exercem a relação espaço-tempo no processo de oferta de um curso de graduação ou um curso de pós-graduação, tendo em vista, que já não é mais preciso que o aluno esteja no mesmo espaço do professor, muito menos no mesmo horário. Desta forma, modificam-se as relações entre os sujeitos e o papel do professor, seja ele no ensino presencial ou à distância, pois o elo fundamental entre aluno e professor vai ser mediado pelo conteúdo. Além dos saberes técnicos propiciados ao professor através do curso de formação, ele adquire saberes cognitivos e conhecimentos de outras áreas do saber. Na Educação à distância é importante que se realize a avaliação dessa formação, se ela consegue acompanhar as transformações requeridas neste novo modelo de sociedade, que exige um novo perfil de aluno, especialmente com novas concepções para realização da mediação aluno - professor - conteúdo.

No contexto contemporâneo, as mudanças tornam-se primordiais para o trabalho do professor, cuja base flexível está relacionado aos sistemas de informação. Verifica-se que, a docência envolve diversas atividades desempenhadas pelos professores, cuja prática é construída por meio de relações interpessoais, conhecimentos, saberes, valores e ética, apontando desta forma que, o professor não pode ser visualizado somente pela dimensão técnica, porém pela dimensão pessoal existente em cada professor. Conforme Henrique *et al.* (2015):

Partindo do pressuposto de que o processo de formação de professores deve ser acompanhado por discussões relativas à sua prática, a reflexão sobre sua atuação e a atualização teórica devem ser constantes. Assim, este trabalho visa proporcionar uma reflexão acerca da formação conferida aos profissionais atuantes no ensino à distância, bem como, sobre os aspectos relacionados à prática docente no ensino à distância. (...) O processo reflexivo dos professores é muito importante para o bom andamento da prática educativa, pois, quando este não ocorre, fica difícil saber se a metodologia adotada está guiando

a prática educativa no sentido de alcançar os objetivos propostos e fornecendo os subsídios necessários para melhorar sua atuação. Para isso, é preciso ver os alunos como a união de indivíduos distintos e com necessidades específicas, organizando o planejamento a partir disso e não de acordo com a exigência da escola (HENRIQUE *et al.*, 2015, p. 2950-2951).

No contexto atual de ensino, verifica-se uma crescente preocupação destinada ao significado apresentado pela figura do professor. Assim, a aprendizagem da prática da docência, geralmente é marcada pelas variáveis que nem sempre são consideradas ou previstas no processo de formação do professor. Na modalidade de educação à distância também se pode realizar a avaliação dessa formação, pois o professor teve refletir os aspectos primordiais da preparação dessa formação inicial, questionando os problemas educacionais relativos ao processo educativo. Ao possibilitar essa reflexão nesta modalidade de ensino, o profissional de educação consegue se deparar situações bem complexas presentes no espaço de sala de aula, uma vez que sua atuação nesse espaço deve receber formação específica para desenvolvimento de sua prática pedagógica. Nesse momento, é importante destacar que o professor está em constante aprendizagem, onde as trocas de conhecimento são primordiais para a ocorrência da construção de conhecimentos. O professor para ter uma prática motivada, deve estar sempre em processo de formação. Leite (2001) afirma que:

O conhecimento é vivo, não - linear, é movimento e, por isso, imprevisível e incerto. Precisa ser refeito e reconfigurado. A conjugação de diferentes variáveis constrói o conhecimento vivo. Essa conjugação de variáveis, diferentes para cada momento, participante ou território – sala de aula, laboratório, campo da prática -, é feita e refeita a cada nova necessidade, problema ou interesse. Não há certezas ou absolutos ou verdades que não possam ser submetidas à reflexão, à dúvida. Questionar, saber formular perguntas faz parte do esclarecimento. Por isso, também não se admite a existência de uma única metodologia do ensino, de uma receita para bem ensinar. É preciso construir e reconstruir cada prática pedagógica (LEITE, 2001, p. 103).

Verifica-se que, a EaD configura-se como uma realidade presente no cenário educacional, porém, ainda precisa ser muito discutida em relação a esta

modalidade. Merce destaque, o aspecto relacionado ao papel desempenhado por professores e alunos na EaD. Esses papéis podem ser modificados em função das particularidades da EaD, contudo, deve-se considerar que, na atuação dessa modalidade de forma efetiva, é necessário uma formação apropriada para isso, desta forma, é preciso refletir a formação dos professores para a EaD.

Hoje, o ensino à distância ocupa cada vez mais espaço no meio acadêmico, tendo em vista as facilidades encontradas na maneira de ofertar um ensino direcionado à realidade atual, especialmente das pessoas que não tinha a possibilitando de acesso as forma de ensino presencial.

Mediante a inclusão das tecnologias de informação e comunicação e da concretização de políticas governamentais ocorreu a expansão da educação à distância no ensino superior no país. Porém, a educação à distância tomou proporções significantes no cenário nacional, ganhando destaque pela comunidade acadêmica. Nesta modalidade, os papéis exercidos por educadores e alunos no processo de ensino-aprendizagem mudam acompanhando as transformações da sociedade. Nesse percurso, também surge o papel do tutor, ator que não é disponibilizado nos modelos tradicionais de ensino. Esse processo de mudança exige sobretudo dos professores, um apanhado de competências específicas, a fim de atuar nessa nova forma de educação. Neste sentido, é relevante analisar as competências requeridas ao exercício da docência no processo educativo.

Na atualidade a educação à distância apresentou um crescimento enorme proporcionado pelas tecnologias que há cada vez apontam para mais avanços, sendo incorporadas e aplicadas no processo educacional para desenvolvimento de grandes redes de conhecimento, onde cada pessoa pode compartilhar conhecimentos com outros indivíduos. Entretanto, as informações podem sofrer constantes transformações, pois são revertidas em pesquisas novas, conhecimentos novos, novas formas de trabalho e vivência em sociedade.

Nessa perspectiva, as instituições de nível superior conjuntamente com o Ministério da Educação vêm buscando formas de intensificar a oferta de cursos superiores nas modalidades: presencial e à distância, de forma a suprir a demanda requerida pelo mercado de trabalho, devido a grande falta por profissionais qualificados para exercício de determinadas funções, muitas vezes exercidas por pessoas oriundas de outros países. O ensino à distância vem propiciar muitas facilidades aos alunos, permitindo que programem seus estudos, normalmente apresentam mensalidades mais acessíveis financeiramente, atraindo desta forma, mais alunos em reação aos cursos superiores presenciais.

O avanço das novas tecnologias no ensino acompanhou o processo evolutivo da sociedade, onde as novas ferramentas favorecem que o indivíduo possa acessar os diversos conteúdos disponibilizados pelo mundo, desta forma somente com um computador, um tablet, um notebook, até mesmo um smartphone é possível ter acesso. Assim, a educação à distância tornou-se uma realidade bastante presente no cotidiano, o que vem requerer a análise de como essa forma de ensino vem se transformando, a maneira como é ofertada a formação inicial dos nossos professores.

A formação inicial docente à distância deve ofertar aos professores a possibilidade de acesso e também frequentar um programa de formação, principalmente aos professores leigos da rede pública através de suas secretarias de educação, tendo em vista, a existência de muitos professores que embora tenham prática pedagógica, ainda não possuem formação em cursos de licenciaturas.

Na educação à distância, a função docente às vezes apresenta fragmentação em diversas outras funções, apreendendo desde o planejamento inicial, o processo de distribuição dos materiais em conformidade com as áreas de formação específica, até a avaliação de desempenho dos professores que

participam dessa formação, pois muitos acabam não conseguindo dá conta da totalidade deste processo, onde o trabalho é reduzido à execução das etapas pré estabelecidas que ele participa.

É importante que todos os envolvidos no processo de formação docente através da EaD, inclusive os tutores, não percam a noção de integridade desse processo, porém ao executar somente uma parte do processo, pode ocorrer a alienação da concepção de ensino e da totalidade do processo.

A educação à distância apresenta importantes fases que para obterem êxito devem seguir certas metodologias durante todo seu processo. Conforme os Referenciais de qualidade para a educação superior à distância (2007), documento elaborado pelo Ministério da Educação - MEC, a tutoria apresenta papel relevante nesse processo:

O corpo de tutores desempenha papel de fundamental importância no processo educacional de cursos superiores a distância e compõem quadro diferenciado, no interior das instituições. O tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica. Suas atividades desenvolvidas a distância e/ ou presencialmente devem contribuir para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem e para o acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico. Um sistema de tutoria necessário ao estabelecimento de uma educação a distância de qualidade deve prever a atuação de profissionais que ofereçam tutoria a distância e tutoria presencial (BRASIL, 2007, p. 21).

Os tutores como se pode verificar, apresentam um papel de grande importância na formação de professores que escolheram a modalidade de ensino à distância para realização dos seus estudos. Deve-se ressaltar que a formação docente para qualificação dos professores deve prezar por um ensino de qualidade. Conforme Moran (2007, p.62): “precisamos de pessoas que sejam competentes em determinadas áreas do conhecimento, em comunicar esse conteúdo aos seus alunos, mas também que saibam interagir de forma mais rica, profunda, vivencial facilitando a compreensão e a prática de formas autênticas de viver”.

O professor leigo quando participa de cursos de formação inicial, deixa momentaneamente a situação de professor, passando a função de estudante nesta formação, ou seja, explicitamente passa a condição de aluno. Desta forma, os profissionais que participam do planejamento, elaboração e colocam em prática os cursos de formação de professores, devem considerar que os cursos ofertados devem ter como foco as variadas áreas do conhecimento da educação: ensino infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental, ou as disciplinas específicas do ensino médio. No plano de ensino deve considerar as inovações que são propostas nesta nova realidade educacional vigente, contribuindo para a qualificação do trabalho dos professores. Um aspecto importante consiste no respeito as particularidades das mais diversas clientelas dessas instituições de ensino superior, ofertando uma educação de qualidade na formação de professores.

Masetto (2000, p. 133) chama a atenção para um aspecto da formação de professores relacionado à prática pedagógica:

Nos próprios cursos de formação de professores (cursos de licenciatura e pedagogia), percebe-se por parte dos alunos a valorização do domínio de conteúdo nas áreas específicas em detrimento das disciplinas pedagógicas. Alunos e, por vezes, professores dos cursos de história, geografia, matemática, física, ciências, biologia, sociologia e outros afirmam, sem constrangimento, que o importante para se formar professor é o domínio dos conteúdos dos respectivos cursos (MASETTO, 2000, p.133).

Observa-se a importância da formação dos professores, porque ela não se limita somente à um processo de transmissão de conteúdos específicos de determinada área de conhecimento. Os responsáveis por esse processo de formação devem analisar o grupo de alunos de maneira abrangente, proporcionando um conteúdo capaz de atender as demandas formativas desse coletivo. Além disso, é válido destacar que o processo de formação à distância deve estar articulado a um planejamento, elaborado e colocado em prática permitindo que aquele professor em formação possa adquirir novos conhecimentos não

apenas em sua área, como também em outras áreas educacionais, a fim de que possa a vir realizar uma prática com excelente desempenho.

A formação de professores através da EaD deve propiciar aos professores momentos de estudos didáticos, que não sejam cansativos e repetitivos, pois o professor quando busca um ensino à distância geralmente tentar driblar a falta de tempo, a distância geográfica ou até mesmo questões pessoais que não permitem a frequência em determinado curso presencial. Ao se propor um ensino qualificado, prazeroso e objetivo capaz de possibilitar ao professor determine como e onde se possa estudar é uma proposta bastante viável da EaD. De acordo com Marchand (2002):

Nos próprios cursos de formação de professores (cursos de licenciatura e pedagogia), percebe-se por parte dos alunos a valorização do domínio de conteúdo nas áreas específicas em detrimento das disciplinas pedagógicas. Alunos e, por vezes, professores dos cursos de história, geografia, matemática, física, ciências, biologia, sociologia e outros afirmam, sem constrangimento, que o importante para se formar professor é o domínio dos conteúdos dos respectivos cursos (MARCHAND, 2002, p. 137).

Ao se refletir a importância da formação dos professores, é possível analisar diversos aspectos, que vão além das metodologias usadas em sala de aula para transmissão de conteúdos específicos na atuação pedagógica. No cotidiano escolar, o professor se depara com inúmeras problemáticas educacionais presentes no espaço escolar, como também é possível que através dessa formação, o professor pode adquirir habilidades e competências em supervisão e gestão pedagógica. O espaço escolar é permeado por limites e possibilidades, onde é primordial uma formação inicial de excelência e também de processos de formação continuada para um aperfeiçoamento em serviço, a fim de suprir as lacunas do processo inicial dessa formação. Conforme Marchand (2002, p. 137):

(...) o professor não é mais fonte exclusiva de saber. Ele se torna um facilitador do saber e não é mais a principal rede de informação. O ensino torna-se mais interativo e desloca-se, deixando uma parcela maior ao aprendiz do que ao professor. Esse modo de utilização interativa obriga o professor a conhecer as novas tecnologias, a familiarizar-se com elas, a variar as abordagens pedagógicas para facilitar os modos de aprendizagem (MARCHAND, 2002, p. 137).

O processo de formação de professores acaba desencadeando um outro processo, que consiste na própria atualização deste professor formador dos cursos EaD. Marchand (2002) ressalta que esse profissional também deve estar em constante atualização, sobretudo no que corresponde às novas tecnologias, que são ferramentas disponíveis para serem usadas nesse universo educativo de ensino à distância, pois este professor também deve acompanhar os avanços tecnológicos para um bom desenvolvimento do seu trabalho.

Os avanços tecnológicos são contínuos na sociedade, sendo cada vez mais incorporados na dinâmica educacional, desta forma, é importante que o professor - tutor possa obrigatoriamente tentar acompanhar tais avanços, a fim de que não ocorra conflitos entre o que será ensinando e o que o aluno realmente está aprendendo nesse processo.

A educação à distância incorporou muitos avanços, sendo importante que todos os profissionais que se encontram envolvidos nesse processo venham acompanhar as contínuas mudanças sejam elas de ordem tecnológicas, ou aquelas que se referem diretamente ao processo ensino-aprendizagem.

O professor - tutor responsável pela formação dos alunos (professores em geral), juntamente com o quadro gestor (os profissionais que têm a responsabilidade por seleção, contrato e gerência de todo processo educacional) devem estar qualificados e preparados para que esta formação à distância seja ofertada, propiciando a qualificação dos professores em formação e das demais pessoas que inscritas nesses cursos, pois, verifica-se que, com a expansão rápida na oferta dos cursos à distância, é necessário a existência de profissionais

bem qualificados para atender essa nova clientela que está presente no campo educacional.

Contribuições da EaD no processo educacional

Observa-se que na atualidade, o mercado de trabalho encontra-se cada vez mais competitivo, requerendo profissionais bem atualizados e qualificados, porém, por outro lado, é possível verificar a existência de entraves relacionados à problemas sociais na área da Educação. Desta forma, a população mais carente acaba sendo a mais prejudicada, por conta de não conseguir obter a qualificação mínima necessária para inserção no mercado, além disso, o aumento do índice de desemprego e dos subempregos e atividades econômicas informais, tais como: vendedores ambulantes, flanelinhas, entregadores de comida por aplicativos, coletores de materiais recicláveis, motoristas de aplicativos, entre outras. Entretanto, em contrapartida, o Capital Humano vem exigindo aumento dos níveis de produtividade das pessoas e maior nível de especialização. Para Martins e From (2016):

As mudanças no processo econômico, no mercado de trabalho, na cultura globalizada requerem transformações nos sistemas educacionais. A sociedade exige indivíduos com competências múltiplas, capazes de aprender e de adaptar-se a situações que desenvolvam múltiplas competências, capazes de aprender e de adaptar-se a situações que desenvolvam capacidades de autogestão, adaptabilidade, flexibilidade, autonomia e independência. (...) Na medida em que novas exigências se impõem, a educação procura adequar-se a esse novo tempo e à sociedade por meio de uma possibilidade plausível na distância: a Educação a Distância, que minimiza a necessidade de deslocamento físico, tanto dos participantes, quanto dos formadores (MARTINS, FROM, 2016, p. 6-7).

A economia globalizada também vem apontando o Empreendedorismo como fator fortalecer, que propicia a oferta de novos produtos, bem como a dinamização das atividades econômicas, enquanto uma das possibilidades de combate do desemprego. A justificativa utilizada consiste na própria necessidade

de provimento da subsistência das pessoas, motivando na busca de outras alternativas para obtenção de renda através de atividades empreendedoras.

O Capital Humano pode ser definido como a capacidade, habilidade, conhecimento, criatividade e as experiências individuais dos trabalhadores, que podem ser transformadas em serviços e produtos, motivo pelo qual, ocorre a busca dos clientes pela empresa, e não pela concorrência. A definição de Capital Humano também pode ser apreendida pelo valor acumulado de investimentos em capacitação, competência, treinamento, capacidade de relacionamento e de valores. De forma geral, as organizações buscam a promoção de treinamentos e capacitações aos seus colaboradores, visando trazer retorno para aumento da produção e redução de desperdícios (SCHULTZ, 1964).

A educação a distância possui diversas características que a caracteriza diferenciada, quando comparada a educação presencial. Pois os processos de ensino e aprendizagem ocorrem em tempos e espaços distintos, ou seja, alunos e docentes não precisam necessariamente estar no mesmo tempo e espaço para que os processos educacionais venham ocorrer. (...) Os processos de ensino de na EaD surgiram com o objetivo de ensinar de forma tecnológica, e capacitar várias pessoas, principalmente aquelas que trabalham e não possuem disponibilidade de tempo. Nesse sentido houve uma crescente procura por cursos profissionalizantes, técnicos, tecnológicos e superiores por estudantes buscavam se qualificar e não dispunham de tempo suficiente. O mercado de trabalho tem exigido com frequência profissionais capacitados, e essa necessidade tem feito profissionais de diversas áreas buscarem novas alternativas para atingir êxito e garantir o conhecimento que é primordial nos ambientes de trabalho, nas diferentes instâncias do saber científico que avança constantemente (SILVA *et al.*, 2014, p.3).

Na Teoria do Capital Humano mediante a visão de Schultz (1964) também é possível verificar uma associação da Educação através do nível de escolaridade junto ao crescimento econômico dos países. Desta forma, defende-se a realização de investimentos na Educação, pois o tempo que a pessoa dedica ao estudo, permite a aquisição de competências e conhecimentos, portanto ocorre um custo de oportunidade quando se realiza-se essa opção, pois, o indivíduo poderia ganhar dinheiro exercendo outra atividade remunerada

no momento dedicado ao estudo, além disso, também devem ser considerados os investimentos destinados com materiais didáticos. Como consequência, os ganhos dos investimentos em Educação podem ser evidenciados com a elevação dos níveis de conhecimentos, bem como o aperfeiçoamento das competências e habilidades, propiciando maior produtividade e também maior remuneração em relação ao mercado de trabalho. As empresas que investem em Educação podem aumentar a sua produtividade e a elevação do nível de Capital Humano. “É um investimento no Capital Humano, sob a forma de habilidade adquirida na escola” (SCHULTZ, 1964, p. 25).

A Teoria do Capital Humano pode ser definida de forma mais abrangente, apreendendo aspectos como competências, habilidades, atitudes, conhecimentos, experiências, comportamentos, capacidade de solução de problemas, inovação, desenvolvimento do profissionalismo, aprendizagem, cultura de comportamento, sociabilização e coletivização. Neste sentido, o Capital Humano torna-se um extraordinário valor para as organizações, tendo em vista, que esse fator favorece vantagens competitivas, desta forma, não adianta apenas a realização de investimentos em tecnologia, sem investir nos recursos humanos para que tenham o conhecimento indispensável para utilizá-la. O conhecimento humano pode ser considerado um recurso ilimitado, diante disto, verifica-se sua importância no contexto das organizações, sendo necessário o aperfeiçoamento contínuo profissional.

As organizações podem realizar investimentos para desenvolvimento das competências, habilidades e criatividade dos seus colaboradores. O investimento em Educação encontra-se relacionado ao desenvolvimento sócio econômico dos países, pois influencia diretamente na produtividade, no acesso à renda, empregabilidade, na redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. Quanto maior escolaridade e nível de formação dos indivíduos,

maior será a oportunidade para conseguir salários melhores, desenvolvimento de famílias menores, acesso à saúde, menor possibilidade de envolvimento em ações e atividades ilícitas, propiciando o desfrute de uma vida melhor.

Para Schultz (1964), quando um país realiza investimentos em Capital Humano, geralmente está criando possibilidades futuras para a ocorrência de um desenvolvimento econômico. Ao analisar a Teoria do Capital Humano, compreende-se que o conhecimento torna-se um aspecto indispensável para o crescimento econômico, considerando o papel relevante da Educação para progresso e desenvolvimento das nações.

A Teoria do Capital Humano considera os investimentos, enquanto fator para agregação de valores da pessoa que se dedica aos estudos. Através da Educação, verifica-se a ocorrência do processo de capacitação e qualificação do Capital Humano, que incide diretamente no aumento de habilidades e conhecimento. As habilidades podem ser verificadas através da multiplicação dos conhecimentos científico e tecnológico, na qualificação e melhoria da mão-de-obra, permitindo maior produtividade no processo de trabalho e, conseqüentemente também incide no aumento de renda dos indivíduos. Observa-se que, o Capital Humano pode trazer impactos nas dinâmicas territoriais e nas potencialidades, pois, a Educação vem representar uma das formas mais significativas para que este capital seja materializado.

Ao se compreender a importância de investimentos no Capital Humano, observa-se que, mediante o processo educativo, ocorre a possibilidade de multiplicação do conhecimento, viabilizando o desenvolvimento, tanto pessoal como organizacional, de determinada nação ou um território específico. Acredita-se que, a Educação a Distância vem acompanhando a demanda dessa conjectura, tendo em vista que, apresenta-se como uma modalidade de ensino capaz de ajusta-se as necessidades econômicas e sociais brasileiras.

Em conformidade os dados do IBGE (2018), o Brasil apresenta uma população aproximada de 198.000.000 de pessoas que estão distribuídos em um território com cerca de 8.516.000 km² em sua extensão territorial, contando com 5565 municípios. Ressalta-se que, grande parte desses municípios não dispõem de acesso à Educação superior presencial, desta forma a EaD surge nesse contexto como alternativa viável para atendimento dessa carência em formação profissional.

A Educação a Distância torna-se um dos instrumentos pelo qual o país pode utilizar para reduzir as diferenças sociais, propiciando dignidade para as pessoas. O alcance da Educação à Distância pode ser confirmado pelos números de indivíduos alcançados, sendo que esta modalidade vem sendo ofertada em diferentes níveis educacionais, como: a Educação de adultos, no Ensino profissional tanto no nível técnico como nos treinamentos, nos curso de graduação e pós-graduação.

Considera-se que, a EaD é a modalidade de ensino mais democrática da Educação, nela pode ser empregado as tecnologias de informação e comunicação, diminuindo as barreiras para a conquista do conhecimento, especialmente por se configurar como uma ferramenta que permite o acolhimento de um grande número de pessoas ao mesmo tempo, em distantes regiões do país, onde são ministrados ensinamentos de forma flexível para as pessoas que não dispõem de horários preestabelecidos para estudo.

A busca por novos conhecimentos que auxiliem na qualidade de ensino das escolas, tem feito vários profissionais da educação procurarem uma nova maneira de se qualificar por meio da EaD, que supre as limitações dos cursos presenciais para pessoas que buscam se qualificar. Com a chegada da EaD, muitas barreiras que dificultam a educação foram ficando para trás, e vários docentes começaram a vivenciar um novo tempo com novas maneiras de se qualificar em ambientes inovadores que utilizam a tecnologia da informação como mediadora de conhecimento (SILVA *et al.*, 2014, p. 6).

A EaD é um instrumento importante capaz de favorecer a dispersão e o compartilhamento de conhecimentos e informações mediante a utilização das tecnologias. Um dos destaques e diferenciais da EaD consistem na flexibilidade de horários em relação aos estudos e a possibilidade de alcance até mesmo em regiões distantes com difícil acesso.

A EaD é uma modalidade de ensino capaz de minimizar distâncias, inclusive os isolamentos geográficos, culturais e psicológicos. A EaD na atualidade, vem ofertando uma Educação de qualidade para as regiões distantes, permitindo que as diversas camadas sociais consigam ter acesso à Educação. Essa modalidade é apropriada para alunos que tenham pouca disposição de horários fixos, não conseguindo conciliar local de trabalho e estudo, possibilitando a redução de custos com transporte e locomoção. Contudo, essa modalidade de Educação deve ser eficiente, respeitável e adequada às necessidades dos alunos e as demandas do mercado de trabalho. Silva *et al.* (2014) ressaltam que:

Com isso, a formação de professores por meio da Educação a Distância, alcança diversas realidades que auxiliam na atuação profissional, sem perder de vista o foco e saber docente, que devem ser trabalhados de maneira rentável com atividades diversificadas, que não se prendam apenas em aulas normais. Pensando nesses pontos, é necessário, buscar o desenvolvimento de habilidades e competências diariamente com os recursos disponíveis da EaD que possibilitem ao professor desenvolver uma identidade profissional sólida, por meio de situações diversas e práticas do saber (SILVA *et al.*, 2014, p.8).

A modalidade de EaD vem rompendo barreiras, a partir da criação de um espaço apropriado, podendo complementar a modalidade de educação presencial. Mediante isso, vem proporcionando conveniências que, através do modelo presencial, poderia ser difícil ou praticamente impossível de realizar um grande alcance, pois ela apreende uma extensa abrangência, apresentando uma magnitude imponente não apenas no Brasil, porém em todo o mundo.

Na EaD, usa-se de ambientes virtuais de aprendizagem, que podem ser considerados como sistemas computacionais que são disponibilizados na internet,

direcionados ao suporte das atividades intermediadas por meio das tecnologias de informação e comunicação. Os ambientes virtuais de aprendizagem dispõem de múltiplas mídias, recursos e linguagem, contendo informações que permitem a aquisição de conhecimentos, elaborando e socializando produções visando o alcance de determinados objetivos. Ressalta-se que, as atividades podem ser desenvolvidas de acordo com o tempo, espaço e ritmo trabalho de cada aluno, em conformidade com a intencionalidade explícita e de um planejamento prévio capaz de caracterizar o design educacional.

Na EaD, os recursos disponibilizados pelos ambientes virtuais de aprendizagem são praticamente os mesmos da internet, como: fórum, bate-papo, correio, conferência, banco de recursos, entre outros, porém com a vantagem da gestão da informação de acordo com critérios estabelecidos pela própria organização e também conformidade com as características dos software. Para Almeida (2003):

Ensinar em ambientes digitais e interativos de aprendizagem significa: organizar situações de aprendizagem, planejar e propor atividades; disponibilizar materiais de apoio com o uso de múltiplas mídias e linguagens; ter um professor que atue como mediador e orientador do aluno, procurando identificar suas representações de pensamento; fornecer informações relevantes, incentivar a busca de distintas fontes de informações e a realização de experimentações; provocar a reflexão sobre processos e produtos; favorecer a formalização de conceitos; propiciar a inter aprendizagem e a aprendizagem significativa do aluno (ALMEIDA, 2003, p. 2).

Na EaD, é importante aprender a realizar o planejamento; o desenvolvimento de ações; recebimento, seleção e envio de informações; o estabelecimento de conexões; reflexão acerca do processo em desenvolvimento, de forma conjunta com os pares; desenvolvimento da inter aprendizagem, ter a competência para resolução de problemas de forma coletiva e a autonomia na busca, no fazer e no compreender. Nessa modalidade, as informações podem ser organizadas, selecionadas e contextualizadas de acordo com as expectativas do

grupo, favorecendo o estabelecimento de mútuas e múltiplas relações, atribuindo-lhes um sentido novo que possa ultrapassar a compreensão individual.

Com o uso de ambientes digitais de aprendizagem, redefine-se o papel do professor que finalmente pode compreender a importância de ser parceiro de seus alunos e escritor de suas idéias e propostas, aquele que navega junto com os alunos, apontando as possibilidades dos novos caminhos sem a preocupação de ter experimentado passar por eles algum dia. O professor provoca o aluno a descobrir novos significados para si mesmo ao incentivar o trabalho com problemáticas que fazem sentido naquele contexto e que possam despertar o prazer da escrita para expressar o pensamento, da leitura para compreender o pensamento do outro, da comunicação para compartilhar idéias e sonhos, da realização conjunta de produções e do desenvolvimento de projetos colaborativos. Desenvolve-se a consciência de que se é lido para compartilhar idéias, saberes e sentimentos e não apenas para ser corrigido (ALMEIDA, 2003, p. 3).

No desenvolvimento da educação a distância tem-se o suporte em ambientes digitais, que são canais interativos de aprendizagem, tornando-se necessário o preparo dos profissionais que implementar os recursos tecnológicos (*software*) de acordo com as necessidades educacionais, implicando na estruturação das equipes interdisciplinares formadas por professores, profissionais de programação, *design* e desenvolvimento dos ambientes computacionais, com competência para a criação, o gerenciamento e uso de tais ambientes.

A educação a distância nos ambientes digitais é feita de forma interativa a aprendizagem, permitindo a ruptura com os obstáculos referentes às distâncias espaço - temporais, viabilizando múltiplas interferências, a recursividade, conexões e trajetórias, que não se restringe à disseminação de tarefas e informações previamente definidas. A EaD pode ser concebida enquanto um sistema aberto, que dispõe de “mecanismos de participação e descentralização flexíveis, com regras de controle discutidas pela comunidade e decisões tomadas por grupos interdisciplinares” (Moraes, 1997, p. 68).

A EaD dispõe de um papel social, pois essa modalidade de ensino é capaz de diminuir o elitismo educacional presente em muitos países, fazendo

a correção de alguns problemas do sistema tradicional de ensino. O avanço tecnológico contribuiu para o aumento de perspectivas em relação ao acesso à EaD, tendo em vista que, introduziu recursos de comunicação e informação que permitiram a propagação desta modalidade de ensino.

Esse cenário implica em que o professor assuma múltiplas funções, se integre a uma equipe multidisciplinar e se assuma como formador, conceptor ou realizador de cursos e materiais didáticos; pesquisador, mediador, orientador e nesta concepção, se assumir como recurso do aprendiz. Por isso a adjetivação de professor coletivo: a figura do professor corresponde não a um indivíduo, mas uma equipe de professores (BRUNO; LEMGRUBER, 2010, p. 71).

A EaD vem trazendo contribuições no desenvolvimento profissional, permitindo melhorias que correspondem ao acesso à educação e a formação profissional, a qualidade de vida. Através da Educação, é possível aumentar a habilidade empreendedora das pessoas, pois, o empreendedorismo pode ser ensinado e também aprendido.

Observa-se que, a Educação empreendedora pode ser iniciada ainda na educação básica, quanto mais cedo o seu início melhor, pois esta é capaz de influenciar a cultura, podendo favorecer a capacidade de empreender. O potencial de um indivíduo, para reforçar o desenvolvimento ou concretização da cultura empreendedora, pode surgir mediante a utilização do sistema educacional estabelecido. Muitas iniciativas direcionadas à Educação empreendedora pode favorecer o aumento das atividades inovadoras, contribuindo para o crescimento econômico, um fator almejável em qualquer conjuntura.

Desta forma, muitos municípios vêm promovendo ações empreendedoras, capazes de inovar, potencializando o desenvolvimento, através de: incubadoras de empresas, cooperativas, espaços empresariais, parques tecnológicos, parques agroindustriais, arranjos produtivos locais, escolas de empreendedores e polos de desenvolvimento.

A EaD enquanto modalidade de ensino e aprendizagem vem consolidando no mundo como opção pedagógica, apresentando uma ampla trajetória. No ensino superior, observa-se que o seu desenvolvimento vem ocorrendo principalmente nas últimas décadas, contudo a partir dos anos de 1990 foram inseridos diversos projetos nesta modalidade enquanto um instrumento gerador da democratização e inclusão no ensino superior.

Na EaD, muito da base de conhecimento para a docência presencial é partilhada com um conjunto de outros educadores e técnicos, levando à constituição de outra configuração de docência. Ademais, na EaD essa base é necessariamente acrescida de conhecimentos peculiares a esta modalidade educacional. Nasce aí a polidocência, constituída por uma equipe de educadores e assessores que – juntos, porém não na mesma proporção – mobilizam os saberes de um professor: os conhecimentos específicos da disciplina; os saberes didático-pedagógicos do exercício docente, tanto para organizar os conhecimentos da disciplina nos materiais didáticos quanto para acompanhar os estudantes; e os saberes técnicos, para manuseio dos artefatos e tecnologias processuais, para promover a aprendizagem de conhecimentos dos estudantes (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2010, p. 16).

Ao se falar em educação, independente do local de sua ocorrência, é preciso refletir que intenção é dada na educação de pessoas. Isto significa a abertura para o diálogo com outras pessoas que pensam, tem sentimentos, fazem e são. As pessoas antes mesmo de entrarem na escola ou em algum espaço educacional para aprender e/ou ensinar, conseguem fazer reflexões. A Educação a Distância favorece o processo de ensino e aprendizagem, que pode ocorrer mediante o uso de diferentes recursos: TV, CD, material impresso, Internet, recursos digitais entre outros. Para Farias (2007):

Porém um dos principais fatores de crescimento e aceitação da EaD como forma eficaz de aprendizado é o uso de tecnologia para permitir uma maior interatividade, tanto com o professor quanto com os colegas de uma turma virtual. (...) Por se tratar de um método de ensino em que é outorgado ao aluno um alto grau de autonomia, tem a vantagem de permitir o controle do ritmo e, até certo ponto, do direcionamento do aprendizado. Porém, quando a EaD não conta com ferramentas de comunicação e interatividade eficientes, esta autonomia é acompanhada por um forte efeito de dispersão, onde o aluno se sente sozinho no processo de aprendizado, sem apoio facilitado e sem referência (FARIAS, 2007, p. 32).

A educação apresenta grandes desafios, sobretudo sair da aula linear, individual e passiva, onde o professor é o detentor dos conhecimentos, sendo responsável pelo processo educacional, trabalhando a motivação dos seus alunos, não se pode transformar o ambiente virtual em um modelo com conteúdos feitos somente para assimilação e repetição.

Na EaD verifica-se muitas exigências pela cibercultura que correspondem à prática docente, entre elas, a aprendizagem significativa, a fim de implementar um conjunto diversificado de estratégias que possibilitam a criação e partilha virtual de soluções que podem ser previamente elaboradas pelos professores para seus alunos. Esta concepção significa sair da tradicional sala de aula presencial em direção a uma interface hipermediática, hipertextual e interativa. Observa-se como uma exigência para a construção do conhecimento, a utilização correta da tecnologia de informação e comunicação, aspecto não garantindo com um simples acesso. O interesse pelo ambiente virtual de aprendizagem é de primordial importância para que se realize uma aprendizagem efetiva dos cursos, propiciada pela interação através da postura na relação entre professor e aluno.

Verifica-se que, a interatividade presentes nos cursos a distância, não pode ser considerada somente pela troca de informações, ou obtenção conhecimento, porém no exercício de um convívio virtual, que estimule os alunos na continuidade do processo de formação. A interatividade pode estar presente em todo lugar, de diversas formas, porém buscando a comunicação entre as pessoas. Conforme Lopes e Salvago (2005):

A interatividade assinala muito mais um problema: a necessidade de um novo trabalho de observação, de concepção e de avaliação dos modos de comunicação do que uma característica simples e unívoca atribuível a um sistema específico. Acreditamos que não basta dispor das novas tecnologias para garantir a interatividade e sim de disposição em engajar-se nas atividades propostas, espírito aberto às discussões e envolvimento no curso como um todo (LOPES; SALVAGO, 2005, p. 18).

Na EaD, as tecnologias interativas tem permitindo nessa modalidade de educação: a interação e também a interlocução entre os sujeitos envolvidos nesse processo. É um grande desafio aos formadores o processo de transformação da ação de ensinar para uma ação que consiste no aprender, através da criação de possibilidades que favoreçam a construção do conhecimento, afastando-se da concepção de transferência deste aos alunos.

Este processo é marcado pela troca, onde todos são aprendizes, pois não existe docência sem alunos, onde enquanto se aprende também é possível ensinar ou vice-versa, apesar das diferenças presentes entre alunos e professores, desta forma, nenhum ente é reduzido à condição de objeto.

O curso a distância normalmente conta com uma equipe de profissionais de diferentes áreas e diferentes funções, como por exemplo: a coordenação da equipe de professores, tutores, monitores. Cabe ao aluno organizar-se quanto à ordem de realização das tarefas, ao cumprimento dos prazos e à leitura do material. Assim, o aluno deve ter competências diversas, deve saber organizar seus afazeres e estudos, de modo a encaminhar para a construção do próprio conhecimento. As dúvidas que surgirem poderão ser dirigidas à equipe do curso, situação em que é possível utilizar os diversos meios e recursos disponibilizados on line. O aluno é autogestor de sua aprendizagem (GUIMARÃES, 2007, p. 37).

A aprendizagem uns com os outros, permite a construção coletiva de conhecimento, a partilha de experiências, essas ações podem ir ao encontro de quatro pilares básicos da educação desse novo milênio, a saber: o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a ser e o aprender a conviver.

Esta concepção colaborativa de ensinar e aprender pode ser mediada pelas tecnologias, tirando os indivíduos do isolamento. De acordo com Kenski (2003):

A criação de ambientes virtuais tecnologicamente apropriados para a realização de atividades educacionais precisa ser complementada com ações que tirem as pessoas do isolamento e as encaminhem para atividades em grupo, em que possam atuar de forma colaborativa. Com a colaboração de cada um para a realização de atividades de aprendi-

zagem, formam-se laços e identidades sociais. Assim, criam-se grupos que, além dos conteúdos específicos, aprendem regras e formas de convivência e sociabilidade que persistem no plano virtual e fora dele (KENSKI; 2003, p. 112).

O uso das tecnologias tem potencializado a utilização dos ambientes virtuais, enquanto instrumentos que promovem o respeito às diversas formas de aprender e de convivência coletiva, permitindo a criação das comunidades de aprendizagem capazes de existir enquanto se tem o interesse do grupo na aprendizagem coletiva. Esta aprendizagem conjunta envolve cooperação e colaboração entre os sujeitos envolvidos, apreendendo estar disposto a conviver em um ambiente aberto, que permita fluxos contínuos entre ambas partes, certezas, saberes e dúvidas presentes no ambiente grupal ou provocadas por outros indivíduos conectados à este ambiente. Esse processo educativo deve buscar o equilíbrio entre as partes, contribuindo com os equilíbrios cognitivos, mediante um processo de colaboração através da cooperação. O professor deve buscar esse equilíbrio, lidando com uma novas formas de ensinar e também de aprender, para isso é necessário uma formação sólida para exercício de posturas pedagógicas coerentes com a realidade da conjuntura atual.

No contexto atual, a sociedade vem vivenciando um processo de digitalização, sendo assim, observa-se que, o professor está inserido neste contexto, precisando se familiarizar com as novidades deste modelo. Diante disso, surge um novo desafio na formação do professor nessa era tecnológica. Hoje, as tecnologias cada vez mais vem fazendo parte do cotidiano de nossas vidas, onde as modalidades de ensino passaram a incorporar propostas com o desafio de implementação de ensino e aprendizagem, com integração destes recursos tecnológicos com as novas práticas pedagógicas.

Com essas novas tecnologias é importante realizar a reflexão crítica da formação do docente, a fim de saber o porquê, qual finalidade, como e quando a tecnologia neste processo educacional, por isso também exige-se a formação

tecnológica. Observa-se que, a formação tecnológica deve apreender um processo continuado, desenvolvendo um potencial ilimitado de entendimento e expansão, crescimento e desenvolvimento contínuo, permitindo que se potencializem novas formas de interação, para acesso a canais de exposição e à informação capazes de promover a construção do conhecimento.

Nesse ínterim, o professor apresenta um papel primordial no processo ensino-aprendizagem, desta forma, torna-se imprescindível que este passe por uma formação que apreenda o processo de desenvolvimento tecnológico, permitindo a reflexão de maneira mais abrangente, ao manuseio das novas tecnologias, contextualizando-as ao processo de ensino, fazendo a correta aplicação quando for necessário, onde este profissional possa ser capaz de lidar com novas linguagens e novas formas de comunicação, podendo propor soluções de problemas na mediação dos recursos tecnológicos. Essa formação tecnológica permite muito mais que a simples codificação e decodificação de símbolos, favorecendo a aquisição de novas habilidades e competências, novas formas de comprometimento e engajamento, novos processos para compreensão de mundo para nele atuar. Entretanto, na atualidade, já não basta ter as competências de leitura e escrita para compreensão de mundo, hoje também é necessário o domínio da leitura e escrita digital, conhecendo e utilizando as tecnologias que estão presentes no contexto cotidiano e seus respectivos códigos.

Na atualidade vem aflorando um novo paradigma educacional em que os indivíduos precisam estar preparados para aprendizagem coletiva ao longo da vida, realizando intervenção, adaptando-se e criando novos cenários. Este paradigma vem superar a visão de fragmentação, pela concepção de interação na sociedade do conhecimento, onde se propõe a totalidade desse processo. Muitos são os desafios almejados para aprimoramento e melhor qualidade das

práticas educacionais e das inter-relações pessoais, em termos gerais diante de múltiplas facetas.

EaD e a formação de professores leigos

Hoje, ainda muito se discute acerca da prática docente e a formação do professor no país, emergindo a problemática de como a educação a distância pode contribuir para enfrentamento deste problema, possibilitando as habilidades e competências requeridas ao desenvolvimento da prática docente. Neste sentido, a formação busca responder alguns questionamentos: Qual é o perfil do docente na educação a distância? Podemos considerar a tutoria como docência? Quem é o responsável pelo ensino na educação a distância?

Alguns teóricos apontam que na educação à distância o responsável pelo ensino é a instituição. Embora se pareça muito complexo a definição das funções, do papel e das tarefas dos docentes nessa modalidade de ensino, sabe-se que necessariamente esse modelo é diferente do ensino convencional. Outrora se tenha uma indefinição institucional e conceitual diante desses aspectos correspondentes à docência na EaD, é possível refletir o papel e as funções do professor de educação à distância. Na EaD, o uso das TIC vem tornar este ensino mais complexo, por conta da segmentação do processo de ensinar partilhado em múltiplas tarefas.

É possível seguir a lógica do modelo industrializado e racionalizado do tipo fordista, pautado na divisão do trabalho, onde não são definidos na pessoa do professor, considerado profissional central pelo ensino convencional. Ao analisar o processo de divisão do trabalho, considera-se que, as funções docentes são separadas, fazendo parte de um processo, dividido em planejamento e execução em determinado tempo e espaço, tornando-se difícil de identificar quem é o professor no processo de educação a distância.

Verifica-se que, a função docente no ensino a distância, vem historicamente sendo fragmentada em diversas funções, que apreendem desde o planejamento inicial até a distribuição de materiais, realiza-se também a avaliação de desempenho dos alunos, onde as partes não conseguem dá conta da totalidade desse processo, com redução do trabalho à mera execução de fases pré-definidas. Neste sentido, os vários envolvidos na função docente no ensino EaD, incluem também a tutoria, perdendo-se a noção da integridade do processo, desta forma, passa a executar somente uma parte, aliena-se a concepção de totalidade do processo. Essa perspectiva vem sinalizar um movimento que preconiza “um novo paradigma”, posicionando as Tecnologias de Informação e Comunicação no lugar do sujeito. Assim, esse paradigma é constituído mediante a racionalidade instrumental e substituição tecnológica, ou seja, a flexibilização, sobretudo na precarização do trabalho do professor, coerente com a lógica orquestrada de mercado. Neste contexto, Moraes (1998) aponta com a Educação à distância consegue ampliar o processo de democratização ao ensino e a informação:

(...) democratização do acesso à informação, como condição imprescindível à prática da democracia; redimensionamento da educação diante dos novos padrões de produtividade, de competitividade e de cooperação, tendo em vista uma formação básica voltada para o desenvolvimento de novos hábitos intelectuais de simbolização, formalização do conhecimento, manejo de novos signos e representação, que assegure ao indivíduo competências necessárias à gestão da prática social do conhecimento; abertura para os processos de Educação a Distância e de educação continuada, na perspectiva dos princípios éticos da educação (MORAES, 1998, p. 21).

Tal discussão vem sendo debatida em muitos países latino americanos, neste contexto de muitas reformas educacionais, que passaram a adotar a expansão dos sistemas de ensino em países populosos que apresentavam elevados níveis de desigualdade social. Essas reformas são marcadas pela massificação e padronização de determinados processos pedagógicos e administrativos, mediante o argumento da organização sistêmica, visando

garantir a universalidade, permitido pela baixa dos custos e redefinição de gastos, permitindo o controle central destas políticas a serem implementadas. No ensino a distância, observa-se que, a docência passou a ser chamada de “equipe docente”, deixando para o tutor a função de mediar o processo pensado e planejado por especialistas conceituados. Medeiros (2010) afirma que:

Nessa perspectiva, a docência na EaD, no contexto brasileiro, nasce no interior de programas, projetos e ações de forma fragmentada e fundada na racionalização e divisão do trabalho (fordismo/tecnicismo) e na tradicional concepção de “tutoria”, descrita anteriormente. Em virtude de sua indefinição conceitual e institucional, revela as dificuldades do seu reconhecimento como profissão, da sua formação em sentido estrito e da profunda crise de identidade que assola os envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem a distância (MEDEIROS, 2010, p. 337).

Na EaD verificam-se formas mais atualizadas correspondentes à docência, desenvolvidas diante do processo de redemocratização, marcadas fortemente pelas diretrizes políticas da nova LDB - Lei nº 9394/1996. Essas formas têm com predomínio de suas bases firmado na “pedagogia das competências”, em uma lógica de “aprender a aprender”. Esse fato é decorrente da própria reorganização do processo produtivo, que busca potencializar ao máximo a eficiência, mediante indivíduos mais produtivos, seja no que se refere a inserção no mundo do trabalho ou na participação em sociedade. No lugar do rígido controle de processo e da uniformização, proposta pelo velho tecnicismo pautado no fordismo/ taylorismo, agora se flexibiliza o processo, conforme recomendações do toyotismo, emergindo o neotecnicismo, onde o controle decisivo é deslocado do processo aos resultados (MEDEIROS, 2010).

Verifica-se, assim, que a docência (e a formação docente) na educação a distância se constitui numa questão urgente, sobretudo no contexto da Universidade Aberta do Brasil –, como se verá adiante –, tendo em vista que emerge como política pública educacional prioritária na formação de professores, por meio da EaD, e que tem na docência, denominada “equipe docente”, um dos seus importantes pilares como garantia de uma formação com qualidade (MEDEIROS, 2010, p. 337).

No Brasil, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, pode ser considerada como experiência mais desenvolvida de ensino à distância no País, emergindo diante das experiências pontuais. Tal arranjo, trata-se de um amplo esforço voltado para implantação de um sistema integrado de universidades públicas para oferta de cursos de nível superior destinado às camadas da população com dificuldade de acesso para formação universitária, ofertado através da educação a distância. Neste modelo, o público de forma geral é atendido, porém a prioridade é dada aos professores que trabalham na educação básica e apresentam necessidade de formação, sendo seguidos dos gestores, dirigentes e trabalhadores da educação básica dos municípios, estados e do Distrito Federal.

A UAB desde a sua criação, vem propiciando a interação, a articulação e efetivação de iniciativas voltadas para estimular a parceria dos entes federativos com as universidades públicas e também com as demais organizações que demonstram interesse. Desta forma, são viabilizados os mecanismos alternativos para a implantação, o fomento e execução dos cursos de graduação e pós-graduação em uma perspectiva consorciada.

É nessa perspectiva, que a formação profissional perpassa pela implicação de saberes, onde a formação corresponde ao preparo para o exercício das práticas contextualizadas e direcionadas, onde o significado é adquirido caso seja referente a um objetivo a ser alcançado. Medeiros (2010) aponta que a formação também implica na transmissão de saberes:

A discussão em torno dos saberes, da identidade e da profissão docente se constitui em um dos desafios que necessitam de enfrentamento na educação e na educação a distância. Vale reiterar que a docência (e a formação docente) na educação a distância deve ser objeto de estudo, reflexão, debate, discussão e novas proposições, embora reconheçamos o esforço de diversos intelectuais da área, comprometidos com a melhoria da qualidade da educação e da educação a distância de suas produções acadêmicas e das experiências empreendidas pontualmente em todo o País (MEDEIROS, 2010, p. 347).

A formação de professores vem implicar na possibilidade de dotá-los de competências capazes de construir as mediações para as práticas e saberes mediante a prática dos saberes e o saber das práticas, como também gerir as tensões. A formação do educador não corresponde apenas na relação de eficácia, porém na construção de uma identidade profissional da pessoa, estruturando sua relação com o ambiente, engendrando novas maneiras de compreender o processo educativo.

(...) com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também na reafirmação de práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque são prenhes de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, como ator ou autor, confere à atividade docente no seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor, bem como em sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos (PIMENTA *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 60).

A identidade do professor está relacionada diretamente à forma como a profissão docente passa ser reconstruída, apresentada e mantida socialmente. A identidade profissional dos professores seja individual ou coletiva é construída mediante a forma pelo qual a profissão docente foi historicamente adquirida e as formas objetivas responsáveis por contribuir para que tais características se formassem. Por conseguinte, é possível considerar a razoável espera, onde os cursos de formação possam exercer influência para a construção da identidade dos profissionais professores.

Verifica-se que, o MEC atualmente têm alguns projetos direcionados à formação de professores na modalidade à distância, que vem sendo executados durante anos através de programas direcionados à formação de professores leigos, mediante cooperação ou convênio com os sistemas de ensino, tais como:

Pró-Infantil, Pró-Formação, Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, dentre outros. Na trajetória dessas ações, foi criada uma Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 6.755, de 29/01/2009. Este documento também disciplinou a atuação da CAPES no que corresponde o fomento aos programas de formação: inicial e continuada.

Logo após a promulgação da LDBEN, algumas regulamentações foram exaradas sobre as condições de oferecimento dos cursos a distância, abrindo a possibilidade de oferta de cursos especiais para complementar a formação de professores em nível médio, ou seja, formação dirigida a professores leigos, e, para complementar também, em nível superior, a formação de professores que só possuem o nível médio e estejam em exercício nos sistemas de ensino (GATTI, 2008, p. 65).

Outro programa consideração uma excelente iniciativa de formação de professores corresponde ao PARFOR, criado pelo MEC, visando fomentar a oferta de vagas de forma emergencial para os cursos de educação superior, sendo gratuitos e com qualidade, disposto nas modalidades tanto presencial como a distância, direcionado aos professores que comprovem o exercício na rede pública de educação básica, cujo objetivo consiste em que tais profissionais possam obter a formação requerida pela LDB nº 9.394/1996, contribuindo para melhor a qualidade da educação básica. Observa-se que, a execução da política nacional deve está pautada no regime de colaboração entre o MEC, as Secretarias de Educação e as Instituições de Ensino Superior, demonstrando uma característica da legislação, que representa um grande desafio para a educação.

A meta é diminuir o déficit de professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB/1996). Trata-se, desse modo, de um esforço histórico inédito de articulação envolvendo as diferentes esferas responsáveis pela gestão de políticas públicas relacionadas à formação, num fim único, que é a melhoria da qualidade da educação brasileira (TEATINI, 2010, p. 146).

Ao analisar a necessidade para atender as demandas de formação dos professores, surgiram algumas políticas públicas, entre estas políticas, criou-se a institucionalização da Universidade Aberta do Brasil, que realiza parcerias com as IES públicas para ofertar cursos de formação aos professores. De acordo com Gatti, Barretto e André (2011):

A instituição do sistema UAB ocorreu logo após a promulgação do Decreto nº 5.622/2005, que conferiu novo ordenamento legal à EaD, equiparando os cursos nessa modalidade aos cursos presenciais e estabelecendo a equivalência de diplomas e certificados na educação superior. A medida legal assenta-se no pressuposto de que a EaD constitui a iniciativa de maior alcance para enfrentar as novas demandas do número de egressos do ensino médio e de formação docente, estimada, em 2002, em 875 mil vagas no ensino superior (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 50).

A Universidade Aberta do Brasil - UAB adotou uma política de formação dos professores em EaD, ampliando as possibilidades para a expansão da presente modalidade nos cursos de graduação. Nunes e Sales (2013) ressaltam:

O governo federal, por meio de decretos, regulamentou a EaD. Por intermédio do Ministério da Educação (MEC), implementou ações e criou projetos na perspectiva de consolidá-la. Em 2006, foi instituído o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), no âmbito do fórum das estatais pela educação, com o propósito prioritário de formar professores da educação básica. Essa iniciativa mostrou-se como resposta a, no mínimo, dois graves problemas em nosso país: a falta de qualificação de professores e a dificuldade de acesso da população à educação superior (NUNES; SALES, 2013, p. 759).

O atendimento da demanda de forma mais ampla através da EaD, nos cursos voltados para a formação docente, deve refletir acerca da organização das propostas planejadas, para o processo de implementação, focalizando o ambiente de aprendizagem virtual como meio pelo qual será desenvolvido o ensino-aprendizado, pensando na elaboração dos materiais, nos recursos humanos necessários para geração saberes relacionados à profissão.

Os cursos de graduação de formação de professores tem como objetivo primordial a qualificação de docentes, especialmente aqueles que estão em

exercício profissional nas escolas sem possuir a titulação adequada. A formação tem o desafio de construção da mediação entre professor, os alunos e o conhecimento através dos ambientes virtuais de aprendizagem, esta situação apreende processos formativos para os professores da IES que promovem a estruturação pedagógica e didática dos cursos. A EaD configura-se como modalidade de ensino inserida no contexto educacional, contudo, os profissionais que nela atuam cabe realizar a reflexão acerca das suas especificidades, das formas de atuação e de avaliação para melhoria deste ensino.

O acesso dos professores para os cursos disponibilizados pelo PARFOR realiza-se através da oferta de turmas nos cursos de licenciatura e também pelos programas de segunda licenciatura, cuja oferta é apenas na modalidade presencial, cuja formação pedagógica pelas Instituições de Educação Superior ocorre através da Plataforma Freire.

Para os programas de segunda licenciatura é permitida a inscrição de docentes que já tenham uma formação em licenciatura, porém estejam atuando em área diferente dessa formação. Uma outra exigência requerida corresponde a comprovação que esses professores estejam atuando em área distinta por um período mínimo de pelos menos 03 (três) anos de magistério na educação básica, podendo assim, realizar a pré-inscrição no curso em conformidade com a disciplina que leciona em sala de aula. Nestes programas destinados à formação pedagógica também podem realizar a inscrição os professores graduados que não dispõem de licenciatura, porém exercendo docência do magistério na rede pública da educação básica.

O programa PARFOR se refere e integra a política nacional para a formação de profissionais do magistério que atuam na educação básica, ele surge enquanto ação emergencial, visando o cumprimento de determinado prazo, com o objetivo de alcançar os docentes com atuação de pelo menos 03

(três) anos na escola básica.

Ao analisar esses programas de formação criados pelo MEC, compreende-se a contribuição proporcionadas pelos mesmos para expansão da EaD. Entretanto, é possível entender as especificidades peculiares da EaD, que permitem a concretização de sua existência, marcando as diferenças e suscitando singularidades que favorecem a compreensão acerca de seus limites, efeitos e positivities para a formação de professores.

A EaD contribuiu na busca da união de esforços para uma formação docente qualificada neste cenário. O Sistema UAB, ainda apresenta desafios a serem enfrentados na perspectiva de consolidação enquanto política pública, favorecendo a interiorização e democratização da educação superior pelo país, apresentando qualidade referenciada socialmente, onde suas contribuições são inegáveis no concerne a formação de professores.

A EaD vem se configurando como uma ação capaz de ampliar o universo de atendimento, por isso, apresenta-se como complexa, desenvolvida mediante uma perspectiva inovadora, que exige do educando, que encontra-se inserido na presente modalidade de ensino, possibilitando autonomia para as atividades empreendidas, voltadas ao aprendizado. Observa-se que, os cursos de formação de professores através da EaD, podem favorecer o desenvolvimento da autonomia dos alunos, o pensamento reflexivo, até mesmo o desenvolvimento das concepções e de novos saberes. De acordo com Serafini (2012):

A interatividade, as possibilidades de navegação na rede e o diálogo que pode ser efetivado são condições mínimas para se estabelecer a autonomia. Percebe-se que, no tocante à educação a distância, precisa-se repensar o processo ensino-aprendizagem, partindo-se da relação entre os pares e a mediação do professor, considerando as interfaces que viabilizam a comunicação e a aquisição do conhecimento, com o foco na autonomia dos sujeitos aprendentes (SERAFINI, 2012, p. 79).

No tocante a autonomia dos alunos, ela deve ser proporcionada pelos professores formadores, de forma a repensar sua atuação nesses cursos, pois: “(...) É necessário buscar formas novas de trabalhar, possibilitar o acesso dos alunos à informação significativa, estimulando-os à participação ativa na construção de seu próprio conhecimento e desenvolvimento de suas potencialidades” (SANDE, 2014, p. 292).

É importante destacar que, os processos formativos realizados através de tecnologias nos ambientes virtuais de aprendizagem, apresentam seu espaço enquanto modalidade, impulsionando o desenvolvimento de novas maneiras de visualizar e trabalhar com conhecimentos, sem desvincular os espaços reais, pois estes alunos também são reais e fazem parte das instituições educativas.

Para compreender essa perspectiva de qualificação de professores, deve-se atentar que ela deve atender às expectativas da sociedade, pois a formação de professores vem orientada por novas responsabilidades e tarefas para que ocorra uma atuação efetiva do docente enquanto membro da comunidade e também como agente de mudança nesse sistema social. Na esfera globalizada, ocorre um aumento da demanda por formação, sobretudo pela pressão social por ensino e qualificação, exigindo o prolongamento da obrigatoriedade escolar, o que contribuiu para o surgimento de novas formas e modelos de aprendizagem, sobretudo na oferta de formação de professores.

A EaD, nos dias atuais, vem criando oportunidades educativas para um número cada vez maior e crescente de jovens e adultos que desejam retomar os estudos, ter acesso a cursos que complementem sua educação formal, ou como meio de manter cidadãos atualizados, sem perder a sintonia com as mudanças contínuas e rápidas da atual sociedade do conhecimento. A EaD, de forma privilegiada, desponta como o meio de materializar e proporcionar a educação flexível, de qualidade e ao longo de toda a vida, que nossas culturas começam a demandar (GUIMARÃES, 2007, p. 24).

A formação de professores deve ser analisada mediante uma perspectiva global, capaz de apreender a necessidade de habilitar e qualificar

simultaneamente os professores leigos, formando novos professores e de certa forma já reciclando os profissionais que estão em exercício.

Apesar de alguns anos já ser realidade os programas de formação de professores leigos, ainda é possível constatar a necessidade de expansão destes programas, sobretudo em municípios do interior, de pequeno porte populacional, proporcionando formação adequada aos professores leigos. Esse processo de formação contribui inclusive para superação de situações precárias, inadequadas e até mesmo que estejam em desacordo com a legislação educacional.

O processo de formação docente deve favorecer que o profissional adquira algumas habilidades e competências, apresentando alguns domínios de conhecimentos que são inerentes ao processo de formação do professor. Brzezinski (2002) chama a atenção para algumas manifestações de domínio esperadas nesse processo de formação:

(...) Domínio de um saber específico (científico), com base no estatuto epistemológico e no método investigativo do campo do conhecimento em que ele atua. Esse domínio científico requer um processo de formação que inclui o desenvolvimento de pesquisas que leve em conta a mudança dos paradigmas da produção do conhecimento, de modo que os professores, além de dominarem o conhecimento científico de sua área de saber, possam construir os conhecimentos que irão ensinar, tratando-os pedagogicamente. O domínio do saber pedagógico que conduza a uma reflexão sobre as práticas educativas e sobre amplas questões educacionais. Trata-se aqui do domínio de um saber pedagógico capaz de auxiliar o professor a deixar seus alunos envolverem-se no processo de saber aprender, em especial, pela revolução tecnológica e pela sociedade do conhecimento. O domínio de um saber cultural e político que promova o cultivo de “um patrimônio de conhecimentos e competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular”. Esse domínio deve possibilitar uma visão globalizante das relações entre a educação e a sociedade, visão inerente à formação do professor como um profissional culto e crítico, inconformado com as desigualdades sócio-econômicas-culturais existente na sociedade capitalista ocidental e comprometido com a superação dessas desigualdades em favor da conquista da cidadania por todos. O domínio de um saber transversal que favoreça a multi, a inter e a transdisciplinaridade de conhecimento, de informações e de metodologias, como

estratégia de superação dos limites retidos nas fronteiras epistêmicas de cada área de saber, ultrapassando a fragmentação do currículo e a solidão imposta ao docente e pesquisador pela área de sua disciplina (BRZEZINSKI, 2002, p. 19).

Observa-se a existência de diferenças teóricas e metodológicas presente no processo de formação de professores, o que chama a atenção para reflexão e posicionamento acerca da necessidade de ampliar a construção da identidade profissional do professor durante sua formação, com metodologias e práticas de qualidade que envolvam o fortalecimento destes professores atuantes na educação básica, assegurando uma real formação docente.

Produzir a vida do professor significa valorizar, como conteúdo da formação do professor, o trabalho crítico-reflexivo sobre as suas experiências e práticas, pois a formação deve passar pela integração de vários saberes: o saber da teoria especializada, o saber da prática reflexiva e o saber pedagógico. Essa integração oferece elementos para produzir a profissão docente em uma dimensão que possibilita resolver problemas meramente instrumentais da prática profissional, como também aqueles que envolvem decisões em campos de grande complexidade, incerteza e conflito de valores. Essa articulação dos saberes específico, pedagógico e da própria prática delinea a construção de um conhecimento que se renova continuamente ao longo da profissão, o que implica a necessidade de se unificar, em um único projeto, a formação inicial e a continuada de professores. Produzir a escola integra o processo da formação docente exatamente por conceber a escola como um espaço de trabalho e, ao mesmo tempo, de formação permanente e contínua (MARTELLI, 2003, p. 75).

Sabe-se que, a presença de professores leigos na rede básica de educação é um problema antigo. O fortalecimento da legislação educacional passou a exigir o real enfrentamento desta problemática, requerendo à formação dos professores leigos, apontando inclusive para a necessidade de uma formação de qualidade.

Portanto, a formação do professor-leigo, além de procurar responder às necessidades específicas, dada sua complexidade, deveria considerar as múltiplas variáveis intervenientes, especialmente as de caráter socioeconômico e cultural, pois era visível e dava para se perceber que, de modo geral, esse segmento de professores estava concentrado em locais de difícil acesso de zona rural, como por exemplo, da Região Nordeste, em escolas unidocentes ou multisseriada da rede municipal.

(...) Constatou-se também que a distância dos centros urbanos, a falta de transporte, a baixa renda, as duras condições de vida e de trabalho, foram fatores intervenientes que levaram esses professores ao isolamento e desânimo, limitando ou mesmo impedindo a frequência a cursos de formação e aperfeiçoamento profissional e explicando, ao mesmo tempo, a alta taxa de evasão que costuma ocorrer nos cursos dessa natureza (BORGES, 2011, p.147).

No processo de formação de professores leigos é importante destacar a relevância do conteúdo a qual será trabalhado e a visão de educação junto à realidade social, de forma que essa formação tenha valor ao indivíduo, como um projeto pessoal, enquanto para a sociedade, se torna um projeto social.

Deve-se considerar que, a implantação de um programa de formação de professores leigos, a fim de alcançar a efetividade, precisa acompanhar as medidas direcionadas para um conjunto do sistema de ensino, que venha regular e valorizar a profissão, para isso, fazendo a implantação de um sistema de supervisão que possa apoiar o professor, através de uma assistência efetiva a esse aluno, reafirmando a participação e a flexibilidade nas diversas esferas e níveis, não apenas na execução, porém na tomada de decisões e também na configuração própria do programa, visando um aperfeiçoamento contínuo e estratégias apropriadas às realidades diferentes.

Compreende-se que nos últimos anos, o sistema educacional passou por algumas reformas, com o surgimento de novos programas e propostas destinadas à formação de professores, incluindo as tecnologias nessa era da comunicação. Essas novas propostas propiciaram novas definições à profissão docente, norteadas para a concretização de novos dispositivos de tutela e regulações da profissão docente, favorecendo o desenvolvimento científico profissional, a partir de um processo de autonomia contextualizada.

Falar de formação de professores não é algo de “chavão” e sim há posicionamentos epistemológicos, ideológicos e culturais determinantes. Trata-se, portanto, de articular esses aspectos teóricos com os resultados da pesquisa em relação ao que os professores manifestaram em

suas respostas, sobre como eles pensam eles mesmos, como pensam suas práticas pedagógicas, como pensam a escola, como pensam as instituições e como pensam a perspectiva de melhoria da qualidade do ensino e da educação (BORGES, 2011, p. 155).

Borges (2011) ressalta que a ocorrência dos processos direcionados para a reforma do sistema educativo apresentam uma dupla perspectiva curricular e organizacional. As propostas curriculares têm como base a defesa da autonomia das equipes de professores, para que possam determinar o que vai ser ensinado, com introdução de novas concepções acerca da atividade docente.

A elaboração dos planos curriculares devem apreender os aspectos regionais e central pressupondo uma nova concepção dessa atividade docente, considerando tanto os alunos numa perspectiva de aprendizagem construtivista, participativa e ativa, respeito à diversidade, investigativa, como também a relação de trabalho com a equipe ou colegas, propiciando a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de atividades e projetos curriculares alinhado ao projeto político pedagógico da instituição escolar.

A formação de professores não disponibiliza um conhecimento adquirido de forma linear ou mecânica. O processo de formação aponta que este professor (em formação) deve em sua prática elaborar uma proposta de trabalho pedagógica, que permita a construção pessoal, o confronto de saberes, transformando o ensino em conteúdo aprendido no processo percurso formativo. O conhecimento dos conteúdos pedagógicos já usados em sua prática serão enriquecidos de forma simultânea através da formação, implicando que estes professores podem apresentar tipos diferentes de conhecimentos, entre os quais pode-se citar: proposicional, de casos e estratégico (BORGES, 2011).

O Conhecimento Proposicional - identificado como o mais utilizado nas instituições formadoras de professores, por se tratar de conhecimento onde a investigação didática pretende oferecer subsídios baseados em afirmações que tenham entre elas relações casuais, por isso estabelece três tipos de desdobramentos propositivos: O primeiro relacionado aos Princípios, decorrentes da pesquisa empírica, basicamente funda-

mentada na pesquisa sobre a eficácia docente. O segundo está relacionado às Máximas, as quais representam o conhecimento adquirido por meio das práticas, considerada como o saber da prática, ganhando a mesma relevância dos princípios. O terceiro se refere às Normas, pois se refere aos valores, princípios ideológicos, filosóficos, de justiça, de direitos humanos e de igualdade. Trata-se de princípios normativos (BORGES, 2011, p. 157).

Na formação de professores pode ser aprofundado o conhecimento das estratégias, diante uma perspectiva de superação, com base mais na experiência e intuição do que baseado no conhecimento científico. As instituições responsáveis pela formação de professores podem assumir juntamente com demais instituições educativas, o desenvolvimento de programas voltados para iniciação da prática profissional, a fim de proporcionar para os professores principiantes: a) Possam compreender e ter consciência da complexidade presente nas instituições de ensino, apresentando alternativas para o enfrentamento das problemáticas observadas. b) Favorecer o desenvolvimento do conhecimento do professor no que corresponde a organização da escola e do sistema educativo. c) Permitir que os professores iniciantes vivenciem situações e serviços de apoio, assim como, os recursos primordiais dentro das escolas (BORGES, 2011).

Brzezinski (2002) aponta algumas atividades do trabalho docente, que podem ser desenvolvidas com a formação de professores:

O estudo e a investigação, a docência, sua organização e o aprimoramento de ambas, a comunicação de suas investigações, a inovação pedagógica e a sua comunicação, a assessoria aos alunos, a avaliação da docência e da investigação, a avaliação do processo de ensino e das condições de trabalho, que envolve a avaliação dos alunos, dos resultados do ensino e da própria atividade docente, a seleção de outros professores, a gestão acadêmica, incluindo a gestão de grupos de pesquisa, o estabelecimento de relações com o mundo do trabalho, da cultura, da produção, a promoção de relações e intercâmbios interdepartamentais e interuniversitários e a contribuição para criar um clima de colaboração entre professores (BRZEZINSKI, 2002, p. 21).

A formação de professores pode favorecer o desenvolvimento da capacidade de compreensão, produção e gestão do conhecimento, sendo

primordial, a compreensão do papel do professor no processo de ensino, reconhecendo sua importância não somente como mediador, orientador no processo educativo, facilitador, porém como motivador e criador de possibilidades de aprendizagens. O professor deve compreender que o seu aluno não está mais inserido em um modelo de recepção do conhecimento mastigado, pronto, orientado; pois, ele também é um sujeito e construtor próprio do seu conhecimento, apreendendo o desafio da percepção necessária para a autodeterminação, autonomia e autodisciplina.

Na atualidade, período marcado por rápidas e contínuas mudanças acabam por trazer algumas incertezas, influenciando a educação, trazendo alterações no processo de ensino. Portanto, verifica-se a necessidade do professor manter-se sempre atualizado, em caso contrário estará atrasado na utilização de conceitos, bibliografias, métodos e técnicas sendo de fundamental importância a busca tanto pela qualificação como a valorização profissional. Neste sentido, reforça-se a importância de uma sólida formação inicial e de uma formação continuada, porque o contexto atua exigem que estes profissionais:

(...) assumam o papel de investigadores do seu próprio campo de atuação, sistematizem os seus dilemas e os seus saberes, redefinam valores, ressignifiquem seu código deontológico, participem ativamente e democraticamente nas decisões educativas em todas as esferas, assumam seu processo de educação continuada, redimensionem seus conhecimentos e metodologias para instrumentarem-se com as novas tecnologias e organizem-se de forma cada vez mais consentânea com suas atribuições de profissionais do desenvolvimento humano tendo a ética da solidariedade como horizonte (BRZEZINSKI, 1998, p. 141).

No contexto atual, observa-se a necessidade de um processo de formação de professores que esteja articulado às mudanças, onde o profissional possa ter uma identidade ampla, apreendendo pleno domínio e também compreensão da realidade, com consciência crítica capaz de fazer interferências, transformando a realidade do espaço escolar, numa perspectiva de educação social. Um professor articulado com o conhecimento pedagógico,

que consiga apresentarem uma perspectiva de conhecimento totalidade do que é socialmente produzido, permitindo refletir as relações presentes entre atividades educacionais e as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dentro do processo educacional, atuando como agente de transformação na realidade pelo qual está inserido.

O processo educacional, portanto, deve considerar como fundamentais os paradigmas que relacionam a cultura, a sociedade e a educação, assim como aqueles que valorizam a flexibilidade, a criatividade, a autonomia, a interação, o trabalho cooperativo, a fim de prover condições para uma formação consequente com as exigências da nova organização social, marcada pelo uso das tecnologias da sociedade do conhecimento. (...) Há que ter como horizonte as características desse novo processo de organização, pelas tecnologias de informação e comunicação, no sentido de otimizar o uso das tecnologias como instrumento de aprendizagem coletiva e também da melhoria da qualidade de vida (GUIMARÃES, 2007, p. 74).

No processo de formação é importante que os profissionais mesmo que já façam uma atuação leiga, seja trabalhado questões relevantes do espaço escolar, como: organização da instituição, planejamento, práticas e metodologias pedagógicas. Partindo desta perspectiva, verifica-se que o processo de formação apresenta diversas perspectivas, que podem estar voltadas para o âmbito pessoal, profissional e institucional, no contexto escolar. A formação de professores não pode ignorar o desenvolvimento pessoal do professor leigo em formação.

O processo de desenvolvimento que o sujeito humano percorre até atingir um estado de plenitude pessoal. [...] inclui problemas relativos aos fins e modelos a alcançar, os conteúdos, experiências a assumir, as interações sujeito-meio, aos estímulos e plano de apoio no processo. Mantém relação com o ideológico-cultural, como espaço que define o sentido geral dessa formação como processo (ZABALZA e GONZÁLEZ *apud* GARCIA, 1999, p. 19).

Na compreensão da concepção acerca da formação, Garcia (1999) observa a existência de três tradições em concepções: a primeira refere-se a auto formação (onde o indivíduo faz a busca através de um modo independente

e assume a responsabilidade pelo término da sua formação); a segunda consiste na heteroformação (a pessoa recebe as influências de diversas teorias ou especialistas); a terceira representa a interformação (realizada mediante uma ação educativa entre professores visando o aperfeiçoamento dos conhecimentos). Desta forma, a visão assumida por Garcia acerca da formação de professores é definida na seguinte maneira:

A formação apresenta-se nos como um fenômeno complexo e diverso sobre o qual existe apenas poucas conceptualizações e ainda menos acordo em relação às dimensões e teorias mais relevantes para a sua análise. (...) Em primeiro lugar a formação como realidade conceptual, não se identifica nem se dilui dentro de outros conceitos que também se usam, tais como educação, ensino, treino, etc. Em segundo lugar, o conceito formação inclui uma dimensão pessoal de desenvolvimento humano global que é preciso ter em conta face a outras concepções eminentemente técnicas. Em terceiro lugar, o conceito formação tem a ver com a capacidade de formação, assim como a vontade de formação (GARCIA, 1999, p. 21-22).

A formação de professores leigos através da educação à distância pode alcançar muitas possibilidades para a atuação profissional, onde não se perde de vista o saber desse docente, enriquecendo o significado da aprendizagem, pois ele ultrapassa os conteúdos pedagógicos ministrados pelos professores.

Atualmente, ocorreu uma grande expansão da educação à distância, afirmando-se no sistema educacional junto com a modalidade de educação presencial, ganhando espaço e demonstrando um ensino de qualidade, envolvendo cada vez mais alunos. A educação à distância apresenta algumas vantagens já apresentadas detalhadamente neste trabalho, contudo não se pode deixar de considerar a grande contribuição na formação de professores leigos, o que tem ajudado na melhoria de acesso à educação superior.

A formação de professores através da EaD, propiciou a criação de novos conhecimentos em conformidade com as experiências vivenciadas neste processo. Além da formação pedagógica aos professores leigos, a EaD

também possibilitou a aquisição de habilidades para interação tecnológicas, pois o aluno passa a vivenciar uma rotina interativa com um ambiente virtual, que é uma importante ferramenta para o processo de aprendizagem do professor leigo. As tecnologias de comunicação e informação além de propiciarem o acesso ao conhecimento também favorece a interação e a produção de novos conhecimentos de forma coletiva, com aquisição de conhecimento de tecnologia que inclusive esse professor em formação poderá usar sala com os seus alunos, tornando o processo ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo.

A PESQUISA E SUA FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Este trabalho busca compreender a Educação a distância enquanto modalidade para a formação do professor leigo da zona rural do Município de Iranduba – Am, destacando a importância da formação para o desenvolvimento humano, social e econômico. O estudo surgiu das inquietações advindas da vivência com vários professores leigos da zona rural, como assessor pedagógico na Secretaria Municipal de Educação no Município de Iranduba no Estado Amazonas.

A relação estabelecida durante o desenvolvimento desse trabalho possibilitou a constatação de grandes dificuldades por eles enfrentadas no desempenho de suas funções. Provavelmente as condições políticas, sociais e econômicas em que vivem, não proporcionam a esses professores, oportunidades de completarem os estudos, que os habilitem ao exercício do magistério.

Para a efetivação da presente pesquisa, inicialmente a metodologia aplicada correspondeu-se uma pesquisa de caráter bibliográfico. Neste sentido, após o levantamento bibliográfico realizou-se uma ampla revisão de literatura, pela qual possibilitou o levantamento das contribuições da educação à distância e das tecnologias de informação e comunicação na formação de professores leigos. Ressalta-se que, a modalidade EaD nos últimos anos propiciou um aumento expressivo no acesso à educação, permitindo os processos de formação de professores, tanto inicial como continuada, tal fato vem sendo pauta de discussão na atualidade, na proporção em que essa modalidade vem contribuindo para a democratização do processo de ensino.

Neste sentido, compreende-se que esta pesquisa contribui no desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias acerca

da Educação à Distância. Este trabalho também pretende contribuir para o direcionamento de futuras pesquisas que apreendem a presente temática. Ressalta-se que essa pesquisa também apreenderá um caráter exploratório, enquanto etapa de uma investigação de forma ampla. Desta forma, o produto final desta pesquisa torna-se um problema mais esclarecido, porém passível de investigação através de procedimentos mais sistematizados.

Ao analisar o processo de formação de professores leigos no município de Iranduba – AM, optou-se como lócus de estudo o Instituto Educacional Guido – IEG, que oferta cursos de licenciaturas na modalidade à distância e também no modelo semi-presencial, sendo que essa instituição atende muitos alunos de Iranduba e dos municípios adjacentes.

O Instituto Educacional Guido – IEG - CNPJ Nº 12.755.735/0001-04, situado à Avenida Solimões nº.77 B, Bairro Alto - Iranduba –AM, CEP 69415-000, encontra-se vinculado à Centro Universitário UNIFACVEST, enquanto Polo EaD.

O Município de Iranduba apresenta distância de cerca de 25 quilômetros da capital, ocupando uma área de 2.214,250km², fazendo parte da Região Metropolitana da Grande Manaus. Limita-se com os municípios de Careiro, Manaquiri, Manacapuru, Novo Airão e Manaus, conforme o último censo do IBGE, apresenta uma população de 40.781 habitantes, porém com uma projeção de população estimada do ano de 2017 de aproximadamente 47.407 pessoas (IBGE, 2018).

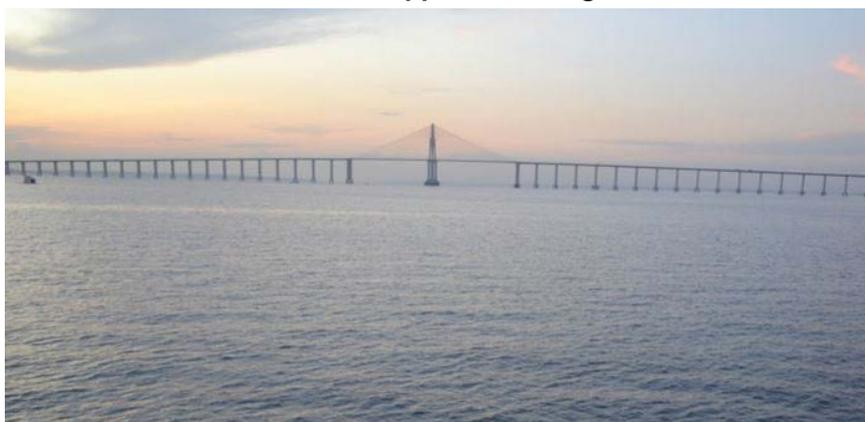
A Região Metropolitana da Grande Manaus dispõe dos seguintes municípios com suas respectivas populações: Manaus (1.802.525 habitantes), Iranduba (40.781 habitantes), Manacapuru (85.144 habitantes), Novo Airão (14.780 habitantes), Careiro da Várzea (23.963 habitantes), Presidente Figueiredo (27.121 habitantes), Itacoatira (86.840 habitantes) e Rio Preto da Eva (25.758 habitantes).

A cidade de Iranduba embora conforme dados oficiais do IBGE, só apresente 40.781 habitantes, por fazer parte da Região Metropolitana de Manaus, verifica-se que essa é a maior Região metropolitana do Brasil em área territorial, com 101 47 4 km². Com 3 106 866 habitantes, é a mais populosa da Região Norte do Brasil e a décima primeira mais populosa do país, de acordo com o Censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Neste sentido, em termos de região metropolitana, apresenta um aporte populacional considerável.

Observa-se que, nos últimos anos, o município de Iranduba sofreu alguns impactos por conta da criação da Região Metropolitana de Manaus mediante a Lei Complementar 052/2007, trazendo importantes alterações no que corresponde à produção do espaço geográfico na margem direita do rio Negro. O município de Iranduba vem passando por um amplo crescimento do seu espaço urbano, com crescentes áreas de expansão habitacional, agrícola e industrial, o que tem contribuindo para dinamizar sua economia.

Com a inauguração em outubro de 2011 da ponte Manaus- Iranduba conhecida como Ponte do Rio Negro, verifica-se que ocorreu a potencialização da expansão imobiliária no município de Iranduba, evidenciada pelo número crescente de empreendimentos imobiliários que se estabeleceram, tanto relacionados à compra e venda de terras como pela construção de imóveis. Este fato impulsionou o processo de metropolização do município, o que exigiu a redefinição de suas políticas e serviços, em especial: saúde e educação.

Foto 1 - Ponte Jornalista Phelippe Daou – Liga Manaus à Iranduba



Fonte: Portal Amazônia. Acesso em Fevereiro de 2020.

Conforme dados do IBGE, o município apresenta 69 (sessenta e nove) instituições de ensino fundamental e 05 (cinco) de ensino médio. Embora não se tenha dados oficiais de estabelecimentos de ensino superior, verifica-se a demanda por este serviço, tanto a nível de graduação e pós-graduação. Neste sentido, o Instituto Educacional Guido, vem se apresentando como instituição credenciada que disponibiliza o serviço para formação de pessoas, contribuindo inclusive com os indicadores educacionais do município de Iranduba –AM. O Instituto Educacional Guido conseguiu suprir essa demanda educacional, pois antes inexistia Polo EaD, no município de Iranduba – AM.

O Instituto Educacional Guido - IEG apresenta uma excelente estrutura física toda em alvenaria dividida da seguinte forma: 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Secretaria, 03 (três) corredores, 01 (uma) Sala dos Professores, 01 (uma) Biblioteca, 01 (um) refeitório, 01 (um) Laboratório de Informática, 01 (uma) Quadra Poliesportiva coberta, 01 (um) estacionamento, Banheiros masculinos e femininos para os alunos, Banheiros masculinos e femininos para os funcionários, 04 (quatro) salas de aulas, 01 (uma) sala pedagógica. As acomodações estão aptas e adaptadas para recebimento de todos alunos de forma confortável e adequada com um ambiente propício para concretização do processo de aprendizagem dos alunos.

O Instituto Educacional Guido - IEG tem por objetivo prestar assistência educacional de ensino superior, nas modalidades de graduação e pós-graduação, de forma a oferecer uma educação plena para a formação de profissionais da educação com o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pela sociedade contemporânea. É importante ressaltar que o Instituto Educacional Guido – IEG, vem contribuindo com os indicadores educacionais do município, permitindo que a população tenha acesso ao ensino superior mediante um processo formativo de qualidade.

Compreende-se que, o processo de educação representa uma política de grande importância na sociedade, contribui não somente para o desenvolvimento humano como também para o próprio desenvolvimento da sociedade. O Instituto Educacional Guido – IEG vem favorecendo esse processo educativo permitindo a construção de novos saberes e uma nova compreensão de mundo. Hoje, o município apresenta crescente demanda em busca de formação acadêmica e profissional nessa sociedade contemporânea, a procura pelo crescimento de cursos em nível de graduação e pós-graduação a distância vêm contribuindo para o acesso e ampliação da oferta do Ensino Superior.

O Instituto Educacional Guido – IEG vem contribuindo para a ampliação do ensino superior no município de Iranduba - AM, de forma a favorecer no desenvolvimento local, através do acesso à educação, atendendo a uma população que demanda este serviço, propiciando a democratização do acesso à formação e fortalecendo a melhoria da qualidade do ensino, atendendo sua clientela, que necessita de uma formação voltada para atender as suas necessidades pessoais e profissionais. Através da modalidade de ensino à distância, a formação de profissionais é construída em bases tecnológicas modernas e também mediante situações formais de aprendizagem para o desenvolvimento de atitudes e habilidades, que ampliam os conhecimentos e as motivações humanas.

A hipótese deste trabalho consiste que: A Educação a Distância através do uso de suas tecnologias da informação e da comunicação propiciaram o acesso democrático ao ensino superior. As tecnologias de origem digital propiciaram novas formas de fazer educação, contribuindo significativamente para a formação de professores sobretudo os leigos. Neste sentido, buscou-se compreender os fundamentos, as perspectivas e os métodos que dão suporte a esta proposta de ensino à distância.

A pesquisa buscou realizar uma base de fundamentação teórica, com referenciais teóricos que abordam a educação à distância trabalhando o seu histórico, elementos constitutivos, características, legislação e principais aspectos. Tal pesquisa, proporciona uma base de discussão e estratégia de análise comparativa entre os referenciais teóricos.

Compreende-se que, a pesquisa bibliográfica vem permitir uma abertura para a construção efetiva de determinado protocolo de investigação, elaborado após a escolha da temática e da definição dos objetivos e métodos, favorecendo tanto uma revisão bibliográfica como levantamento de dados através de uma pesquisa exploratória.

A pesquisa bibliográfica tem uma importância referente a possibilidade de busca em estudos já realizados em conformidade com a área da pesquisa em questão. Para Lakatos (2001):

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de campo exige, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (LAKATOS, 2001, p. 44).

Na realização da busca por informações, possibilita-se o desenvolvimento de uma temática. Neste sentido, destaca-se a importância da fundamentação teórica diversificada, contribuindo para ampliação dos conhecimentos,

enriquecendo a pesquisa mediante o acervo material acerca do assunto. Ao se partir de pesquisas já concluídas acerca do fenômeno, verifica-se que, estes referenciais teóricos conseguem imprimir credibilidade à pesquisa, servindo também para investigação, fundamentando a discussão, a fim de que seja possível a realização de uma análise crítica do assunto pesquisado.

Através do acesso à bibliografia que foi realizado pelos meios manual e eletrônico foi possível a compreensão da temática e a elaboração teórica. O acesso manual foi feito pela pesquisa direta em livros e outros materiais bibliográficos. A pesquisa eletrônica contou com o suporte da internet, na pesquisa em livros, teses, artigos, relatórios científicos, legislação e publicações. O acesso através da internet ofereceu vários recursos de busca acerca de tópicos, demonstrando-se uma ferramenta eficaz para levantamento bibliográfico. Com a internet, foi possível a realização de buscas em índices, catálogos, teses e dissertações disponibilizadas por diversas instituições.

Lakatos (2001) vem dividir as fases da pesquisa bibliográfica compreendida mediante oito fases distintas:

- a) Escolha do tema: é o assunto que se deseja provar ou desenvolver
- b) Elaboração do plano de trabalho: deve-se observar a estrutura de todo trabalho científico. Coletar o material bibliográfico e planejar a introdução, desenvolvimento e conclusão;
- c) Identificação: é fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema de estudo para realizar a análise do material bibliográfico;
- d) Localização: localizar as fichas bibliográficas nos arquivos das bibliotecas;
- e) Compilação: reunião de todo material coletado;
- f) Fichamento: transcrever os dados coletados, as fontes de referência em fichas;
- g) Análise e interpretação: é a crítica do material bibliográfico e comprovação ou refutação das hipóteses, com base nos dados coletados expondo a sua compreensão;
- h) Redação: é a escrita da pesquisa, que pode ser uma monografia, dissertação ou tese (LAKATOS, 2001, p. 44).

Conforme Galvão (2010), o levantamento bibliográfico permite potencializar o conhecimento. Este autor dá destaque para algumas vantagens no uso do método de levantamento bibliográfico; ressaltando que, o levantamento bibliográfico é um método eficaz, enquanto instrumento inicial de grande importância para qualquer método, que venha a ser escolhido, favorecendo a possibilidade para se propor temas e problemas. Galvão (2010) afirma que:

Pode-se afirmar, então, que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (GALVÃO, 2010, p.71).

No levantamento bibliográfico utilizou-se de busca em bibliotecas físicas, como também em bibliotecas virtuais como: a Base Scielo e Lilacs, com buscas através dos seguintes descritores: Educação a Distância; Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação. Na internet, utilizou-se dos seguintes sites de busca: Google Acadêmico e SciELO. Para busca da legislação educacional em EaD foi utilizado o site do Planalto e o site da Associação Brasileira de Educação à Distância - ABED –, que dispõe de um vasto acervo em informações acerca da EaD.

Esta pesquisa também apresenta um caráter exploratório, na medida em que busca ampliar as informações coletadas acerca da temática em estudo, mediante a interpretação dos dados. Conforme Gil (2007, p.28), “esse tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por explicar a razão e o porquê das coisas”. O período de realização desta pesquisa compreendeu os meses de Agosto de 2019 à junho de 2020, sendo feita uma seleção de

material bibliográfico que contribuíram para elaboração teórica. Neste sentido, a pesquisa também compreendeu uma etapa de levantamento de bibliografias, o que permitiu a realização de uma revisão bibliográfica. Segundo Ventura (2007):

A revisão bibliográfica é sempre útil para fazer comparações com outros casos semelhantes, buscar fundamentação teórica e também para reforçar a argumentação de quem está descrevendo o caso. A discussão permite avaliar os caminhos seguidos (como se desenvolve o caso), desde a elaboração dos objetivos (por que estudar o caso) até as conclusões (o que se aprendeu com o estudo do caso) (VENTURA, 2007, p. 385).

Na seleção de material bibliográfico, foram utilizados os seguintes descritores para fins de busca: Educação a Distância; Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação., sendo possível o levantamento de artigos, teses, materiais bibliográficos, que contribuíram no processo de elaboração teórica da presente pesquisa.

Para compreensão da Educação a Distância e o processo de formação de professores leigos, inicialmente, enquanto primeira etapa foi realizado um mapeamento de fontes bibliográficas, com seleção de artigos, revistas impressas e digitais, monografias e teses que abordam a temática objeto de estudo deste trabalho.

A pesquisa é um processo que nos leva a construção de conhecimentos e tem como metas gerar novas descobertas da realidade, ou seja, “um fenômeno de busca de conhecimento constituído de aproximações sucessivas e nunca esgotado” (MICHEL, 2005, p. 32).

A pesquisa apreenderá um conjunto metodológico, capaz de levantar elementos teóricos e empíricos para alcance dos objetivos estabelecidos. Para Minayo (1994):

A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador. Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intricavelmente inseparáveis. Enquanto o conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 1994, p. 16).

Para Prestes (2012) “considerando em sentido amplo, a palavra pesquisa designa o conjunto de atividades que tem como finalidade descobrir novos conhecimentos, seja em que área ou em que nível for” (PRESTES, 2012, p. 28).

Na pesquisa a ser realizada pretende-se apreender uma abordagem qualitativa, analisando os fenômenos bem como suas causas e consequências de maneira interpretativa. Para Gerhardt e Silveira a pesquisa qualitativa é:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

Essa pesquisa também apresenta um caráter investigativo qualitativo configurando-se como um tipo exploratória e descritiva. Gil (2007) conceitua a pesquisa exploratória como:

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p. 56).

Em relação ao caráter do tipo descritivo, buscou-se a coleta de dados, mediante a descrição de informações pesquisadas nas entrevistas, questionários

e observações, sendo possível traçar um perfil do professor leigo em formação.

Triviños (1987) aponta a pesquisa descritiva como:

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (...). Para, os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

As pesquisas descritivas de caráter quantitativo são baseadas na quantificação enquanto “única via de assegurar a validade de uma generalização, pressupondo um modelo único de investigação, derivado das ciências naturais” (CHIZZOTTI, 2016, p. 222).

As pesquisas descritivas qualitativas podem se assumir enquanto “multiparadigmas de análise”, caráter este derivado do positivismo, da fenomenologia, do marxismo, do estruturalismo, da hermenêutica, do construtivismo e da teoria crítica (CHIZZOTTI, 2016). Os tipos mais comuns encontrados de pesquisa qualitativa correspondem à etnografia, a pesquisa-ação e a pesquisa participante. Os métodos técnicos de investigação mais usados são: a entrevista, o estudo de caso, a análise de discurso e a observação participante (CHIZZOTTI, 2016).

As pesquisas podem apresentar várias características no seu processo de desenvolvimento, que pode ser dividido em fases. A pesquisa de campo pode apresentar as seguintes fases: a primeira considerada como aberta ou exploratória, que vem seguida de uma etapa mais sistemática, que corresponde à coleta de dados e a terceira etapa, que configura-se como a análise e a interpretação sistemática dos dados levantados, seguidas pela construção e fundamentação do relatório dessa pesquisa. Ressalta-se que, estas fases estão

interrelacionadas e ligadas uma na outra, favorecendo o fechamento da pesquisa.

Nessa perspectiva conforme as etapas citadas foi estruturada a presente pesquisa. Ressalta-se que, as fases da pesquisa também tiveram o suporte da fundamentação teórica, o que permitiu a definição de métodos e técnicas apresentadas em conformidade com as fases da pesquisa, sobretudo no que corresponde à fase exploratória. Considera-se que, nesta fase iniciado a partir de um plano bem simples, porém vai se delineando de forma mais clara à medida que a pesquisa vai se desenvolvendo. A fase inicial pode ser evidenciada pela etapa de elaboração do projeto, definição e construção dos instrumentos de pesquisa, contudo, a pesquisa passa a ganhar mais elementos a partir do início da coleta dos dados.

Os sujeitos que fazem parte desta pesquisa corresponde aos professores leigos do município de Iranduba – AM, que encontram-se em formação no Instituto Educacional Guido nos cursos de graduação (Licenciatura) na modalidade a distância ou aqueles que concluíram o curso nos últimos dois anos.

Nesta pesquisa a realização de entrevistas foi feita com professores leigos em formação, gestores e/ou técnicos da Secretaria Municipal de Educação do município de Iranduba - AM. Diante disso, foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: observação, questionário e entrevistas, conforme Marsiglia (2012) são conceituados como:

As observações podem ser assistemáticas quando são realizadas de modo ocasional e informalmente, mas devem transformar-se em observações sistemáticas: planejar o que será observado, em que condições e como serão feitos os registros. Pode ser externa (quando o pesquisador o faz a observação de fora da situação), participante (quando o pesquisador se insere na situação ou no grupo investigado), individual ou em equipe.

O questionário é um instrumento de pesquisa, constituído pôr uma série ordenada de perguntas referentes ao tema de pesquisa. (...) Quando o próprio pesquisador aplica pessoalmente o instrumento nos pesquisados, este é denominado de Formulário. Os questionários e

formulários apresentam perguntas objetivas, muitas vezes com alternativas de respostas já codificadas, mas podem conter também algumas perguntas abertas.

As entrevistas são os instrumentos mais usados nas pesquisas sociais, porque além de permitirem captar melhor o que os pesquisados sabem e pensam, permitem também ao pesquisador, observar a postura corporal, a tonalidade da voz, os silêncios, etc. (MARSIGLIA, 2012, p. 11).

Os instrumentos de pesquisa são de grande importância para o levantamento de dados na pesquisa de campo. A observação serve para uma reflexão das contribuições da educação à distância para a formação de professores leigos. O questionário e a entrevista servem para o levantamento direto de dados importantes desse processo. Para Duarte (2006):

O uso de entrevista permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. A entrevista está presente em pesquisas de comunicação (CURVELLO, 2000), comportamento organizacional (SCHIRATO, 2000), levantamentos históricos e biográficos (MARQUES DE MELO e DUARTE, 2001), processos jornalísticos (PEREIRA JR. 2000) e em vários outros tipos de estudo, usada como base ou conjugada com diferentes técnicas, como observação, discussão em grupo e análise documental (DUARTE, 2006, p. 63).

A entrevista confere uma vantagem enquanto técnica de pesquisa, devido a possibilidade para se obter informações detalhadas acerca dos valores, sentimentos, experiências, ideias motivações, comportamentos e posições e outras características dos entrevistados.

A etapa de definição de instrumentos de pesquisas também necessita do levantamento da literatura que subsidia a estruturação das fases da pesquisa e seus elementos, como propicia a compreensão dos resultados, das observações e dos depoimentos coletados acerca do problema e objetivos da pesquisa, ou, ainda, favorece o conhecimento das documentações levantadas ligadas ao fenômeno estudado, permitindo a compreensão dos questionamentos traçados pelo próprio pesquisador.

A fase inicial também pode ser denominada como fase estruturante,

pois nela podem ser confirmados os elementos constitutivos da pesquisa. Na construção do projeto de pesquisa, já foram traçados os procedimentos de coleta, bem como o dimensionamento relativo ao tamanho da pesquisa, definindo as possibilidades, a coerência das questões contidas nos questionários, revisão das questões referentes à pesquisa, fontes documentais, definição das hipóteses, universo de pesquisa, ou seja, os sujeitos a ser pesquisados, demarcação da estratégia de coleta, após é possível dá prosseguimento para a próxima fase.

Na fase exploratória, um aspecto desafiante corresponde à reflexão acerca dos motivos que desafiaram a pesquisar acerca da Educação à Distância e a Formação de professores leigos, sobretudo por conta da falta de dados sistematizados acerca das avaliações institucionais destes processos formativos; por isso, esse ponto de partida pode ser explicitado compreendendo que a pesquisa não esgota a totalidade da própria concepção da pesquisa, porém busca-se apreender os aspectos que abrangem o fenômeno pesquisado. Desta forma, esta fase pode ser identificada como fundamental na definição de forma mais precisa acerca do objeto de estudo.

A fase inicial exploratória pode ser considerada, a partir de uma visão de abertura, onde pode ser vislumbrados os aspectos críticos, da definição e estabelecimento dos contatos iniciais para se iniciar a ação, conhecimento do campo, localização das fontes dos dados, dos sujeitos informantes, mapeamento de onde e como serão coletados os dados que se pretendem alcançar com a pesquisa. Essa visão de abertura voltada para a realidade desse campo de estudo permitiu a percepção do processo de formação de professores através da educação à distância. Esta fase permitiu o levantamento de dados empíricos, porém não se pode esquecer da etapa precursora que corresponde a pesquisa bibliográfica que forneceu subsídios teóricos para compreensão da temática e dos elementos investigativos. Essa parte correspondeu aos procedimentos e

métodos iniciais da pesquisa, que de certa forma permitiu a ampliação ampla e maior complexidade do processo, considerando todas as suas etapas, tendo em vista que esse processo foi assim projetado.

Uma outra etapa que foi realizada diz respeito à delimitação do estudo e o processo de coleta dos dados. Esta etapa serve para demonstrar a autonomia da presente pesquisa, pois nela podem ser identificados os elementos-chave norteadores do problema. Ao iniciar a coleta sistematizada dos dados, são utilizados os instrumentos previamente definidos, as técnicas selecionadas, cuja escolha vem determinar as características próprias do presente objeto de estudo.

Durante a elaboração do projeto já foram definidos os instrumentos para coleta de dados, na segunda fase da pesquisa foi iniciado o processo de aplicação. Também foram levantados dados do Instituto Educacional Guido – IEG, instituição responsável pela formação de professores leigos, que atende muitos alunos do município de Iranduba e adjacentes, onde oferta os cursos de licenciaturas e outros na modalidade de educação à distância, através do polo presencial em Iranduba - AM.

Na coleta de dados, buscou-se apreender aspectos mais relevantes do processo de formação de professores leigos. Um outro aspecto importante a ser considerado é que a pesquisa de campo buscou alcançar os objetivos propostos no projeto, a fim de se chegar a uma compreensão mais aprofundada da situação estudada. A coleta de dados favoreceu a compreensão das especificidades da formação de professores através da educação à distância, de um ponto de vista crítico deste objeto de estudo. A delimitação do campo, permitiu a realização de um recorte dos sujeitos participantes da pesquisa, que apresentaram opiniões acerca dos benefícios propiciados pela EaD para a formação de professores leigos no município de Iranduba - AM.

Uma outra etapa deste trabalho corresponde ao tratamento dos dados, onde foi possível a realização de análise aprofundada e a elaboração de um relatório final. Esta fase pode ser considerada como longa e complexa, tendo em vista a ocorrência do agrupamento de informações, analisando-as e tornando-as disponíveis para que os informantes possam manifestar suas reações acerca da relevância, bem como a precisão das informações que estão relatadas.

No tratamento dos dados, inicialmente foi feito relatórios com dados preliminares, através de rascunhos das informações obtidas na coleta de dados. Contudo, a tabulação dos dados levantados favoreceu a elaboração escrita, através de gráficos, tabelas e apresentações áudios-visuais. O levantamento e a tabulação de dados buscaram cumprir o planejamento do cronograma de pesquisa, no período determinado de permanência no campo escolhido de pesquisa.

Diante o percurso da pesquisa, buscou-se uma complementação em harmonia das fases da pesquisa. Inicialmente definição do objetivo, sujeitos, métodos e técnicas e instrumentos da pesquisa. Foi possível perceber que, a pesquisa de campo também apreendeu um pouco da subjetividade de cada sujeito envolvido, cujo olhar particular contribui para a totalidade pesquisada, onde os resultados levantados puderam ser confrontados com a realidade presente entre a teoria e a empírica. Ademais, quanto à forma de abordagem será, utilizará os dados coletados para destacar de forma descritiva dando apoio a interpretação subjetiva. Os dados tratados de forma qualitativa e serão analisados e codificados às luz do rigoroso constructo teórico-metodológico erigido.

Ao buscar compreender a realidade da formação de professores leigos no município de Iranduba – AM, compreendeu-se uma dinâmica ímpar, traçada por suas peculiaridades. Para essa realidade, pensou-se na elaboração dos instrumentos que foram utilizados na coleta, o processo de coleta de dados, o

processo de análise dos resultados e sua apresentação. Neste tipo de pesquisa Borges (2011) vem apontar o suporte do método quantitativo:

O método quantitativo como suporte: Ainda que seja vista com certa reserva por muitos pesquisadores das ciências da educação, a pesquisa quantitativa continua ainda relevante como um suporte indispensável à construção do conhecimento sobre educação. Moreira (2006), explicita como ela se constitui em relação aos seus fundamentos e suas práticas, assim com base nessas perspectivas procuro explicar como ela poderá ser identificada na pesquisa, ou seja, em que momento ela se fará presente, onde e como ela se revela como um suporte para o qualitativo (BORGES, 2011, p. 171).

Os instrumentos de entrevista e observação possibilitaram uma grande contribuição para a coleta de dados. A entrevista forneceu elementos já direcionados para o processo de investigação, enquanto a observação, verificou a prática da modalidade da educação à distância no processo de formação de professores.

Os instrumentos criados que forma utilizados para realização da coleta de dados estão disponíveis nos apêndices deste trabalho. As perguntas foram elaboradas e estruturadas em blocos de questões que foram desdobradas mediante o processo de tabulação dos dados levantados.

Após a aplicação dos questionários, foi possível a realização do processo de tabulação e também agrupamento dos dados, fornecendo visualizações de questões pertinentes relativas ao processo de educação à distância, mediante as questões apresentadas nos blocos de perguntas, que evidenciaram algumas peculiaridades deste processo.

A pesquisa foi realizada em algumas etapas até a conclusão da dissertação, sendo que cada etapa embora o uso de métodos e técnicas sejam diferenciados, porém cada qual tem sua importância e contribuição para levantamento de dados e informações. A primeira fase consiste em uma bibliográfica e documental. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental é possível a compreensão da

temática, aprofundando o conhecimento da educação à distância, identificando algumas contribuições para o processo de formação de professores leigos.

A realização da pesquisa bibliográfica ocorreu mediante análise de livros, artigos, revistas eletrônicas, legislação que permitiram a elaboração teórica deste trabalho. Na segunda fase caracterizada de forma exploratória, foi utilizado instrumentos de pesquisa qualitativa, como: entrevistas, aplicação de questionários, observação em campo, buscando identificar algumas especificidade da educação à distância, a fim de compreender como ela favoreceu o acesso de professores leigos para um processo formativo.

O campo da educação à distância configura-se como um espaço para ser explorado pela pesquisa. Compreende-se que, a pesquisa busca encontrar respostas para as questões propostas através dos objetivos. O esforço para a elaboração teórica permitiu a aquisição de conhecimentos novos, propondo novos elementos teóricos de produção científica.

A produção de conhecimento científico é transformada conforme as condições para a produção e também da própria demanda de conhecimento pela sociedade em determinado momento. Verifica-se que, a pesquisa em educação pode ser observada a partir de distintos ângulos, onde cada um pode levar a reflexões e conclusões instigantes, apontando desafios para a investigação. No sentido formal, “a pesquisa pode ser considerada como um modo próprio que a ciência tem para adquirir conhecimento, sendo definida, por isso, como uma atividade específica e especializada” (SANTAELLA, 2001, p. 11).

Ao pesquisar educação à distância e o processo de formação de professores leigos, buscou-se embasamento de teorias, métodos e técnicas de pesquisa aqui propostos enquanto meios de alcançar a objetividade nos estudos científicos acerca da educação. A pesquisa em Educação permite a construção de conhecimentos, apreensão do contexto histórico e as representações de caráter ideológico e cultural.

RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Iranduba – AM, junto aos professores da rede municipal de ensino. Buscou-se compreender alguns aspectos peculiares relativos à formação através do processo de Educação à Distância. Hoje, a Secretaria Municipal de Educação conta com um quantitativo geral de 818 professores. De acordo com a tabela 1, é possível observar o grau de formação desses profissionais.

Tabela 1 - Quantitativo em relação o nível de formação dos professores

FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Nível Médio	51
Nível Superior	720
Especialista	45
Mestrado	02
TOTAL GERAL	818

Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

No momento contemporâneo, observa-se a necessidade de uma política pública de formação, capaz de tratar, de forma ampla, simultânea e integrada, a formação inicial, as condições de trabalho, a carreira, a remuneração e a formação continuada dos docentes. A Lei 9.394/96 estabeleceu a finalidade e também os fundamentos da formação profissional.

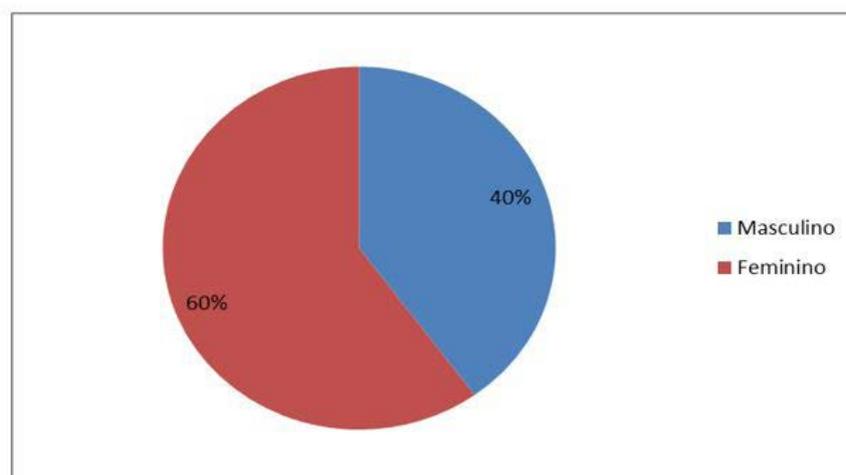
Na atualidade, com a LDB – Lei 9.394/96 passou a exigir formação dos profissionais para atuação na educação básica, sendo definida como nível superior. Em decorrência disto, estipulou-se uma ambiciosa meta que, após a década da Educação, com início nos últimos dias de 1997, apenas poderiam ser admitidos na educação básica, profissionais habilitados em nível superior ou mediante formação por treinamento em serviço. Foi a primeira legislação que contemplou esse dispositivo. Embora ocorra divergência pela dificuldade de concretização, porém vale a intenção pela busca de uma formação efetiva.

Avanços e retrocessos têm demarcado a trajetória dos cursos de formação do profissional do magistério da educação básica. A descontinuidade deste processo sinaliza a interferência de fatores, tanto de natureza política, quanto de natureza cultural. Dentre eles podemos destacar a ausência de uma política de estado, que manifeste compromisso em garantir a necessária formação docente com a qualidade que demanda a sociedade contemporânea, assim como, o conflito institucional revelado, dentre outros indicadores, pela permanência do posicionamento dos acadêmicos em relação à natureza e o valor do conhecimento científico (HONÓRIO *et al.*, 2017, p. 1738).

Neste sentido, através da Tabela 1, verifica-se que na Secretaria Municipal de Educação de Iranduba, a existência de 51 (cinquenta e um) professores com formação em nível médio, sendo que desse quantitativo, 30 (trinta), estão cursando nível superior no Instituto Educacional Guido, visando se adequar às exigências da legislação brasileira, que requer formação completa em nível superior para atuação na Educação Básica.

Abaixo no Gráfico 1, é possível observar o percentual por sexo dos professores entrevistados que fazem parte do universo da pesquisa.

Gráfico 1 - Percentual por gênero dos professores

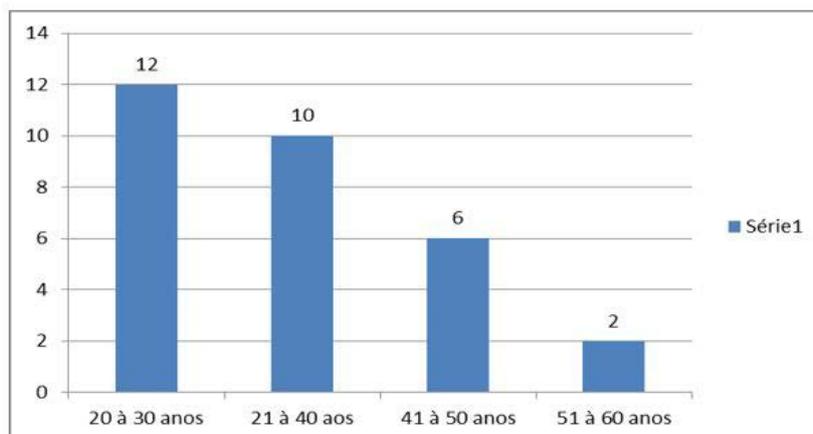


Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Foram entrevistados ao todo 30 (trinta) professores, sendo 12 do sexo masculino, representando um percentual de 40% e 18 (dezoito) entrevistadas do sexo feminino, atingindo um percentual de 60%, conforme demonstra o gráfico 1.

Buscou-se traçar o perfil de faixa etária destes professores, que podem ser observados de acordo com o Gráfico 2:

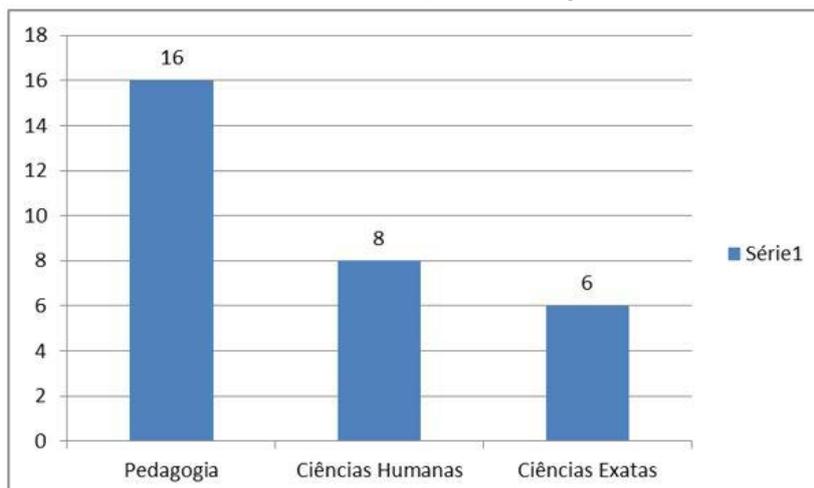
Gráfico 2 - Faixa etária dos professores entrevistados:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Conforme o Gráfico 2, foi possível verificar que a faixa etária dos entrevistados, demonstra um perfil bem jovem, sendo que 22 (vinte e dois) entrevistados apresentam idade de até 40 anos, cujo percentual corresponde à 73,3% dos sujeitos desta pesquisa.

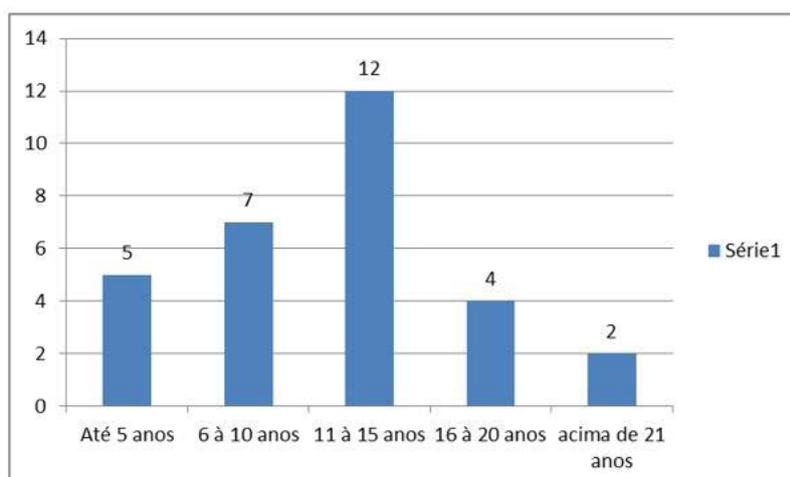
Gráfico 3 - área de formação destes professores:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Conforme o Gráfico 3, a maior parte (53,3%) dos sujeitos da pesquisa estão cursando Pedagogia, que habilita para atuação junto à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar.

Gráfico 4 - Tempo de atuação profissional

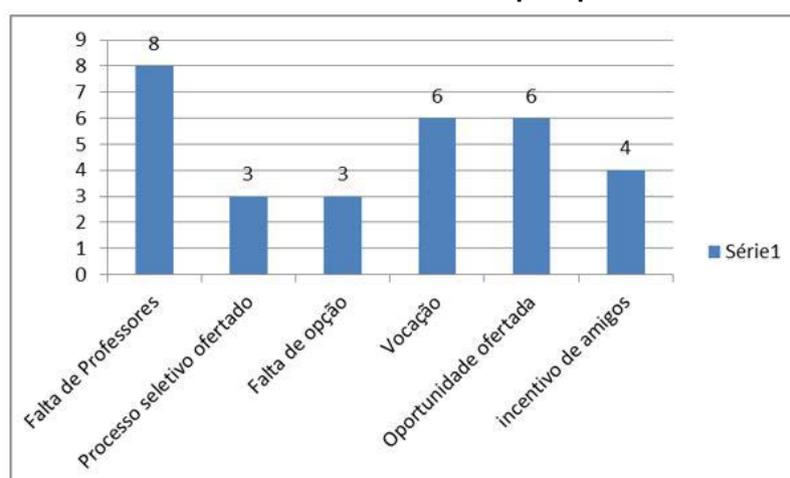


Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Com o Gráfico 4, pode-se verificar o tempo de atuação dos professores entrevistados, onde 60% desses profissionais, já atuam há mais de 10 anos na área pedagógica, o que demonstra a importância da formação em nível superior, para conhecimentos específicos capazes de propiciar uma melhor prática educativa.

A pesquisa buscou saber o motivo de interesse pela profissão de professor pela rede municipal de ensino, de acordo com o Gráfico 5:

Gráfico 5 - motivo de interesse pela profissão

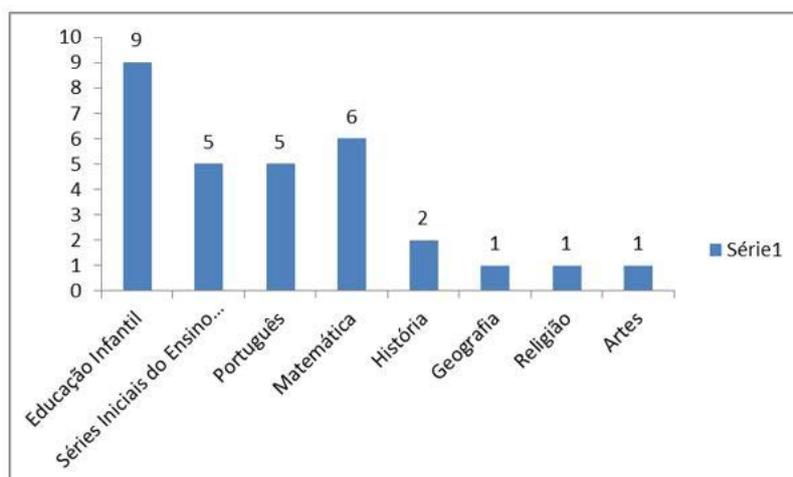


Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

No Gráfico 6, buscou-se demonstrar a disciplina lecionada pelos

entrevistados ou o respectivo nível de ensino.

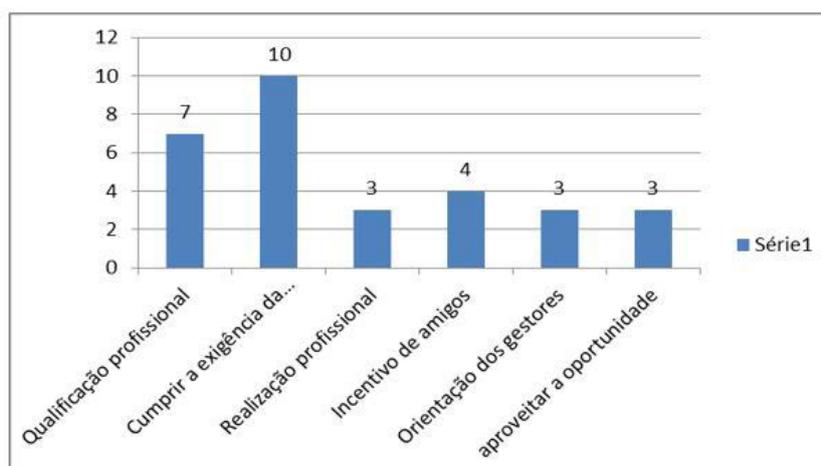
Gráfico 6 - Disciplina ou nível de ensino selecionado.



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Conforme o Gráfico 6, a maioria dos entrevistados atuam na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo a habilitação exigida a Licenciatura em Pedagogia. Quando perguntados acerca do nível de escolaridade na maior parte do tempo de atuação, a maioria dos entrevistados ressaltaram que só tinham formação em ensino médio. Neste sentido, verifica-se que a formação através da Educação à Distância, além de fornecer conhecimentos específicos para a atuação pedagógica, também irá permitir o cumprimento das exigidas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

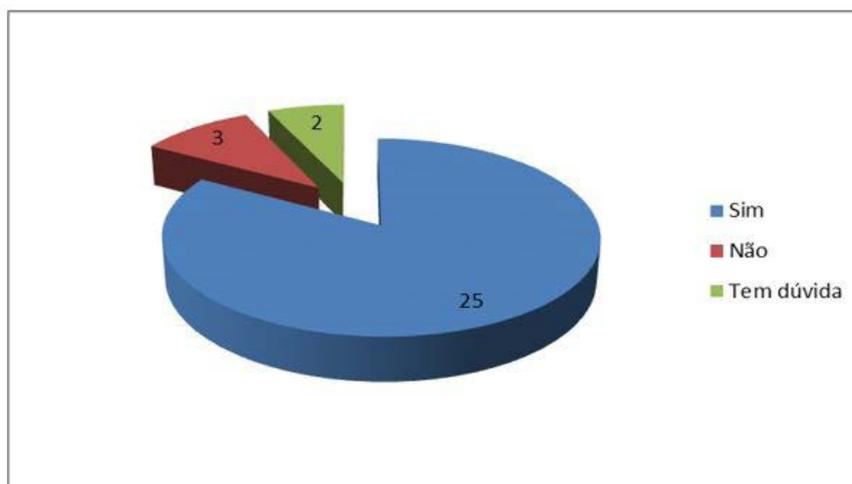
Gráfico 7 - motivo de cursar um Curso de Licenciatura:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

No Gráfico 7, buscou-se conhecer o motivo do entrevistado cursar um curso de licenciatura. A maioria dos entrevistados apontam para a necessidade de qualificação profissional e a exigência da habilitação para trabalhar na educação básica. Neste sentido, também avaliou, se os entrevistados estão cursando o curso de interesse.

Gráfico 8 - fazendo curso de interesse:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Ao perguntarmos, acerca da participação da Secretaria Municipal de Educação de Iranduba-AM, para viabilização de políticas públicas para a formação de professores, através de algumas respostas, podemos:

“A Secretaria Municipal de Educação em relação a formação inicial, deixou muito a desejar. Pois os professores interessados que tiveram que buscar cursar uma licenciatura para poder estarem aptos a lecionar.” - Professora 01.

“Eu acho que a Secretaria de Educação deveria criar um programa, para que todos os professores que tivessem somente nível médio, pudesse ter acesso à formação inicial. Hoje a Secretaria só realiza cursos e seminários de capacitação, sendo que a formação inicial fica sob responsabilidade do professor.” - Professor 02.

Sabe-se que, a formação de professores é uma das condições necessárias para a evolução da qualidade do ensino, desde a implementação da Lei 9.394/1996, muitas secretarias de educação passaram a se preocupar com a formação de professores, pois antes desse período, nas modalidades de

educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, era possível observar que muitos educadores só tinham a formação em magistério, equivalente ao ensino médio atual. Compreende-se que uma formação inicial de qualidade propicia práticas pedagógicas efetiva e uma educação de qualidade. Para Nóvoa (1992): “A formação de professores pode cumprir um papel importante na configuração de uma “nova” profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas” (NÓVOA, 1992, p. 24).

Na pesquisa, também avaliou-se o olhar dos alunos em relação ao Instituto Educacional Guido, enquanto instituição responsável pela viabilização da formação de professores do município de Iranduba e dos municípios adjacentes. Através dos seguintes relatos:

“ A coordenação do Instituto Educacional Guido, realmente tem muito interesse na formação de professores.” - Professor 03.

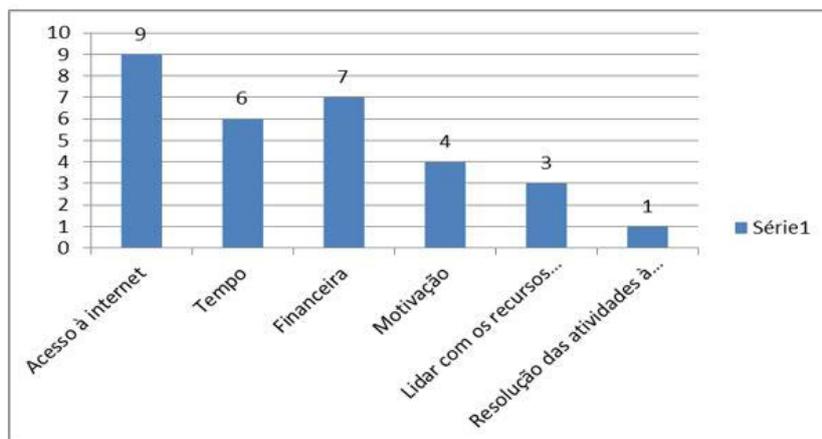
“Através do IEG, foi possível concretizar o sonho de cursar uma licenciatura, o que vem possibilitando a minha formação, inclusive a continuidade de atuar enquanto professora. Há muito tempo tinha vontade de fazer um curso de Pedagogia, porém não tinha acesso.” - Professor 04.

“O curso oferecido pelo Instituto Educacional Guido, surgiu como uma oportunidade única, sendo fundamental para o processo de formação, especialmente pela flexibilidade de ensino na modalidade EaD e a disponibilidade de um polo educacional no município.” - Professor 05.

Pela análise dos dados levantados, percebe-se que o Instituto de Educação Guido enquanto espaço formativo, tem contribuído para a formação de futuros professores, na medida que essa instituição foi precursora no município com a implantação de um polo de ensino à distância. Muitos alunos apontaram que, o processo formativo tem contribuído bastante para o desenvolvimento da prática pedagógica, instigando e motivando para o desenvolvimento de metodologias inovadoras, capazes de favorecer uma aprendizagem efetiva dos seus alunos.

No Gráfico 9 aponta-se as principais dificuldades encontradas durante o desenvolvimento do curso à distância, que foram:

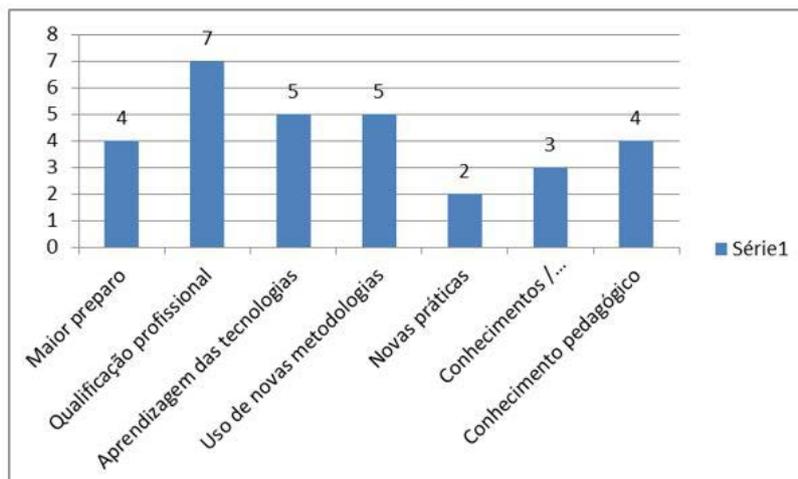
Gráfico 9 - Dificuldades durante à vivência do curso



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Verifica-se que, o professor a medida que vivencia um processo de formação, isso propicia alguns impactos no desenvolvimento de sua prática pedagógica. A pesquisa analisou os impactos e contribuições do curso para a prática pedagógica e/ou vida pessoal. Esses achados estão expressos no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Contribuições do curso



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

No Gráfico 10, observa-se que os professores conseguem identificar

que a formação tem contribuindo para o desenvolvimento de sua prática no cotidiano escolar. Desta forma, aponta-se algumas expressões colocadas por estes profissionais:

“Esta formação tem me deixado mais preparado para poder desenvolver o meu trabalho no dia a dia.” – Professor 06.

“Ela está me ajudando cada dia, me sinto mais qualificada para poder trabalhar e desenvolver meu ofício de professora. Me sinto mais segura.” – Professor 07.

“Com a formação adquiri novos conhecimentos, a cada dia aprendo algo novo, até mesmo no desenvolvimento da minha prática em sala de aula.” – Professor 08.

“Hoje comigo dá aula de mais qualidade e consigo ver os resultados do meu trabalho em sala de aula.” – Professor 09.

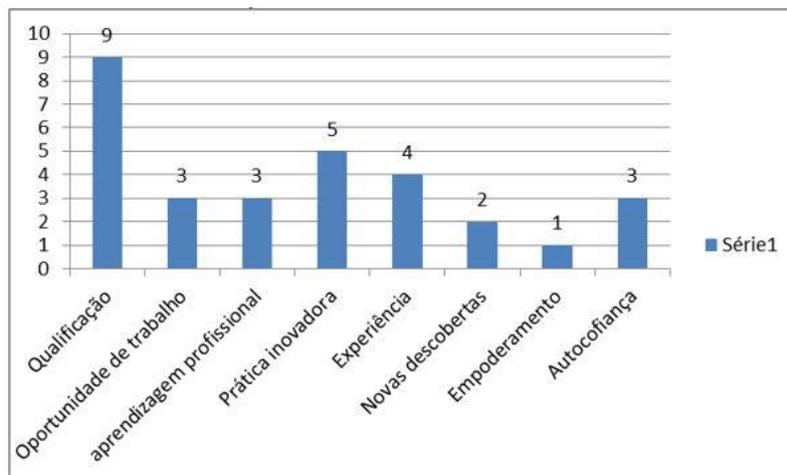
Avaliou-se o processo de formação superior no contexto das políticas públicas de formação de professores no município de Iranduba – AM, muitos professores teceram algumas críticas, demonstrando insatisfação em relação à essa questão:

“Aqui está faltando interesse em relação à formação de professores, por ser um município do interior, muitos professores ainda não tinham condições e recursos para fazer um curso de graduação ou licenciatura.” – Professor 10.

“Esta faltando apoio para o processo de formação de professores no município, pois esse processo é importante, porque contribui para uma educação de mais qualidade, neste sentido era para a Secretaria ter uma maior preocupação.” – Professor 11.

Analisou-se as contribuições do Instituto educacional Guido na formação de professores. Esses achados estão evidenciados no gráfico 11:

Gráfico 11 - Contribuições do IEG:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

A formação profissional vem passando por contínuas mudanças ao longo dos anos, sobretudo por acompanhar as evoluções ocorridas na sociedade do conhecimento. Neste sentido, a perspectiva formativa, deve pensar na estrutura e organização do processo de ensino. Na atualidade, vivenciamos um período de transformações na educação, especialmente com o surgimento de novas tecnologias nesse espaço, desta forma, o papel do professor ganha novos significados, pois esse profissional deixa de ser um simples transmissor de conteúdos, agora tem a função de ser um agente que trabalha na construção dos saberes, baseada em uma educação democrática que forma cidadãos críticos, para atuarem na vida e na sociedade. Neste sentido, reafirma-se a importância que, o professor tenha uma formação inicial e continuada de qualidade.

Um aspecto importante que a pesquisa buscou avaliar junto aos entrevistados, corresponde o que eles acharam da transposição da condição de professor leigo para aluno em formação para habilitação profissional. Desta forma, aponta-se alguns achados:

“Hoje me sinto como se fosse uma nova professora, através da formação consegui uma nova identidade.” – Professor 12.

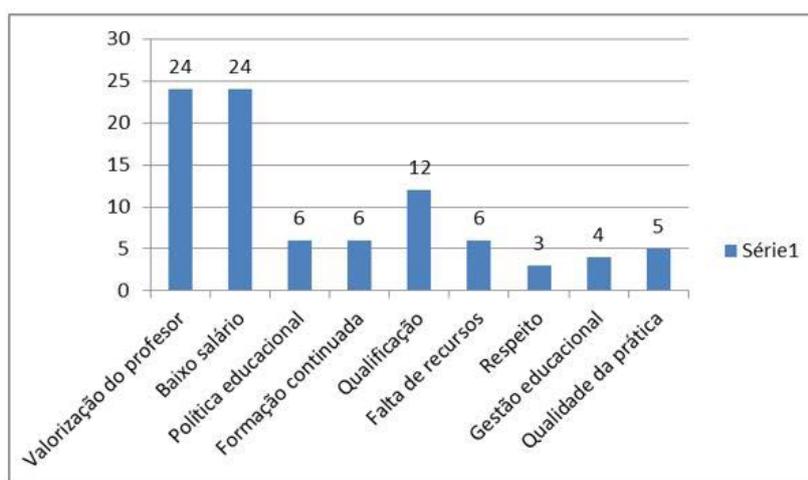
“Me sinto mais valorizado com uma nova posição no contexto educacional.” – Professor 13.

“É uma conquista muito grande e a aprendizagem adquirida na formação, tem me ajudando na minha atuação em sala de aula.” – Professor 14.

“É muito importante para mim e demais colegas professores pela oportunidade de aprender e se qualificar para poder enfrentar os desafios da educação.” – Professor 15.

A pesquisa buscou apontar alguns fatores determinantes para o fracasso escolar, relacionados a atuação do professor. O Gráfico 12, vem demonstrar os fatores determinantes apontados pelos entrevistados.

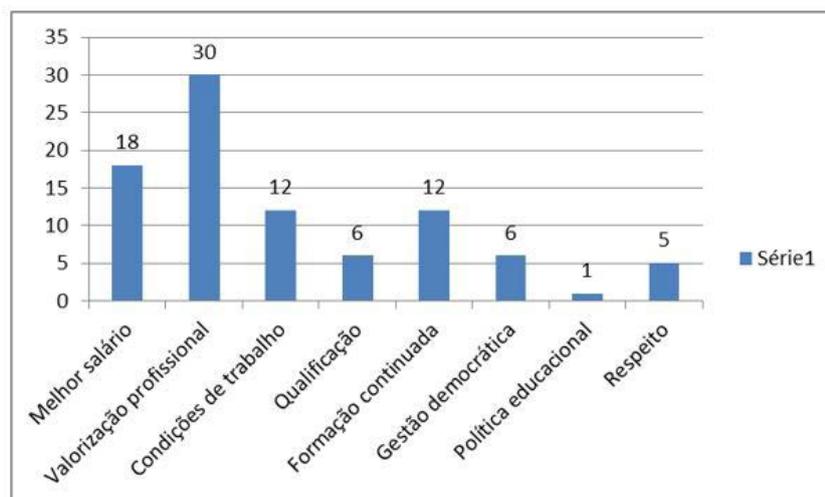
Gráfico 12 - Fatores determinantes para o fracasso escolar



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Solicitou-se que os professores entrevistados também pudessem apontar fatores determinantes para melhoria da qualidade do ensino e da educação, em relação a instrumentalização e profissionalização do educador no município de Iranduba –AM. O Gráfico 13 traz esses achados:

Gráfico 13 - Fatores determinantes para melhoria e qualidade do ensino



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

A qualidade na educação perpassa por dimensões e fatores que evidenciam indicadores como parâmetro. Na atualidade ocorre uma busca contínua pela qualidade da educação e do espaço escolar, o que vem ganhado certa importância, para isso são estabelecidos objetivos e metas nas agendas governamentais, nas instituições escolares e pelos profissionais da área da educação. É certo que para alcance da qualidade na realidade brasileira, aponta-se que essa efetivação da escola de qualidade vem representar um grande e complexo desafio. Nos últimos anos, o Brasil conseguiu registrar alguns avanços na educação, propiciado pela ampliação da cobertura e acesso; a legislação educacional passou a traçar metas ambiciosas e nortear o processo educativo para a concretização de uma aprendizagem mais efetiva. Dourado e Oliveira (2009) apontam que:

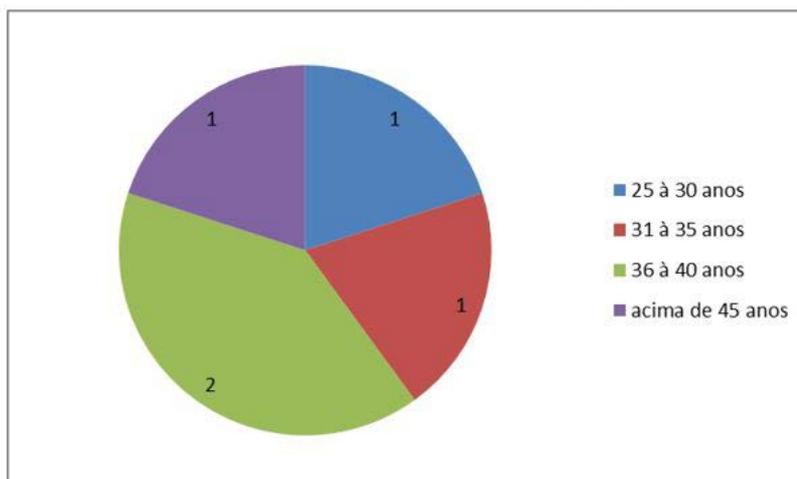
Debater tais questões remete à apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras. Envolve, igualmente, questões concernentes à análise de sistemas e unidades escolares, bem como ao processo de organização e gestão do trabalho escolar, que implica questões como condições de trabalho, processos de gestão da escola, dinâmica curricular, formação e profissionalização docente. Em outras palavras, é fundamental

ressaltar que a educação se articula a diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. A educação, portanto, é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade (DOURADO; OLIVEIRA, 2002, p. 202).

Sabe-se que para alcance da qualidade na educação é importante que sejam realizados investimentos aos professores, como: formação inicial e continuada, onde essa profissionalização propicia uma melhor ação pedagógica, podendo relacionar o perfil docente em conformidade com a relação titulação e qualificação apropriada ao exercício profissional; dedicação exclusiva a uma só escola; vínculo efetivo de trabalho, com forma de ingresso, preferencialmente por concurso público; valorização da experiência docente; condições de trabalho adequadas; progressão na carreira, mediante a qualificação permanente, tempo de trabalho e outros requisitos; programas de formação e valorização dos profissionais; plano de carreira; definição da relação alunos/professor adequada conforme o ciclo, nível ou etapa de escolarização; carga horária com garantia de tempo para a realização das atividades; planejamento pedagógico, reuniões pedagógicas, estudo, atendimento aos pais; ambiente propício ao estabelecimento de relações interpessoais capazes de valorizar atitudes e práticas educativas, promovendo a motivação e a solidariedade no trabalho; atendimento e atenção aos alunos no espaço escolar.

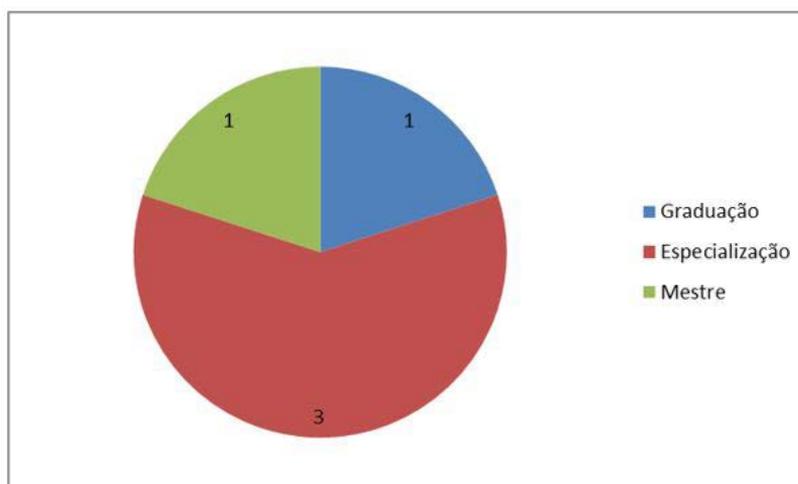
Apesquisa também aplicou um questionário específico aos coordenadores pedagógicos, onde foi possível atender cinco profissionais. Nos gráficos 14 e 15 apresentam algumas características do perfil desse profissionais:

Gráfico 14 - Faixa etária dos coordenadores pedagógicos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Gráfico 15 - Titulação dos coordenadores pedagógicos entrevistados:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Na pesquisa buscou-se saber como estes profissionais avaliam a situação dos professores leigos na Secretaria Municipal de Educação, sendo apontadas as seguintes respostas:

“Antes era uma situação bastante complicada, deviso as localidades de difícil acesso e com professores sem formação que atuavam lá”. – Coordenador Pedagógico 01.

“Hoje a maioria dos professores já se encontram habilitados e os poucos que estão faltando, já estão cursando licenciatura, de forma que em breve estarão aptos para o cumprimento da exigência da habilitação propiciada pela formação.” – Coordenador Pedagógico 02.

“Eu acho que o município deveria ter criado algum programa para que

não tivéssemos nenhum professor sem a habilitação adequada. O que eu vejo, os poucos professores que tinham somente o magistério, eles mesmo tiveram interesse em fazer um curso superior, para poder continuarem exercendo a profissão.” – Coordenador Pedagógico 03.

Buscou-se saber dos coordenadores pedagógicos a importância da formação de professores através da Educação à Distância:

“Bom a Educação à Distância tem uma grande contribuição nesse processo de formação de professores, ela tem contribuído para solucionar um grande problema.” – Coordenador Pedagógico 04.

“A educação à distância permitiu que muitos professores leigos tivessem acesso ao ensino superior com uma formação adequada.” – Coordenador Pedagógico 05.

“Muitos professores que hoje já estão devidamente habilitados, tiveram sua formação pela educação à distância. Observo que esse meio é muito importante, pois favoreceu o acesso de muitos professores ao seu processo de formação.” – Coordenador Pedagógico 01.

Nas últimas décadas, é possível verificar que a educação a distância se apresentou como uma nova possibilidade para concretizar o processo de formação inicial de professores. Observa-se que, a formação de professores na modalidade à distância, consegue alcançar possibilidades para a atuação profissional, considerando o saber docente, o prazer da prática e o significado contido no processo de ensino aprendizagem desde, contribuindo para enriquecer a prática pedagógica dos professores. A EaD, permitiu que muitos professores leigos pudessem desenvolver habilidades e competências para construção de uma identidade profissional sólida, através de práticas e simulações do saber fazer docente.

Foi perguntado aos coordenadores acerca da proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, quais as mudanças, impactos e contribuições que são esperadas com o processo de formação leigos:

“Aguardamos uma educação de qualidade através da formação de professores leigos através da educação à distância, porque temos certeza que estes profissionais encontram-se mais preparados.” - Coordenador Pedagógico 02.

“A medida em que os professores leigos se formam e apresentam habilitação necessária, podemos perceber grandes mudanças. A educação à distância vem propiciando professores mais qualificados, como resultados temos uma melhor aprendizagem para os nossos alunos” - Coordenador Pedagógico 03.

“A Secretaria Municipal de Educação vem trabalhando a cada ano para melhorar o processo educativo e uma melhor aprendizagem dos alunos, sendo que a educação à distância trouxe contribuições educativas imensuráveis, pois os professores passaram a fazer um trabalho com mais qualidade, trazendo bons resultados.” - Coordenador Pedagógico 04.

Buscou-se saber a avaliação da melhoria da qualidade de ensino com a formação dos professores leigos. Neste sentido, os coordenadores pedagógicos apontaram que:

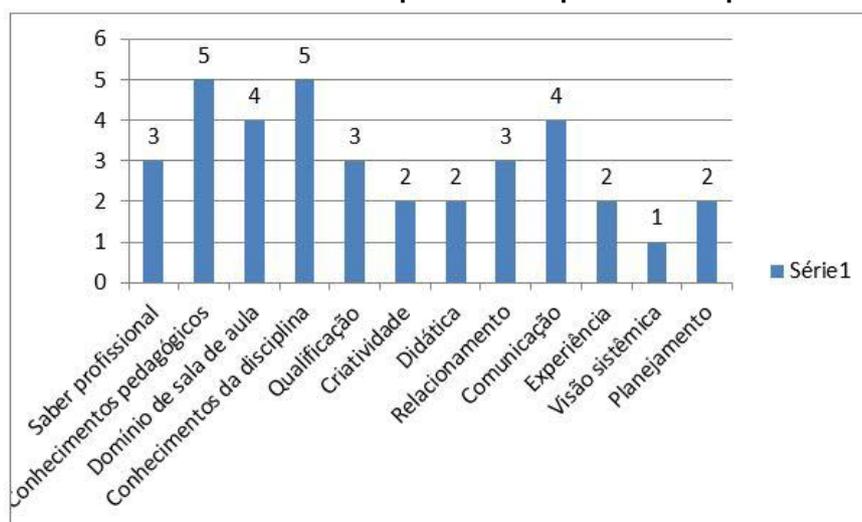
“Observa-se que, o rendimento mudou para melhor em várias escolas, isso pode ser evidenciado inclusive pelas novas notas do IDEB, onde o município vem melhorando a avaliação a cada ano” - Coordenador Pedagógico 05.

“Já é possível verificar melhorias propiciadas pela formação de professores leigos, que vão desde o planejamento escolar, a participação na construção do Projeto Político Pedagógica, muitos professores já trabalham com novas metodologias que contribuem satisfatoriamente na aprendizagem dos alunos.” - Coordenador Pedagógico 01.

“Espero que em breve 100% dos professores estejam licenciados, porque as escolas ganham muito com os professores qualificados, até a participação nas formações continuadas recebem maior adesão e participação, onde muitos profissionais sugerem o que estão precisando. Posso afirmar que a qualidade de ensino vem melhorando progressivamente, acompanhando esse processo formativo.” - Coordenador Pedagógico 02.

No Gráfico 16, são apontadas as habilidades e competências esperadas dos professores após o processo de formação:

Gráfico 16 - Habilidades e competências esperadas dos professores



Fonte: Pesquisa de campo do autor, Jun-Nov, 2020.

Na escola na atualidade, certos domínios são exigidos no plano de conduta ou convivência social (respeito, disciplina, educação etc.) e no plano intelectual (compreensão, realização das tarefas), estas podem ser consideradas condições prévias ou pré-requisitos essenciais. Conforme Nóvoa (1995):

Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual, etc.; a tudo isto pode somar-se a atenção dos alunos especiais integrados na turma (NÓVOA, 1995, p. 100).

Hoje, ocorreu um aumento de exigências para o trabalho docente, sendo que os cursos de formação devem acompanhar essas mudanças, formando professores com habilidades e competências requeridas neste novo contexto, acrescentando também as descobertas da psicologia da aprendizagem, a inserção e domínio das tecnologias de comunicação e informação. O aumento das responsabilidades e exigências atribuídas ao professor devem ser acompanhadas por maiores investimentos financeiros, de recursos materiais e humanos, a fim de sanar as deficiências presentes nas condições de trabalho que dificultam a prática docente.

Organizar e dirigir situações de aprendizagem, administrar a progressão das aprendizagens, conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação, envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho, trabalhar em equipe, participar da administração da escola, informar e envolver os pais, utilizar tecnologias novas, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão: todas essas competências conservam-se graças a um exercício constante (PERRENOUD, 2000, p. 155).

Ser professor no contexto contemporâneo requer conhecimentos teóricos além de suas disciplinas, onde esse profissional deve ministrar e uma diversificada gama de práticas de ensino. Neste sentido, o professor deve desenvolver conteúdos de forma contextualizada, globalizada e diversificado o bastante para envolver os alunos no seu projeto de ensino aprendizagem, despertando interesse e motivação. É exigido do professor, o desenvolvimento de práticas de ensino capazes de atender à diversidade existente nos processos de aprendizagem dos educandos, contemplando às necessidades individuais presentes no trabalho coletivo de construção de conhecimentos.

Nesta pesquisa, foi realizada também metodologias qualitativas de entrevistas e aplicação de questionários, após o aprofundamento teórico da temática realizou-se o levantamento de dados acerca das contribuições da educação à distância para formação inicial de professores leigos, para isso foram entrevistados 30 (trinta) professores que fazem parte da Secretaria Municipal de Educação de Iranduba – AM e que estão em formação em nível superior no Instituto Educacional Guido, que é uma instituição de nível superior, que oferta cursos à distância, disponibilizando um polo educacional no município. Foram entrevistados 05 (cinco) coordenadores pedagógicos, responsáveis pelo acompanhamento pedagógico desses professores, nas escolas da rede municipal de Iranduba.

Acerca dos participantes da pesquisa foi mantido sigilo de sua identidade, conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sendo que durante a tabulação dos questionários, a separação das entrevistas foi feita por

ordem de numeração. Contudo, ressalta-se que através da pesquisa qualitativa foi possível alcançar os objetivos propostos por este trabalho, compreendendo aspectos peculiares da formação de professores leigos do município de Iranduba – AM pelo Instituto Educacional Guido.

Através da análise dos dados, verificou-se que o Instituto Educacional Guido é um espaço formativo, que tem contribuído para preparação dos professores leigos do município de Iranduba – AM, sendo que muitos desses profissionais já atuavam há alguns anos na educação, porém por razões, como: falta de oportunidades, financeira, distância da capital, tempo, entre outros, antes não tiverem a oportunidade para realizar a formação adequada, requerida para atuação na educação básica.

Mediante a análise dos dados coletados, verificou-se algumas dificuldades entre a Secretaria Municipal de Educação de Iranduba – AM para disponibilizar a formação inicial dos professores leigos para possibilidade de melhorias nos trabalhos pedagógicos e melhores resultados na educação municipal.

A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza formação continuada, contudo chama-se a atenção para a importância da formação inicial, enquanto exigência que deve ser cumprida para atuação na educação básica. Compreende-se que, o processo de relações pedagógicas deve estar articulados, sendo a secretaria deve não somente monitorar o trabalho dos professores, porém criar condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho, com autonomia, formação adequada e recursos apropriados.

Faz-se necessário, que tanto a Secretaria Municipal de Educação, como o Instituto Educacional Guido, tenham um olhar diferenciado à formação inicial dos professores leigos, de forma a propiciar novas experiências, contribuindo no processo de transformação e qualidade da educação. Deve-se estabelecer mecanismos de colaboração, possibilidades de parceria, considerando as

realidades locais, para que se possa atender às necessidades formativas, assumindo a responsabilidade pela formação inicial de professores.

Desta forma, a presente pesquisa buscou trazer alguns dados para reflexão da formação de professores leigos, entendendo que este processo vai além de propiciar a habilitação requerida para atuação na educação básica, porém cria-se probabilidades para melhoria da prática pedagógica e conseqüentemente uma melhor qualidade da educação ofertada.

Com os resultados apontados nessa pesquisa, não se têm a pretensão de considerá-los enquanto um procedimento fechado. Contudo sua finalidade, vem evidenciar a expectativa de contribuir para se refletir acerca da formação inicial de professores leigos. A análise de dados permitiu a compreensão das concepções dos participantes, que conseguem reconhecer a importância dessa formação, como ela possibilitou novas aprendizagens que permitiram inovações em suas práticas pedagógicas, que a cada dia vem trazendo melhores resultados na educação ofertada no município de Iranduba - AM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea vivencia-se um momento de conscientização da importância de um projeto educacional que seja consistente. A educação é reconhecida como um dos pilares de desenvolvimento de um povo, sendo importante a inclusão e o acesso de pessoas à esse processo. Neste contexto, a educação à distância vem sendo mediada tecnologicamente, enquanto consequência natural da evolução da sociedade, onde criou-se sistemas educacionais com mais flexibilidade, abertos e ágeis. Diante dessa perspectiva, surgiu o interesse em analisar a educação a distância e a formação de professores leigos.

A sociedade contemporânea faz uso massivo da informática e também da internet, enquanto ferramentas dessa sociedade da informação. Essa sociedade do conhecimento marcada especialmente pelas contínuas transformações tecnológicas, atrelou essas ferramentas as novas formas de fazer educação. A partir disso, foi possível constatar um avanço considerável e expansão da educação à distância, inclusive no fortalecimento das prerrogativas legislativas que propiciam o processo de regularização do ensino a distância.

É válido ressaltar que os avanços tecnológicos também propiciaram a melhoria do ensino à distância, favorecendo a inclusão de pessoas no ensino superior, tanto na graduação como nos cursos e programas de pós-graduação. Na atualidade, o aumento de pessoas que passaram a ter acesso as tecnologias propiciou a aquisição de conhecimentos e informação.

A Educação à distância deve realizar de forma contínua investimentos em recursos tecnológicos, propiciando a produção de materiais didáticos e a própria formação de professores. Não se pode negar que, a EaD vem favorecendo uma democratização efetiva do acesso ao conhecimento, enquanto condição

primordial para a construção da cidadania. Este esforço deve ser coletivo, apreendendo todas as instituições que formam o sistema educacional.

A EaD nos últimos anos vem crescendo exponencialmente por conta do surgimento da sociedade da informação caracterizada pela explosão do conhecimento. Esta sociedade cada vez mais vem requerendo novas habilidades, competências e conhecimentos em decorrência da força produtiva, que criou como novos “produtos”, novas profissões e novas necessidades de consumo. Para ultrapassar barreiras geográficas, de tempo e de espaço, a educação à distância se expandiu para contribuir no atendimento dessa demanda.

Os estudos desenvolvidos acerca da Educação à distância e o processo de formação de professores leigos, permitiram demonstrar que o crescente uso das tecnologias de informação e comunicação tem contribuído para a formação docente, capacitação ou aperfeiçoamento através de cursos a distância, podendo ser na formação inicial, como também na formação continuada.

Observa-se que desde do início da autorização do funcionamento das rádios no país, para fins educativos, ocorrido em 1923, através do programa “educação em massa” pela Rádio Sociedade, novas tecnologias e a Educação à Distância vêm demarcando importância para divulgação do conhecimento, de forma a atingir populações em diversas localidades, que por conta de vários motivos, não puderam ter acesso à educação e/ou formação.

Este estudo ao realizar a seleção bibliográfica contemplou teses, dissertações, artigos, livros entre outros materiais que mostram a intensidade da importância da educação à distância contribuindo para construção de conhecimentos e formação docente. Tais análises propiciaram a divulgação das políticas educacionais, com a expansão da EaD, efetivada sobretudo com o apoio do poder público, a fim de favorecer a expansão e acesso da educação no país em seus diversos níveis. Verifica-se que, a educação à distância tem trazido

impactos positivos para expansão e acesso à educação, sendo evidenciados pelos trabalhos acadêmicos que fundamentaram esse estudo, servindo para afirmar que a formação de professores através da modalidade à distância, dispõe de cursos de qualidade, e na atualidade tem contribuindo para diminuição do número de professores leigos, que necessitam de habilitação adequada para continuarem atuando na educação básica.

Observou-se que, a EaD, no contexto contemporâneo, vem propiciando oportunidades educativas, alcançando um número cada vez mais crescente de profissionais que atuam na educação básica e necessitam de formação adequada e qualidade. É bastante notório que, a EaD proporciona flexibilidade considerando as dimensões de tempo e espaço, o que favorece a autonomia do aluno em relação ao lugar de seus estudos. Um aspecto muito importante a ser considerado é que a EaD conseguiu ampliar de forma significativa o acesso ao ensino superior, alcançando localidades bem longínquas, apreendendo comunidades quilombolas, indígenas e regiões de difícil acesso, dessa forma, compreende-se que a EaD vem contribuindo de forma intensa para o processo de democratização da educação.

Essa pesquisa apreendeu um grande embasamento teórico que subsidiou o processo de elaboração teórico e também a compreensão para realização da pesquisa de campo. Os estudos demonstram a importância da educação à distância para a formação de professores, podendo citar alguns pesquisadores que se mostram unânimes quanto à relevância dessa modalidade: Albuquerque; Sales (2018), Almeida (2003), Alves (2011), Bacha Filho (2013), Belloni (2013), Costa; Zanatta (2008). Dourado; Oliveira (2009), Gatti (2009), Henrique; Feldkercher (2015), Honório *et al.* (2017), Leite (2001), Masetto (2000) entre outros.

Sabe-se que a EaD tem proporcionado benefícios para a expansão

do ensino, contudo aponta-se a importância da mediação, sendo vital e estratégica para que essa modalidade propicie um processo de qualidade. Através da intermediação aluno e professor no desenvolvimento do processo de aprendizagem, ocorre a construção de conhecimentos, propiciando a democratização do saber.

Com a análise dos trabalhos que embasaram essa pesquisa, foi permitido o reconhecimento que a disseminação da EaD, inclusive contribui para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no Brasil, pois o nível educacional é um parâmetro avaliativo desse índice. Entretanto alguns autores apontam críticas, em suas teses e dissertações, pela falta de mais investimentos para valorização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC na formação de professores, nas formas: inicial e continuada.

A formação de professores através da educação a distância, quando faz uso das TIC consegue mostrar bons índices nos seus resultados, sendo um instrumento adequado para formação e atualização contínua dos profissionais da educação básica. Chama-se a atenção para a educação continuada dos professores, pois este processo permite um melhor aperfeiçoamento frente aos avanços dos conhecimentos científico e tecnológico, contribuindo para manter esses profissionais sintonizados com os debates acerca da prática profissional docente que vem requerendo cada vez mais habilidades e competências.

Na atualidade com o uso massivo de tecnologias no cotidiano das pessoas, a educação também apreendeu essas tecnologias no contexto educacional, portanto exige-se dos professores competências quanto ao uso dessas ferramentas. Observa-se que, o aluno em formação pela modalidade à distância vem fazendo uso dessas ferramentas, que poderão ser usadas na sua prática.

Hoje, já não se tem tanta resistência quanto ao uso das tecnologias, onde os profissionais inclusive vem aceitando as mudanças propiciadas pelas novas metodologias, modificando suas técnicas pedagógicas, adaptando-se ao uso das TIC. A incorporação dessas inovações também permitem que os alunos possam estar atualizados com as mudanças ocorridas na contemporaneidade. É possível observar que, há alguns anos, as escolas vem se adaptando fazendo uso das TIC, criando inclusive ambientes virtuais educativos.

A formação de professores leigos através da EaD foi objeto desse estudo, mediante o levantamento de várias dissertações, teses, artigos e outros materiais bibliográficos foi possível compreender o crescimento dessa modalidade da educação. No contexto atual, onde vivenciamos uma pandemia do novo coronavírus, verifica-se que a continuidade dos processos educativos tanto na educação básica como no ensino superior só foi possível pelo ensino remoto que vem utilizando e aperfeiçoando as práticas de ensino à distância. Sugere-se inclusive que a temática da educação à distância no contexto da pandemia, seja objeto de estudo de futuras teses e dissertações, a fim de ampliar o debate da importância da EaD.

A formação de professores a distância já é uma realidade no campo de formação, com isso, paulatinamente vão se desfazendo os preconceitos, à medida que os programas educacionais apresentam boa qualidade, revelando experiências bem-sucedidas, favorecendo a socialização de conhecimentos durante a formação mediante um modo interativo.

Durante esse estudo, delineou-se de forma explícita, que a educação à distância e as TIC no processo de formação de professores leigos, são estratégias que favorecem a democratização do saber, a socialização de saberes e o acesso à informação.

A Pandemia de Covid-19 pode trazer à luz muitos desafios que precisam ser aprimorados no contexto educacional, tanto em relação à práxis docente, como também nas atitudes mais proativas dos alunos considerando o seu percurso do seu processo formativo. A escola ao dispor de atividades remotas em um modelo de ensino no formato EaD, deve considerar a faixa etária dos seus alunos, a questão da vulnerabilidade social, as dificuldades no que corresponde ao acesso e a competência o domínio dos recursos tecnológicos, para que se possa potencializar um processo de ensino-aprendizagem efetivo. É importante que essas novas estratégias educativas despertem a proatividade dos alunos, favorecendo a sua participação na construção de conhecimentos, mesmo que as aulas não sejam presenciais, por isso deve-se pensar em métodos e metodologias na ministração desses conteúdos, agora repassados em um formato à distância.

A Pandemia de Covid-19 conseguiu expressar alguns desafios do ensino real, permitindo uma reflexão mais minuciosa acerca da práxis pedagógica, incluindo sua organização e planejamento. A Pandemia do Covid-19 demonstrou o reconhecimento de algumas fragilidades como também potencialidades da comunidade educativa. As ferramentas de educação à distância contribuíram para continuidade do processo de ensino nesse período de distanciamento social, revelando de alguma forma, as potencialidades e também as fragilidades já existentes no nosso cotidiano.

Com o ensino à distância, as redes de ensino na destinação de suas atividades remotas deve considerar que, um número expressivo de alunos não dispõem de acesso à Internet, enquanto outros tantos embora tenham acesso, não apresentam o hábito de usá-la para fins de estudo.

É válido considerar que não se pode aqui julgar de forma arbitrária os alunos e professores por conta das limitações em relação ao uso das tecnologias. Se faz necessário deste a formação inicial, que o professor venha ser preparado

de forma a adquirir essas habilidades e competências, da mesma forma, é importante que os alunos desde as séries iniciais do ensino fundamental, também possa frequentar no ambiente escolar, espaços informatizados que favoreçam essa contato com as tecnologias que podem ser usadas no ambiente educacional.

A educação disponibilizada no formato EaD deve suprir as necessidades educacionais por meio de atividades formativas relacionadas ao currículo integrado, onde esse processo educativo deve ser corretamente organizado e planejado com objetivos educacionais a serem alcançados. Observou-se a necessidade de maiores investimentos na formação docente, para que este profissional possa adquirir competências para o uso das TIC enquanto algo que possa fazer parte do cotidiano escolar, onde a dimensão educativa possa ser potencializada nos alunos com iniciativas graduais no processo formativo. De forma que os estudantes também possam compreender o uso das tecnologias como ferramentas aliadas aos estudos.

Na atualidade existe uma grande variedade de tecnologias que podem ser usadas no processo de ensino. Sabe-se que, a pandemia do novo Coronavírus propiciou uma crise na educação e em diversos outros setores, como resposta ao enfrentamento dessa crise criaram-se soluções e estratégias para o processo de ensino, onde os recursos tecnológicos usados na educação à distância foram extremamente indispensáveis neste momento de distanciamento social, para apoio do processo de aprendizagem dos alunos. Essa adaptação do processo de ensino, embora apresente algumas lacunas e entraves, vem conseguindo apresentar respostas ao enfrentamento dessa crise, permitindo a continuidade do processo educativo.

A Educação a distância no Brasil cresceu muito nos últimos anos, seu crescimento encontra-se aliado ao aumento do interesse das pessoas

na aquisição de conhecimentos e formação para o trabalho. O avanço das tecnologias contribuíram de forma favorável para expansão dessa modalidade de ensino. Esta pesquisa não tem como pretensão apresentar conclusões definitivas, porém contribuir para abrir novas possibilidades de investigações na área. Desta forma, sugere-se que outras experiências possam ser elaboradas futuramente, trazendo contribuições para o debate da formação de professores, de forma que sempre venhamos buscar a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Jader. Sales, Kathia. (2018). Marco regulatório da Educação à distância no Brasil: alterações e decorrências do decreto presidencial 9.057/2017. Natal: ESUD.
- Almeida, Maria. (2003). Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Educ. Pesqui. vol.29 no.2 São Paulo July/Dec.
- Alves, Lucinéia. (2011). Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista: ABED.
- Alves, Lynn; Nova, Cristiane. (2003). Educação à distância: limites e possibilidades. São Paulo: Lynn.
- Aretio, Lorenzo. (2001). História da Educação à Distância. Espanha: UNED.
- Bacha Filho. (2013). Educação a Distância. São Paulo: Avercamp.
- Belloni, Maria Luiza. (2012). Educação à distância. 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados.
- _____. (2002). Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. Educ. Soc., Abr 2002, vol.23, no.78, p.117-142. ISSN 0101-7330.
- Bokums, Raquel. Maia, Jusselma. (2018). Educação a Distância (EaD) no Brasil: uma reflexão a respeito da inclusão social. Canoas: Unissalle.
- Borges, Célio. (2011). Professores leigos em Rondônia: Entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente: um estudo de caso – O PROHACAP. Araraquara: UNESP, (dissertação de Doutorado).
- Brasil. (1996) Lei Federal nº. 9.394, de 20.12.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação.
- _____. (1998). Decreto 2494/98. Brasília: MEC.
- _____. (2005). Decreto no. 5.622 de 19/12/2005. Brasília: Diário Oficial da União.
- _____. (2015). Resolução FNDE nº 15, de 4 de dezembro de 2015. Brasília: MEC.
- _____. (2015a). Resolução nº 02/CP/CNE/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CP/CNE/MEC.
- _____. (2015b). Resolução nº 01/CP/CNE/2015. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e

de Ensino Médio e dá outras providências. Brasília: CP/CNE/MEC.

_____. (2007). Referenciais de qualidade para a educação superior à distância. Brasília: Ministério da Educação.

Bruno, Adriana R.; Lemgruber, Márcio S. (2010). Docência na educação online: professor e (ou) tutorar? In: Tem professor na rede. BRUNO, Adriana R. ... [et al.]. Juiz de Fora, MG, UFJF.

Brzezinski, Iria. (2002). Profissão-professor: Identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano.

_____. (1998). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Carvalho, A. C. M Souza, L. P. (1999). Ativos intangíveis ou capital intelectual: discussões da contradição na literatura e proposta para sua avaliação. Prespect. Cienc. Inf., Belo Horizonte, v.4, n.1, p.73-83, jan./jun.

Chizzotti, A. (2016). Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8a ed.. São Paulo: Cortez.

Contreras, J. (2002). A autonomia do professor. São Paulo: Cortez.

Correia, Juliane. (2005). O Cenário Atual da EaD. São Paulo: SENAC.

Costa, Adriano. (2017). A educação a distância no Brasil: Concepções, histórico e bases legais. Revista Científica da FASETE, Volume 1.

Costa, M. L. F. Zanatta, R. M. (2008). Educação a distância no Brasil: programas do Ministério da Educação. Maringá: Eduem.

Dias, Rosilâna. Leite, Lígia. (2007). Educação a distância: uma história, uma legislação, uma realidade. São Paulo: FMG.

Dourado, L. Oliveira, J. (2009). A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago.

Duarte, Jorge. (2006). Entrevista em profundidade. In: Duarte, Jorge; Barros, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas.

Farias, G. (2007). O impacto do e-learning na EaD. São: Paulo: Edfolha.

Ferreira, Ruy. (2000). A Internet como ambiente da Educação à Distância na Formação Continuada de Professores. Universidade Federal do Mato Grosso. Dissertação de Mestrado: Cuiabá.

Galvão, M.C.B. (2010). O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. 2ed.

A. 398 ed. São Paulo: Manole.

Garcia, Carlos Marcelo. (1999). A formação de professores: para uma mudança educativa. 1ª ed. [S.l.]: Porto.

Gatti, Bernardete Angelina. (2009). Formação de professores: condições e problemas atuais. Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP ISSN 1984-5332 - Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio.

Gatti, Bernardete Angelina; Barretto, Elba Siqueira de Sá; André, Marli Eliza Dalmazo de A. (2011). Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO.

_____. (Orgs.). (2009). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO.

Gerhardt, Tatiana. Silveira, Denise. (2009). Métodos de pesquisa: Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gil, Antonio Carlos. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Guimarães, Gustavo. (2007). Estado do conhecimento sobre formação de professores (2003-2004): a educação a distância e o uso de tic democratizam o saber? Goiânia: UCG.

Guimarães, Valter Soares. (2004). Formação de professores: saberes, identidade e profissão. Campinas, SP: Papyrus.

Henrique, Cecília. Aimi, Daniela. Feldkercher, Nadiane. (2015). Educação à distância: novos desafios à formação profissional docente. Santa Maria: UFSM.

Honório, Mirtes. Lopes, Maria. Leal, Francisca. *et al.* (2017). As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: entre recorrências e novas inquietações. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.12, n.3, p. 1736-1755, jul-set.

Imbernón, Francisco. (2010). Formação continuada de professores. Porto Alegre: Art-med.

_____. (2009). Formação permanente do professorado: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez.

Kenski, V. M. (2003). Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância. Campinas: Papyrus.

Konrath, Mary Lúcia Pedroso; Tarouco, L.M.R.; Behar, P. A. (2009). Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD in Novas Tecnologias na Educação, CINTED-UFRGS, V. 7 Nº 1, Julho.

Lakatos, Maria Eva. Marconi, Maria de Andrade. (2001). Metodologia do trabalho científico. 4ª Edição. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas.

Leite, D. (2001). Conhecimento social na sala de aula universitária e a auto-formação docente. In: MOROSINI, M. C. (org). Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. 2. ed. Brasília: Plano.

Leite, E. Ribeiro, E. Uliana. M. (2018). Formação de profissionais da educação: alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.721-737, jul.-set.

Litwin, Edith. (2001). Educação a Distância: Temas para debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed.

Lopes, M. C. L. P. Salvago, B. M. (1998). Uma experiência de interatividade em um curso de formação tecnológica do professor na modalidade a distância. Ideação (Cas-cavel), v. 7, p. 71- 83, 2005. LEITE, L. S. Atividades não presenciais: preparando o aluno para a autonomia In Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, ABT.

Marchand, L. (2002). Características e problemáticas específicas: a formação universitária pela videoconferência. In: Alava, Seraphin & colaboradores. Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: Artmed.

Marsiglia, Regina. (2012). Orientações básicas para a pesquisa. São Paulo: PUC.

Martelli, Andréa Cristina. (2003). Formação de professores e educação à distância. São Paulo: Kennedy.

Martins, K. From, D. (2016). A importância da educação à distância na sociedade atual. São Paulo: FSDB, 2016.

Masetto, Marcos T. (2000). Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: Moran, José Manuel (org.). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus.

Medeiros, Simone. (2010). A Docência (e a formação docente) na Educação a Distância (EaD): notas para reflexão. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 231-354, jul./dez.

Melchert, Cláudia. (2016). A educação a distância como instrumento de tecnologia social: relações com a educação sociocomunitária. Americana: CUSSP.

Michel, Maria Helena. (2005). Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). (1994). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

Moraes, M. C. (1997). O paradigma educacional emergente. Campinas: Papirus.

Moran, J. M. (2007). A educação que desejamos: novos desafios de como chegar lá. Campinas, SP: Papirus.

_____. (2003). Novas questões que a educação à distância traz para a didática. São Paulo: USP.

_____. (2004). Propostas de mudança nos cursos presenciais com educação on-line. São Paulo: USP.

Moore, M. G., Kearsley, G. (2007). Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning.

Nóvoa, António. (1992). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote.

_____. (2001). Professor pesquisador e reflexivo. Rio de Janeiro: Abril.

Nunes, João Batista; Sales, Viviani Maria Barbosa. (2013). Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set.

Okada, A. Santos, E. (2004). Comunicação Educativa no Ciberespaço: utilizando interfaces gratuitas. Revista Diálogo Educacional Curitiba. V. 4, N. 13, p. 161 - 174, Set / Dez.

Oliveira, Márcia. Ribeiro, Luis. (2010). Múltiplos enfoques sobre a polidocência na Educação a Distância virtual. In: Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques. São Paulo: EdUFSCar.

Perrenoud, F. (2000). Dez novas competências para ensinar. Tradução Patrícia Chitto- ni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Pimenta, S.G.; Lima, M.S.L. (2012). Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez.

Prado, M. E. B. B.; Valente, J. A. (2002). A Educação a distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica. In: MORAES, M. C. (Org.). Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas: Ed. da Unicamp/ Nied.

Prestes, Maria Lucia de Mesquita. (2012). A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à acadêmica. 4.ed.- São Paulo: Rêsp- pel.

Preti, O. (1996). Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatiza- da. Cuiabá: NEAD/ IE –UFMT.

Pretto, N. de L.; Bonilla, M. H. S.; Sardeiro, C. (2010). Rádio Web na Educação: possi- bilidades e desafios. In: Pretto, N. de L.; Tosta, S. P. (Orgs.). Do MEB à WEB: o rádio na Educação. Belo Horizonte: Autêntica.

Ramal, Andréa Cecília. (2000). Educação na cibercultura: hipertexto, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas.

Ribeiro, A. M. Coelho; Neves, M. C. Baeta. (2007). A tutoria. São Paulo: SENAC.

Rondelli, E. (2002). As experiências das redes de universidades virtuais no Brasil. In: Carmem Maia. Guia Brasileiro de Educação à Distância. São Paulo: Editora Esfera.

Sande, Ieda Carvalho. (2014). Além da sala de aula: uma experiência num ambiente virtual de aprendizagem. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 11, n.26.

Santaella, Lucia. (2001). Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado. São Paulo: Hacker Editores.

Santos, Boaventura. (2008). A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova. Coimbra: Edporto.

Scherer, Suely. (2016). Concepções e métodos de estudos em EaD. Curitiba: UFPR.

Schlemmer, Eliane. (2008). A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso. Cadernos IHU Idéias (UNISINOS), v. 6, p. 1-31.

Schultz, T. (1964). O Valor Econômico da Educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Serafini, Alessandra Menezes dos Santos. (2012). A autonomia do aluno no contexto da educação a distância. Educ. Foco, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 61-82, jul./out.

Silva, Luandson. Farias, Joel. Nogueira, Maria *et al.* (2014). A educação a distância e suas contribuições na formação de professores. Salvador: CONEDU.

Teatini, João Carlos. (2010). Entrevista com o professor João Carlos Teatini. Revista Eletrônica Pesquiseduca. Santos: UNISANTOS, v. 2, n. 3, p. 145-147, jan/jun.

Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Ventura, M. M. (2007). O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. Revista So-CERJ. Rio de Janeiro.

Zitkoski, Jaime. Hammes, Lúcio. Karpinski, Raquel. (Orgs.) (2017). A formação de professores na contemporaneidade: perspectivas interdisciplinares. Lajeado: Ed. da Univates.

SOBRE O AUTOR

Marciel Costa de Oliveira

Professor Marciel Costa de Oliveira é um jovem e grande pesquisador na área da educação. Graduado em Pedagogia; Licenciado em História; Especialista em Educação Especial; Especialista em LIBRAS; Especialista em Psicopedagogia; Especialista em Atendimento Educacional Especializado; Especialista em Educação Infantil; Especialista em Docência do Ensino Superior; Mestre em Ciências da Educação e Doutor em Ciências da Educação.

Tem uma trajetória dedicada ao estudo da educação, como atua como docente do ensino fundamental, médio e superior. Esta obra corresponde a parte de sua tese de doutorado, onde buscou aprofundar seus estudos na realidade vivenciada no seu município, Iranduba – AM. Este profissional de excelência encontra-se numa busca contínua de aperfeiçoamento e qualificação, desta forma, através de sua prática profissional tem contribuído não somente para a formação de alunos, porém nos ajuda a refletir a política de educação, considerando as tecnologias de informação e comunicação que propiciam a concretização do processo educativo-formativo.

ÍNDICE REMISSIVO

A

alfabetização 5

C

contemporaneidade 7, 8, 61, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 162, 169, 171

cursos 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 73, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 91, 95, 97, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 121, 124, 131, 134, 139, 143, 154, 155, 158, 159, 160, 166, 170

D

DCN 61, 65, 67, 68, 69, 71, 73

democratização 12, 21, 47, 50, 56, 57, 96, 102, 109, 120, 124, 158, 160, 161, 162

desenvolvimento 8, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 36, 38, 41, 42, 45, 48, 49, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 67, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 80, 81, 83, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 102, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 124, 125, 126, 130, 144, 145, 146, 155, 156, 158, 161

desenvolvimento humano 70, 116, 118, 120, 124

digital 14, 23, 28, 30, 57, 100, 125, 171

E

EAD 7, 30, 58, 101

educação 5, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

educação a distância 10, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 51, 54, 71, 83, 88, 94, 101, 103, 104, 109, 152, 158, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171

educação on-line 53, 76, 170

EJA 25

ensino 5, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 60,

62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 138, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 171, 172
ensino-aprendizagem 8, 9, 10, 14, 26, 31, 35, 36, 39, 51, 60, 68, 76, 81, 86, 100, 103, 109, 119, 163

F

ferramentas 10, 15, 19, 23, 31, 42, 59, 74, 76, 82, 86, 96, 158, 161, 163, 164
formação de professores 7, 8, 9, 11, 12, 16, 28, 45, 59, 61, 62, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 83, 84, 85, 86, 92, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 144, 146, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 168, 171
formação pedagógica 66, 67, 108, 118, 166
formação profissional 10, 47, 58, 68, 91, 95, 104, 138, 147, 168

H

habilidades 34, 39, 40, 41, 56, 57, 58, 60, 64, 65, 66, 68, 74, 75, 78, 85, 89, 90, 92, 100, 101, 111, 119, 124, 152, 153, 154, 159, 161, 164

I

inclusão 8, 12, 14, 15, 21, 45, 47, 71, 81, 96, 158, 166
instrumentos 23, 27, 91, 99, 131, 132, 134, 135, 136, 137
interatividade 31, 33, 34, 35, 36, 39, 42, 53, 59, 96, 97, 109, 169
internet 33, 43, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 92, 93, 126, 127, 158, 166

M

método 96, 111, 127, 136, 169
metodologias inovadoras 21, 144

P

pesquisa 7, 8, 9, 11, 21, 30, 113, 114, 115, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 156, 157, 160, 161, 165, 167, 168, 169, 170, 171
pluriversitário 62
políticas 12, 47, 65, 73, 74, 81, 103, 106, 107, 117, 120,

122, 143, 146, 159

professores 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 21, 23, 24, 28, 31, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 125, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 169, 170, 171

projetos pedagógicos 62

Q

qualidade de ensino 91, 153

S

sociedade 8, 10, 11, 12, 30, 34, 47, 48, 53, 57, 59, 61, 63, 64, 66, 67, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 86, 87, 99, 100, 103, 110, 111, 113, 117, 124, 127, 137, 139, 147, 150, 158, 159, 169

sociedade contemporânea 10, 59, 124, 139, 158

T

tecnologias pedagógicas 33



AYA EDITORA
2022